



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

JACILENE DE LIMA LEANDRO

**A LUTA ABOLICIONISTA, A *AVE LIBERTAS* E UMA NOVA
GERAÇÃO FEMININA DE ATIVISMO (RECIFE, 1884-1888)**

Recife – PE

2023

**A LUTA ABOLICIONISTA, A *AVE LIBERTAS* E UMA NOVA
GERAÇÃO FEMININA DE ATIVISMO (RECIFE, 1884-1888)**

JACILENE DE LIMA LEANDRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como exigência para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Emilia Vasconcelos dos Santos.

Recife-PE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L4371

Leandro, Jacilene de Lima

A LUTA ABOLICIONISTA, A AVE LIBERTAS E UMA NOVA GERAÇÃO FEMININA DE ATIVISMO
(RECIFE, 1884-1888) / Jacilene de Lima Leandro. - 2023.
115 f. : il.

Orientador: Maria Emilia Vasconcelos dos Santos.
Inclui referências.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2023.

1. Mulheres. 2. Abolição. 3. Pernambuco. 4. Ave Libertas. 5. Movimento Abolicionista. I. Santos, Maria Emilia Vasconcelos dos, orient. II. Título

CDD 981

JACILENE DE LIMA LEANDRO

**A LUTA ABOLICIONISTA, A AVE *LIBERTAS* E UMA NOVA GERAÇÃO
FEMININA DE ATIVISMO (RECIFE, 1884-1888)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

APROVADA EM: 17 / 03 /2023

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Emilia Vasconcelos dos Santos
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Orientadora

Profa. Dra. Mariana Albuquerque Dantas
Universidade Federal Rural de Pernambuco-Examinadora interna

Prof. Dr. Felipe Azevedo e Souza
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Examinador externo

Prof. Dr. Celso Thomas Castilho
Vanderbilt University – Examinador externo

Aos meus amados sobrinhos, Jonas & João Pedro.

AGRADECIMENTOS

Escrevo essas páginas com o sentimento genuíno de gratidão, principalmente, por ter o privilégio e a sorte de encontrar tantas pessoas que contribuísem, à sua maneira, nessa etapa da minha vida.

Agradeço à minha família, Joana Dark, Célio e Janaina, pessoas importantes que me apoiam e acreditam em mim, mesmo sem entender, às vezes, o significado dessa vida como pesquisadora. Obrigada pelo dia a dia e por todo o suporte em todos esses anos.

Agradeço ao grupo que me acompanha por mais de 10 anos, carinhosamente chamado de Patota, a família que escolhi e ganhei ainda no Ensino Médio, suas mensagens diárias nas redes me incentivaram a seguir com um pouco mais de alegria.

Agradeço também aos meus outros tantos amigos, que me acompanham desde a graduação, nas aulas, passeios ou aqueles que fiz nos longos caminhos de idas e vindas à rural.

Agradeço a Lucas Carvalho, um presente que chegou em minha vida nos momentos finais desse processo. Seu amor em forma de companheirismo e cuidado conseguiu amenizar minhas angústias e me animar em dias de prazos e inseguranças. Obrigada por ser meu ouvinte e leitor, insistindo em ler meus textos antigos para me retornar com elogios e palavras de incentivo. Saber que você estará ao meu lado nos próximos passos me traz tranquilidade, espero retribuir e expressar, em nossos dias, tudo isso que sinto.

À minha orientadora, Maria Emilia, que desde 2018 me mostra caminhos, me ensinando e guiando da melhor maneira que eu poderia encontrar nesse mundo acadêmico. Agradeço seu empenho e dedicação por mim e por todos aqueles que tem a sorte de trabalhar com você. Agradeço pelos melhores conselhos, que me fizeram chegar até aqui, e acima de tudo, obrigada por ser exemplo de professora, pesquisadora e mulher.

Aos professores que, gentilmente, aceitaram compor a banca de avaliação desse estudo, Celso Castilho, Felipe Souza e Mariana Dantas. Obrigada por todos os generosos comentários tão enriquecedores, pela disponibilidade em enviar indicações de leituras e por serem referência de historiadores para mim.

Muitas outras pessoas me ajudaram nessa etapa, às vezes, apenas retribuindo palavras otimistas, mesmo que não cite aqui nominalmente, espero retribuir essa gratidão um dia.

Ao PGH-UFRPE pelo apoio, acompanhamento e incentivo à pesquisa. Assim como, sua coordenação e secretaria que tanto colaboraram nos trâmites do projeto.

À CAPES, O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior – Brasil (CAPES) – código de financiamento 001. Grata a todos e todas.

Todos esses agradecimentos não são apenas pelas pessoas, mas pela companhia, confiança e por todos os momentos que foram e serão sempre importantes em minha trajetória.

RESUMO

Diferentes perfis de moças e senhoras engajaram-se de forma institucionalizada no movimento abolicionista durante o século XIX. Em Pernambuco, essa atuação consolidou-se a partir da sociedade *Ave Libertas* que, com uma diretoria, composta exclusivamente por mulheres, conseguiu buscar liberdades para centenas de cativos, alavancando a ideia abolicionista na cidade do Recife. Em vista disso, este trabalho analisa as trajetórias das mulheres que participaram dessa mobilização na província pernambucana, desde o início da *Ave Libertas* em 1884, até a legalização do fim do trabalho escravo em 1888. Dessa forma, averiguamos as pluralidades de ações entre o público feminino e como essa participação criou uma rede de ativismo capaz de aumentar as discussões sobre a capacidade feminina de envolver-se nos debates políticos, criando uma dinâmica geracional que incentivou diversas mulheres. Através do método onomástico, orientado por Carlo Ginzburg, identificamos os nomes das mulheres que estavam associadas às ações abolicionistas e investigamos, principalmente com pesquisas no Jornal do Recife e Diário de Pernambuco, a vida dessas moças e senhoras, elencando informações que nos aproximassem dos caminhos percorridos por elas para a conquista dos espaços de informação, comunicação e intelectualidade. Com isso, exploramos como o grupo feminino recifense utilizou as estratégias do movimento, atuando nos espaços urbanos, em manifestações públicas e na imprensa, além de analisar qual proximidade as ativistas obtiveram com a população negra escravizada por meio de suas ações. Assim sendo, esta investigação baseia-se nos preceitos da História Social e da microanálise, observando as características de diferentes grupos sociais por meio do conceito de experiência histórica, a fim de verificar as transformações movidas pela mobilização social, além de utilizar o gênero como categoria de análise histórica, com o intuito de atestar a importância da atuação de mulheres para mobilização antiescravista em Pernambuco.

Palavras-chave: Mulheres, Abolição, Pernambuco, *Ave Libertas*, Movimento Abolicionista.

ABSTRACT

Different profiles of women engaged in an institutionalized way in the abolitionist movement during the 19th century. In Pernambuco, this action was consolidated by the society Ave Libertas, which, with a board of directors composed exclusively of women, managed to seek freedom for hundreds of captives, leveraging the abolitionist idea in the city of Recife. In view of this, this paper analyzes the trajectories of the women who participated in this mobilization in the Pernambuco province, from the beginning of Ave Libertas in 1884, until the legalization of the end of slave labor in 1888. In this way, we investigate the pluralities of actions among the female public and how this participation created a network of activism capable of increasing the discussions about women's ability to get involved in political debates. Creating a generational dynamic that encouraged many women. Through the onomastic method, oriented by Carlo Ginzburg, we identified the names of women who were associated with abolitionist actions and investigated, mainly through research in *Jornal do Recife* and *Diário de Pernambuco*, the lives of these ladies and young women, listing information that would bring us closer to the paths taken by them to conquer the spaces of information, communication and intellectuality. With this, we explore how the Recife women's group used the movement's strategies, acting in urban spaces, in public demonstrations, and in the press, besides analyzing how close the activists got to the enslaved black population through their actions. Therefore, this research is based on the precepts of Social History and microanalysis, observing the characteristics of different social groups through the concept of historical experience in order to verify the transformations driven by social mobilization, in addition to using gender as a category of historical analysis, in order to attest to the importance of women's action in the anti-slavery mobilization in Pernambuco.

Keywords: Women, Abolition, Pernambuco, Ave Libertas, Abolitionist Movement.

Lista de ilustrações

Figura 1: Capa do Jornal <i>Ave Libertas</i>	37
Figura 2: Doações de bilhetes de Loteria.....	38
Figura 3: Negociações sobre a liberdade de Manoel de Barros.....	40
Figura 4: Diretoria da Sociedade <i>Ave Libertas</i>	43
Figura 5: Retrato de Ernestina P. Lopes de Barros.....	45
Figura 6: Retrato de Carlota Vilella.....	45
Figura 7: Pedido da <i>Ave Libertas</i> para cavalheiros.....	48
Figura 8: Proclama de casamento.....	50
Figura 9: Josephina Burle Dubeux.....	61
Figura 10: Maria Albertina Pereira do Rego.....	67
Figura 11: Retrato de Maria Amélia de Queiroz.....	72
Figura 12: Espetáculo abolicionista em Circo.....	90
Figura 13: Anúncio de exposição de retrato de Leonor Porto.....	99
Figura 14: Capa do jornal <i>A Ideia</i>	100
Mapa 1: Percorso de Passeata abolicionista.....	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A ABRANGÊNCIA DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA: HISTORIOGRAFIA, MULHERES E SOCIABILIDADES.....	24
1.1 <i>Ave Libertas</i>: mulheres pernambucanas saudando a liberdade.....	30
1.2 Sociabilidades entre homens e mulheres abolicionistas.....	47
2. AS AÇÕES DAS ABOLICIONISTAS FEMININAS: DIFERENTES TRAJETÓRIAS E ATUAÇÕES.....	54
2.1 As apoiadoras.....	59
2.2 Ativismo além da assistência.....	65
2.3 Próximas e Distantes.....	76
3. MULHERES ABOLICIONISTAS OCUPANDO O ESPAÇO URBANO E SOCIAL DA CIDADE DO RECIFE.....	82
3.1 A sociedade <i>Ave Libertas</i> nas ruas e nos teatros.....	88
3.2 A notabilidade e os interesses das abolicionistas.....	98
4. Considerações finais.....	104
5. Referências Bibliográficas.....	107

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem, como objetivo, analisar a trajetória e a atuação de mulheres pernambucanas no movimento abolicionista entre os anos de 1884 e 1888, observando as atividades em que apoiadoras e ativistas envolveram-se, principalmente, na cidade de Recife. Dessa forma, pretendemos somar-nos aos estudos historiográficos que tratam do abolicionismo, adicionando novas referências acerca da presença feminina nas lutas pelo fim da escravidão e diversificando as investigações sobre essa militância.

Para tanto, examinamos a conjuntura política na província pernambucana no final do século XIX, verificando as aberturas encontradas pelas mulheres e os caminhos percorridos para a ocupação de lugares predominantemente masculinos. Encontramos abolicionistas femininas atuando nas redações dos jornais e nas tribunas de conferências políticas, como a professora Maria Amélia de Queiroz, que vamos conhecer melhor no segundo capítulo, a qual se empenhou no movimento pernambucano, tornando-se uma importante figura nos eventos da capital, com discursos reverenciados e, inclusive, publicados.¹ Analisando essas trajetórias, foi essencial compreender os perfis femininos que se aproximaram das organizações institucionalizadas, sondando as vidas privadas das moças e senhoras, ao observar vestígios de suas relações sociais. Da mesma maneira, problematizamos a utilização da imprensa e dos espaços públicos pela militância feminina e suas sociabilidades, inquirimos as interações das sócias da *Ave Libertas* com figuras públicas masculinas, além dos contatos das abolicionistas com os escravizados e as escravizadas.

Alguns aspectos dessa temática foram destrinchados em uma monografia, cujo título é “‘O Discurso soletrado no feminino’: O engajamento de mulheres no Movimento Abolicionista na cidade do Recife (1884-1888)”, sendo que a elaboração desse trabalho foi o início do caminho investigativo que se conduziria até esta dissertação. As análises iniciais nos colocaram em contato com a rede de mulheres que atuou na mobilização e angariou certo reconhecimento na província pernambucana. Além disso, foi possível localizar e examinar documentos produzidos por abolicionistas, jornais e a bibliografia sobre o tema, de modo que,

¹ Anúncio de conferência da oradora Maria Amélia e distribuição de folhetos com texto de discurso: **Diário de Pernambuco**, publicações a pedido, 25 de setembro de 1887, Número 219, p. 4 / **Diário de Pernambuco**, Revista Diária, 15 de maio de 1889, Número 108, p. 3; encontramos alguns de seus discursos transcritos em: FERREIRA, Luzilá Gonçalves (org.). **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1999, p. 217, 225, 233.

a partir dessa aproximação, elaboramos alguns questionamentos acerca da vida pública e privada das apoiadoras e militantes, que o presente estudo procurou evidenciar e examinar.

O primeiro contato com o tema também nos evidenciou que a participação feminina esteve em um lugar de protagonismo na província pernambucana, principalmente na década de 1880, quando foi criada uma sociedade abolicionista, voltada para o público feminino, mas com participação ampla de membros masculinos, denominada *Ave Libertas*. Ao verificar, nos jornais de maior circulação da época em Pernambuco, percebemos o quão atuante foi essa associação, além disso, o grupo aparentemente normalizou a ação de mulheres na causa antiescravista, apresentando-se com uma diretoria composta por senhoras, além de comissões femininas que discursaram, negociaram e organizaram seus eventos.

No trabalho aqui apresentado, trazemos uma investigação mais aprofundada sobre as ações das abolicionistas, com discussões sobre as trajetórias individuais a fim de diferenciar as formas de atuação feminina. Fizemos também uma sondagem sobre os caminhos escolhidos pelo grupo de moças e senhoras pernambucanas, averiguando a influência, as estratégias e o espaço urbano e social ocupados por essas mulheres.

Considerando isso, limitamos nossa pesquisa aos quatro anos de atuação da sociedade *Ave Libertas*, entre 1884, seu ano de fundação, até 1888, ano da aprovação legal do fim da escravidão. Entretanto, essa delimitação não implica dizer que as mulheres abolicionistas não se engajaram em outras causas sociais, após a abolição do cativo, porém são questões para outros estudos.

Além disso, nesse recorte temporal, foi se difundido um fluxo ampliado de ações para todo o movimento abolicionista, pois, naquele momento da década de 1880, a mobilização obteve algumas conquistas importantes, como a abolição dos escravizados no Ceará, que repercutiu entre abolicionistas de todas as províncias e encorajou a participação de uma comunidade política diversa, entre escravizados, trabalhadores livres e mulheres. Assim, esse fato trouxe mais força para o movimento em Pernambuco, onde os grupos ficaram mais audaciosos e encorajados nas suas atuações (SANTOS, 2016, p. 162). O contexto social da segunda metade do século XIX apresentou também alterações interessantes para as brasileiras, pois a urbanização e a modernização eram crescentes e, com isso, as mulheres ganharam, aos poucos, mais liberdade para transitar e socializar, abrindo espaço para a vida pública, sendo que esse momento de reabertura social, sem dúvidas, ajudou no engajamento feminino antiescravista. (SAMARA, 1986, p. 179)

Neste sentido, observamos como a rede de ativismo feminino no abolicionismo pernambucano construiu uma geração de mulheres engajadas politicamente, que vivenciou semelhantes experiências e demandava por direitos sociais. Um conjunto de ativistas femininas construiu uma agenda política, obteve incentivo para suas ações e reuniu-se a fim de mostrar as percepções femininas (marcadas por seus lugares de raça e classe) em questões públicas. Segundo Mannheim (1928), uma geração não é necessariamente um grupo concreto, como as associações institucionais, os grupos que formam gerações precisam ter laços espaciais e interrelações sociais de proximidade.

Por isso, o fenômeno sociológico das gerações é formado por alguns fatores, que vão além dos biológicos, como tempo de nascimento e morte, pode ser observado também por fatores sociais, como a posição social, suas condições socioeconômicas e objetivos em comum. Essas conjunturas determinam as limitações e o lugar dos indivíduos no processo social e histórico. Assim, os sujeitos que se identificam na mesma posição unem-se em grupos geracionais. (MANNHEIM, 1928, p. 135)

Apesar de preservar uma certa atualidade, as pesquisas de Mannheim representam uma clássica explicação sociológica. Contudo, há estudos recentes que reforçam as relações das gerações com as subjetividades coletivas, como as divisões do estado moderno, as instituições sociais, família, escola, religião, além de classe, raça e gênero. Dimensões que se pluralizam em suas multidimensionalidades (DOMINGUES, 2002, p. 69). Ademais, os grupos geracionais ainda interagem com diversas coletividades, os sistemas sociais também influenciam a formação e as ideias das gerações.

Assim, é possível considerar que as subjetividades que cruzam com as gerações são múltiplas e variáveis, portanto, além de ter uma formação complexa e dependente de vários fatores, uma geração é um fenômeno extremamente amplo, que atravessa as vidas sociais e as coletividades de uma sociedade. (Ibidem, p. 82).

As mulheres investigadas aqui compartilhavam lugares sociais e experiências semelhantes, fatores que proporcionaram uma ligação entre elas. A identificação social, através do mesmo lugar na sociedade, delimitado pelo gênero, raça e classe, juntou essas mulheres em uma geração consciente sobre as discussões sociais e políticas da época e que comungavam dos mesmos objetivos, resultando em uma participação feminina em prol da abolição do trabalho escravo. Formou-se, desse modo, um movimento geracional feminino através de uma dinâmica

que conseguiu abarcar moças e senhoras que estavam próximas aos atores políticos do abolicionismo.

Outrossim, ao desenvolverem uma maior inserção de mulheres na esfera pública, esta também foi uma pauta, assim como a conquista de direitos femininos e o desejo de uma maior participação nas opiniões políticas, o que permitiria mais avanço e espaço político para esta e próximas gerações. Mesmo envoltas pelo estigma da caridade, elas quiseram e conseguiram romper barreiras e atuar expressivamente no movimento abolicionista pernambucano (SOUZA, 2017, p. 330). Além disso, essa geração resultou também na formação de grupos concretos e institucionalizados, como a *Ave Libertas*.

No início do processo investigativo, reconstruímos o tecido social em que as mulheres estavam inseridas, buscando vestígios sobre suas sociabilidades, formação e entrada na vida pública. Para isso, adotamos o método nominativo ou onomástico, apresentado pelo teórico Carlo Ginzburg (1989, p. 175), visto que, para o historiador, os nomes e sobrenomes dos indivíduos carregam um poder simbólico, o qual representa a rede de relações vivenciadas pelos sujeitos. Assim, ele defende a utilização dos nomes como fio condutor na pesquisa histórica, pois esse elemento está envolto em uma teia de informações sobre suas sociabilidades e seu uso pode ajudar a reconstruir e indagar sobre as trajetórias das personagens investigadas.

Em vista disso, construímos uma lista de nomes femininos encontrados em documentos produzidos por abolicionistas, principalmente, na obra comemorativa, organizada pelo memorialista Pereira da Costa (1884), de nome “Pernambuco ao Ceará: o vinte e cinco de Março de 1884”. A publicação contém uma compilação de periódicos e folhetos de edição especial em homenagem à abolição dos escravizados da província cearense, concretizada em 1884. Além dos jornais, a obra apresenta algumas atas, que foram assinadas em uma festa organizada para que os pernambucanos celebrassem o feito cearense.

As assinaturas foram recolhidas em um “Livro de ouro”, como anunciado nos avisos do evento.² O Livro de ouro foi criado no Rio de Janeiro para registrar os nomes daqueles que contribuíssem para os fundos de emancipação (MATTOS, 2011), tornando-se, em algumas províncias, um símbolo de resistência política, o emblema foi popularizado nas cerimônias de libertação, documentando os nomes dos libertos e dos que contribuíram para as manumissões (COWLING, CASTILHO, 2010). O Livro de ouro registrado na obra de Pereira da Costa

² **Diário de Pernambuco**, 22 de Março de 1884, Publicações a pedido, Número 69, p. 4. Biblioteca Nacional Digital – Hemeroteca Digital.

intencionava anotar não apenas as libertações, mas também pernambucanos apoiadores do movimento abolicionista. Por isso, contém listas de senhoras, associações e de famílias.³

Explorando o documento, elencamos mais de 100 nomes de mulheres, os quais foram usados nas pesquisas documentais seguintes, aplicando o método nominativo. Esse processo foi realizado com êxito nas buscas em jornais, uma dimensão que nos proporciona acompanhar as atuações públicas nos oitocentos. Utilizamos os acervos digitais da Biblioteca Nacional Digital e da Companhia Editora de Pernambuco – CEPE, que possibilitam filtrar as buscas por palavras e expressões. Elencamos os jornais de maior circulação na cidade do Recife em fins dos oitocentos, como o *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife*, além de periódicos que apresentaram dados interessantes, como textos assinados por mulheres, negociações e imagens das senhoras, os quais foram: o *Ave Libertas*, *A ideia*, *O Binóculo* e a revista *A Família*. Com isso, conseguimos averiguar centenas de ocorrências em que os nomes femininos foram citados.

Com base nas publicações jornalísticas em que as mulheres foram mencionadas, colhemos algumas informações sobre as trajetórias das moças e senhoras, além do contexto em que a atuação da sociedade *Ave Libertas* estava inserida. Marialva Barbosa (2010, p. 11) afirma que, a partir da imprensa, conseguimos remontar o circuito de comunicação da época, ao analisar escritores, leitores, mensagens e interpretações, já que os periódicos absorvem o meio cultural em que estão imersos.

Ademais, os jornais foram verdadeiras ferramentas políticas ao longo do século XIX, circunstância que fortaleceu a propaganda emancipacionista, a qual passou a ver a imprensa como instrumento de expansão da campanha sobre o fim do trabalho escravo. Porém, como todo debate, essa discussão teve diversos lados, os quais também utilizaram os recursos dos noticiários, assim sendo, precisamos estar cientes dessas peculiaridades ao examinar os periódicos, pois o uso dinâmico das tipografias resultou em estratégias para manipulação de notícias. Por isso, é preciso investigar minuciosamente as publicações encontradas e não as tomar como verdade absoluta (MACHADO, 1991, p. 21).

As estratégias de manipulação eram guiadas pelas tendências políticas das administrações das tipografias, por isso, alguns periódicos eram mais fechados para as

³ A edição analisada não apresenta os nomes dos libertandos e libertandas, apenas a quantidade, o destaque da obra é os nomes dos libertadores, das libertadoras e dos grupos que ajudaram nas manumissões. Entretanto, podemos encontrar a listagem dos libertandos e libertandas favorecidos pelo evento em publicações jornalísticas, junto com a idade, cor, número de matrícula, município e tabelião de registro. Lista em: **Jornal do Recife**, domingo, 4 de maio de 1884, Publicações solicitadas, Número 103, p. 3. BN – Hemeroteca Digital.

discussões entre escravocratas e abolicionistas, enquanto outros destacavam os acontecimentos e pensamentos desses agentes. Essas diferenças são notáveis nos jornais pernambucanos, como percebeu o estudioso Luiz do Nascimento (1968, p. 89), ao retratar, em suas investigações, que a redação do Diário de Pernambuco omitia-se acerca dos debates sobre o trabalho escravo, chegando a publicar apenas matérias pagas com comentários dos envolvidos, o que intensificou o debate político na coluna de publicações a pedido. Por sua vez, o Jornal do Recife era mais aberto e abriu a seção “notícias políticas”, para alugar espaços de publicações de opiniões.

Humberto Machado (1991, p. 19) ainda afirma que outros fatores, além da composição da notícia, podem revelar os interesses do periódico, como a localização nas páginas. Os jornais alinhados com o abolicionismo, normalmente, colocavam as publicações sobre essa luta nas primeiras páginas, caso a intenção do noticiário não fosse destacar essas ações, as informações estariam mais ao fim do folheto. Em nossas pesquisas, também notamos que o Jornal do Recife trazia publicações mais extensas quando o assunto era os eventos da sociedade *Ave Libertas*, principalmente, quando comparadas ao editorial do Diário de Pernambuco, por exemplo.

Além dos materiais jornalísticos, utilizamos documentos presentes em um estudo anterior, que explorou o engajamento feminino no abolicionismo pernambucano, a obra “Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste”, organizada pela pesquisadora Luzilá Gonçalves Ferreira (1999), a qual escreve um capítulo sobre a atuação das pernambucanas e apresenta ainda transcrições de discursos, o estatuto da *Ave Libertas* e um folheto comemorativo homônimo à sociedade, ambos organizados pelas abolicionistas, os quais nos serviram como fontes essenciais para a investigação sobre o grupo. Esses registros aproximaram-nos de suas ideias, a partir das exposições orais, textos assinados pelas mulheres no jornal e pelo detalhamento das regras, funções das associadas, deliberações e objetivos da associação dispostos no regimento.

A elaboração desta investigação amparou-se nos parâmetros da historiografia renovada, idealizada na década de 1980, a qual fez uso de métodos e teorias aproximadas das ciências sociais. Esses novos estudos tiveram também influências internacionais, já que alguns historiadores europeus adentraram em um campo mais amplo na História, o que colaborou com esse revisionismo. Foi o que ocorreu com o inglês E. P. Thompson que produziu questionamentos acerca das relações de dominação, priorizando o social e político ao invés do econômico.

Essa virada historiográfica influenciou diretamente nos estudos sobre escravidão e abolicionismo, pois alterou a forma de analisar a dinâmica entre dominadores e dominados. Assim, essa nova maneira de investigar “amplia o que se pode entender por ação política em uma sociedade marcada por relações de poder extremamente desiguais, como a brasileira” (GOMES, 2004, p. 34). Dessa forma, diversas ações puderam ser politizadas e novos sujeitos, como escravizados, operários, pobres e mulheres, puderam ser vistos como participantes políticos, aumentando, assim, a possibilidade de análise, bem como a diversidade de fontes.

Consequentemente, as pesquisas das décadas posteriores abarcaram o abolicionismo por meio de novas problematizações, tais como a participação popular, os significados da liberdade, a pluralidade de projetos abolicionistas e emancipacionistas e a relação com escravizados e escravizadas. Assim aconteceu com o estudo da Lana Lage Lima (1980), que destaca o papel da rebeldia negra, investigando as ações dos cativos juntamente com a articulação abolicionista radical. Mostra, a partir de relatórios de chefes de Polícia e ações policiais e judiciais, o cotidiano de brancos, escravos e libertos em Campos dos Goytacazes.

Assim também fez a historiadora Maria Helena Machado (1994), em “O Plano e o Pânico”, ao investigar a presença de grupos populares nas ações abolicionistas. Explorando uma rica documentação, com registros de polícia e documentos religiosos, a autora observa o enfraquecimento do sistema escravista nas últimas décadas do século XIX em algumas cidades do interior da província de São Paulo. Nesse caminho, ela explica a onda antiescravista e as diversas vertentes do movimento, desconstruindo mitos historiográficos ao retirar a exclusividade da elite sobre os eventos abolicionistas, mostrando também que, além da crescente mobilização, a articulação escrava acrescentou no debate e na conquista da abolição. A pesquisadora exemplificou em seus estudos o uso plural das fontes, abrindo caminhos para a historiografia sobre o abolicionismo.

Do mesmo modo, outros trabalhos dedicaram-se a explicar o movimento abolicionista a partir de uma mobilização que se expandia com a participação popular. Assim fez o historiador Eduardo Silva (2003), que, a partir do viés da história cultural, observou uma nova composição social ao investigar as relações da elite branca com um movimento de negros escravizados, que se davam em quilombos abolicionistas repletos de simbolismos. Soma-se, ademais, a essa lista o trabalho da Angela Alonso (2015), que demonstra como o repertório de grupos e estratégias antiescravistas foi abrangente, denominando por essas e outras

características o abolicionismo como um movimento social. Por esse aspecto, a autora analisa possíveis entradas das mulheres na mobilização.

Igualmente, os estudos de Celso Castilho (2016) investigam o movimento abolicionista saindo do eixo Rio-São Paulo, ao observar como o campo político foi moldado a partir das dinâmicas que envolveram grupos populares da província pernambucana. O estudioso abordou a ampliação da cidadania política, verificando a construção de um projeto de política popular articulado pelo movimento abolicionista, o qual fez circular ideais por diversos espaços. Através de jornais, cartas, atas de sociedades, entre outras fontes, o autor mostra o contexto político no final da década de 1880, inclusive, fazendo considerações sobre como essa expansão da cidadania atraiu a participação de mulheres, como as sócias da sociedade *Ave Libertas*, reafirmando a importância dessa iniciativa para as futuras discussões sobre a mulher na vida pública.

Como podemos ver, a questão do gênero feminino ganhou uma abertura nesse campo revisitado da historiografia, apesar disso, ainda existem poucos trabalhos que tomam as mulheres como personagens centrais na investigação. Destacamos determinados estudos realizados nas últimas décadas, que se debruçaram nas pesquisas acerca da participação de mulheres no movimento abolicionista, principalmente, delimitando-se em algumas regiões como Goiás (SANT'ANNA, 2006), Amazonas (MENEZES, 2014), Rio de Janeiro (SILVA, 2014), Minas Gerais (MACENA, 2015), Espírito Santo (ROCHA, 2015) e a cidade Pelotas, no Rio Grande do Sul (NUNES, 2020).

Com relação a Pernambuco, encontramos alguns trabalhos que nos trazem informações sobre esse engajamento, como o livro aqui já citado de Luzilá Ferreira (1999), que, além do aporte documental, apresenta também reflexões sobre a atuação de mulheres, traçando diversos perfis, desde a década de 1870 até a abolição.

A historiadora Maria Ângela de Faria Grillo (2015), por sua vez, escreveu algumas considerações sobre as abolicionistas recifenses em seu trabalho "*Ave Libertas: O movimento abolicionista feminino de Pernambuco*", que apresenta informações iniciais sobre o envolvimento dessas senhoras com a articulação antiescravista. Observou as conquistas da sociedade feminina e destacou algumas militantes e suas ligações com outras associações. Logo, essas produções apresentam-nos fontes e dados proveitosos, indicando, assim, caminhos para nossas análises.

Tendo em vista que as concepções sobre masculino e feminino foram idealizadas historicamente, as quais construíram diferenças e divisões sociais, analisamos a participação de mulheres no processo de luta pela abolição, enfatizando a historicidade da construção do gênero. Logo, observamos como a militância feminina foi moldada também pelas normas sociais do Brasil oitocentista, as quais foram apresentadas e influenciadas a partir das idealizações formadas pela categoria de Gênero. Esse conceito permite-nos esmiuçar os significados de poder de uma época (SCOTT, 1995, p. 86), pois, além de ser uma construção social e cultural, contribui, ademais, para a formação de ideias sobre pessoas, objetos e atitudes. Esses elementos ajudam a construir as hierarquias, além de direcionar os domínios sobre os sujeitos, estruturando a vida social (Ibidem, p. 88).

Portanto, atentamo-nos a entender os padrões sociais e suas intervenções nos caminhos percorridos pelas militantes, com a finalidade de explorar as possibilidades, conveniências e transgressões que permearam as trajetórias das moças e senhoras que atuaram no movimento abolicionista.

Diante disso, observamos que os homens e as mulheres obtiveram, em suas experiências, exigências e parâmetros inevitavelmente diferentes, que formulam suas trajetórias e criam consciências coletivas que incentivam suas lutas. Com isso, utilizamos o conceito de experiência histórica desenvolvido por E. P. Thompson, para verificar como as ações humanas e as experiências dos sujeitos constroem historicamente as trajetórias sociais.

O historiador inglês indica-nos que a categoria é ainda formadora da consciência de classe e fator fundamental para a dinâmica dos processos históricos. (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVERIA, 2010). Os sujeitos e sujeitas ao experimentarem as situações e as suas relações produtivas, trazem suas vivências para a consciência e a cultura, portanto, as experiências influenciam diversos aspectos da trajetória dos indivíduos (THOMPSON, 1981, p. 182). Afinal, os movimentos são ocasionados a partir das vivências dos indivíduos, assim, os estudos de Thompson impulsionam-nos a dar preferência aos itinerários dos agentes de transformação social e histórica.

Dessa forma, utilizamos métodos da História Social, abordando o abolicionismo pernambucano através da perspectiva de gênero, relacionando e comparando as experiências femininas com as masculinas, analisando as construções históricas e como elas formularam as relações de poder e diferenças nas atividades entre os indivíduos. (PINSKY, 2009)

Ao observar as experiências coletivas e as formas de atuação femininas, podemos explorar a Cultura Política, conceito que permite pesquisar o político além do Estado, destacando questões sobre cidadania, participação, imaginário, padrões culturais, entre outros aspectos que nos aproximam dos pensamentos de grupos populares e não apenas das instituições. Logo, essa concepção torna-se adequada a essa historiografia renovada que ressalta as relações entre cultura e política.

Além disso, fazer uma leitura do político através da cultura política possibilita observar a complexidade das ações humanas por meio de vários parâmetros (BERSTEIN, 1998, p. 350). Neste sentido, é preciso estar consciente que as condutas sociais são formadas e formam representações, as quais atingem e modificam as trajetórias, por isso, essas culturas políticas são plurais e construídas historicamente.

Serge Berstein considera esse conceito como um fenômeno evolutivo que difunde representações normalizadas, as quais surgem a partir de respostas dadas aos problemas de determinadas sociedades (Ibidem, p. 355). Isso significa que, ao percorrer pelos processos históricos, as populações acumulam, em seu imaginário, idealizações que se transformam em guias para o futuro social e político, ou seja, a vida cotidiana, os desejos e símbolos acabam por influenciar as decisões e soluções das sociedades. De certa forma, nessa perspectiva, o cultural formaria uma base para o político, dinâmica que se sucede e modifica-se ao longo do tempo.

Visto isso, sondamos esse processo a partir do percurso político do abolicionismo, o qual é repleto de ações e comportamentos adotados na tentativa de alterar as circunstâncias da vida pública, envolvendo aspectos sociais e culturais de uma sociedade que conviveu, durante muito tempo, inserida em um sistema político determinado por normas excludentes. Para isso, buscamos entender as motivações dos agentes dessa mobilização, ao analisar suas crenças, valores e aspirações para o futuro, além de observar como a militância feminina contribuiu para o fortalecimento de símbolos e criação de memória histórica do abolicionismo.

Por conseguinte, esta dissertação foi construída seguindo as propostas dessa nova historiografia, mediante as questões que atravessam o engajamento de mulheres no movimento abolicionista de Pernambuco, sendo distribuída em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a trajetória da sociedade *Ave Libertas*, explicando, a partir de um ponto de vista cronológico a criação e o desenvolvimento das atividades realizadas pelo grupo feminino. Neste sentido, é analisado o contexto social e político da província pernambucana, a fim de observar as sociabilidades das militantes, investigando os fatores que foram essenciais para a porta de

entrada dessas moças e senhoras na mobilização. Com isso, estudamos como a participação feminina trouxe para o movimento um caráter familiar, sendo que, nesse ponto, averiguamos suas interações com os ativistas masculinos, verificando a influência dos papéis sociais de gênero nesse engajamento.

No segundo capítulo, investigamos as particularidades de atuação entre as mulheres, ou seja, buscamos discernir as diferentes maneiras e ações que as moças e senhoras conseguiram efetuar ao apoiar a causa. Nessa etapa, fizemos definições dos perfis femininos, questionando quem eram as associadas da *Ave Libertas* e qual era, de fato, a proximidade delas com a mobilização política abolicionista. Essas indagações fizeram-nos refletir a existência de senhoras que apenas simpatizavam com as ideias, enquanto outras militaram com mais fervor, tornando-se verdadeiras ativistas políticas, sendo assim, discutimos as formas de vínculo e atuação das abolicionistas. Para isso, pesquisamos também aspectos da vida privada⁴ dessas mulheres, buscando as influências do seu meio social em suas atividades no movimento.

Nessa perspectiva, ao observar quem eram essas militantes e apoiadoras, averiguamos como o grupo feminino relacionava-se com os escravizados e, principalmente, entendendo as relações com as mulheres não brancas. Através dos textos e discursos das sócias da *Ave Libertas*, examinamos as ideias sobre o padrão feminino que era convocado para a militância institucionalizada e, dessa forma, analisamos a exclusão das negras libertas e escravizadas, as quais são encontradas nos registros de atuação da sociedade apenas solicitando auxílio para as manumissões. Entretanto, vale salientar que alguns estudos já mostram que essas sujeitas não foram passivas nos processos de libertação (COWLING, 2018). Ademais, fizemos reflexões sobre a existência de uma relação, ainda que remota, entre ativistas e escravizados nos combates pela liberdade.

Por fim, o terceiro capítulo da dissertação explora as ações da sociedade abolicionista *Ave Libertas*, averiguando como as comissões organizadoras utilizaram o espaço urbano da cidade do Recife. Para isso, exploramos os anúncios jornalísticos dos eventos, verificando as escolhas dos locais para as manifestações abertas e fechadas. Neste sentido, examinamos também as atrações dessas cerimônias, assim como os textos e discursos contemplados pelo

⁴ Nesta investigação, entendemos por vida privada os elementos e fatos que envolvem a existência dos sujeitos, assim como as características que moldam suas trajetórias, como o ciclo familiar, aquisição financeira, profissões e convívio social. Para isso, buscamos fontes que nos aproximassem desses aspectos, como anúncios de casamento, viagens, aniversário e missas fúnebres, notas mortuárias em seções de necrologia e textos de homenagens.

público. Assim sendo, observamos o teor das ideias do movimento pernambucano, analisando possíveis simbologias, temas recorrentes e em quais assuntos os eventos aprofundavam-se.

Nessa parte final, também fizemos ponderações sobre o reconhecimento angariado pelas abolicionistas recifenses, anotando suas conquistas, seja pelos atos de homenagem ou através dos vestígios em que escravizados e escravizadas tiveram contato com o grupo *Ave Libertas*, solicitando auxílio para suas manumissões, atestando, assim, a importância da atuação da associação feminina para os diversos grupos da sociedade pernambucana.

1. A ABRANGÊNCIA DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA: HISTORIOGRAFIA, MULHERES E SOCIABILIDADES

Durante as décadas de 1870 e 1880, o cenário do abolicionismo brasileiro modificou-se através das conquistas e ações realizadas nas províncias, o movimento, que, anteriormente, concentrava-se nas discussões políticas entre partidos, passou a adentrar campos sociais diversos. Desse modo, os abolicionistas fortaleceram uma comunidade política⁵, principalmente, com a mobilização da opinião pública, indo além dos espaços parlamentares e jurídicos. A cultura impressa foi um importante elemento nesse processo, assim como as manifestações em praças e teatros, que dinamizaram os debates políticos e direcionaram para uma mudança social. (CASTILHO, 2016, p. 42)

Com isso, grupos aliados da política institucional foram se incluindo na mobilização antiescravista e, dessa maneira, nas discussões públicas, como os escravizados, trabalhadores livres empobrecidos e mulheres. Essas participações foram crescentes e essenciais para as transformações ocorridas no final do século XIX. Sendo assim, podemos perceber que os debates públicos promovidos pelo movimento abolicionista possibilitaram difundir um corpo político mais inclusivo. (Ibidem, p. 118)

Podemos identificar isso nos próprios discursos proferidos pelo importante líder do abolicionismo, Joaquim Nabuco. Principalmente em suas campanhas eleitorais, há momentos em que o político apresentou-se em espaços públicos e para diferentes grupos, como em uma manifestação para os artistas da cidade do Recife em 29 de novembro de 1884, na qual priorizou falar sobre a classe de trabalhadores.

Mais de uma vez tenho mostrado, n'esta campanha, a sympathia que sinto pela principal classe de nossa comunhão, a que cultiva a terra, ou sem salário, como os escravos, ou sem garantia de ordem alguma como os moradores livres do interior. Por uma série de circunstâncias serão precisos talvez trinta annos para se fazer comprehender a essa classe, a qual é uma população, que ella também tem direitos. Vós, porém, artistas das cidades, não levareis todo esse tempo a adquirir a noção da vossa dignidade e dos vossos direitos, e em minha opinião não há n'este momento medida mais urgente do que a de educar-vos para a posição que occupais – não somente de cidadãos a cujo alcance a Constituição pôs todos os cargos públicos, mas também de classe chamada nada menos do que a salvar o paiz pela reabilitação do trabalho. (NABUCO, 1885, p. 142)

⁵ Nesta pesquisa, o conceito de política está diretamente ligado às formas de atividade humana presentes numa sociedade, sendo assim, pensamos a política a partir das relações de poder e influência entre indivíduos e grupos. - BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco, **Dicionário de política**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 11ª ed., Vol. 1, 1998.

Em seu discurso, Nabuco demonstra como os trabalhadores livres ou escravizados precisam ser conduzidos a pensar politicamente e ter consciência dos seus direitos, para, assim, integrarem-se em lutas. Desse modo, podemos notar como as manifestações abolicionistas atraíam o público e impulsionavam-no para a tomada de um posicionamento também em seus lugares sociais, acerca de suas condições de serviço. O tema do trabalho era sempre recorrente, já que explanava sobre a exploração do escravismo e estabelecia relação com aqueles que trabalhavam tanto de forma livre ou escravizada.

Dessa maneira, percebemos que estratégias eram criadas no intuito de aproximar esses grupos da mobilização abolicionista, a fim de aumentar a força do movimento. A pluralidade de pessoas era buscada para que os indivíduos compreendessem a importância da participação política, além de ampliar a discussão sobre os direitos dos trabalhadores e pressionar os governantes imperiais a debaterem os problemas da classe. Assim sendo, os militantes convocavam as pessoas e iam ao seu encontro, marcando eventos em lugares acessíveis para as diversas categorias sociais.

Nabuco afirma ainda que os trabalhadores podiam “salvar o país pela reabilitação do trabalho”, colocando a relevância do engajamento público desses operários em destaque para evidenciar que o envolvimento deles era capaz de trazer resultados concretos. Em outros discursos eleitorais, o abolicionista menciona o “espírito público” angariado pelo abolicionismo e como essa força das massas auxiliou o movimento de alguma maneira. As mulheres engajadas com o abolicionismo também mencionavam, em alguns discursos, a importância da participação feminina, pois, mesmo não sendo um público votante, era um grupo socialmente relevante e, ao ser incluído nessa mobilização que circundava diversos assuntos, traria mais discussões, além de legitimar a pluralidade do movimento.

Vale salientar que a maioria dos participantes não era votante, mesmo assim, a presença desse público foi uma estratégia importante, uma vez que os eventos ganhavam notoriedade e, dessa maneira, os militantes intencionavam influenciar os votos nas urnas com o que a opinião pública mostrava defender. O movimento abolicionista concentrava suas práticas em torno dessas disputas, visto que as escolhas eleitorais traziam repercussões futuras e instigavam o encaminhamento da questão da abolição na agenda institucional política. (SOUZA, 2016).

Entretanto, a inclusão presente nessa mobilização e as atividades realizadas por esses grupos foram por muito tempo ignoradas pela historiografia, pois se estabeleceu uma imagem estática do movimento, o qual foi cada vez mais resumido a algumas figuras masculinas,

brancas e elitizadas. Alguns trabalhos investigaram o abolicionismo apenas com base nas ações parlamentares ou observando-o como um processo inevitável, visto que o capitalismo que crescia em alguns países impulsionava certas mudanças no mundo do trabalho. Contudo, com a virada historiográfica engendrada após 1980, as pesquisas passaram a revisar alguns assuntos, aproximando-se das teorias das ciências sociais e ampliando temas e agentes históricos.

Com essas novas maneiras de investigar o passado, mudou-se a forma de observar as relações entre dominantes e dominados, expandindo, assim, o olhar sobre as ações daqueles que eram afastados da política institucional. Com isso, diversificou-se as fontes e os sujeitos (GOMES, 2004). Essa ampliação, evidentemente, influenciou os estudos sobre escravidão e abolicionismo, uma vez que diferentes atores, que não eram centrais nas análises realizadas até então, começaram a ser colocados como sujeitos ativos, ajudando a complementar o contexto social investigado.

Dessa forma, o processo de abolição começou a ser pesquisado também a partir das ações populares, aumentando o número de estudos que examinaram a mobilização dos estratos subalternizados presentes no movimento abolicionista, de modo que a participação de mulheres no campo político, igualmente, ganhou destaque. Vale salientar que esse período de mudança na historiografia, da mesma forma, foi impulsionado pelo aumento das discussões sobre a luta de mulheres na política, ocorrido durante o período pós-ditadura militar, em que grupos feministas juntaram-se para reivindicar seus direitos. Trata-se, assim de um cotidiano de mudanças sociais que influenciou os estudos históricos. (Ibidem, p. 159)

Entretanto, essa nova fase ainda caminhou lentamente quanto à investigação da participação feminina na luta antiescravista. A historiografia por muito tempo reafirmou o afastamento de mulheres da política, reverberando preconceitos de gênero, ao invés de questionar o lugar social em que a mulher foi colocada ou buscar aquelas que se afastaram das normas sociais. Alguns fatores do cotidiano, como a manutenção da casa e o cuidado com os filhos, aproximaram o mundo feminino do domínio do privado, construindo lentamente o distanciamento de mulheres dos espaços políticos formais, enquanto, por aspectos morais, estéticos, familiares e intelectuais, os homens foram colocados como sujeitos superiores quanto às decisões da sociedade. Essa exclusão diminuiu a conquista de direitos e inibiu as ações públicas femininas.

Na historiografia sobre o abolicionismo até a década de 1980, podemos observar como as ações políticas femininas foram ignoradas, mesmo com as novas perspectivas, as mulheres (livres, libertas ou escravizadas) continuaram a não ser consideradas capazes de

contribuir de forma crucial para uma causa política como a abolicionista. Inclusive aquelas que faziam parte das médias e altas camadas da sociedade, quando envolvidas com a luta pela liberdade, suas ações eram avaliadas como filantropia e associadas à benevolência e humanidade, mas não à política.

Dessa forma, a idealização do gênero feminino propagada na sociedade dos oitocentos perpetuou-se também na historiografia, o que causou um silenciamento das participações femininas no ambiente político, pois as pesquisas acabaram reforçando as construções sociais formuladas a partir das ideias de gênero. Essa categoria indica as identidades subjetivas dos homens e das mulheres, ou seja, marca a criação social das ideias sobre os papéis que os sujeitos cumprem na sociedade. (SCOTT, 1995, p. 7)

Assim sendo, com atribuições relacionadas à maternidade e à caridade, as atuações sociais das mulheres são permanentemente consideradas como apolíticas, conseqüentemente, se as investigações históricas observarem a participação feminina na mobilização abolicionista sem questionar essas construções de gênero, esse engajamento continuará a ser avaliado apenas como atividades filantrópicas. Portanto, é preciso discutir os sentidos da atuação de moças e senhoras, analisando como esses papéis sociais acabam aprisionando suas ações, ou até mesmo reduzindo seus significados.

A ideia da mulher incapaz de atuar politicamente não pode ser considerada um fato, mas uma construção, afinal a maioria das meninas e moças não tinha acesso à escolarização, visto que ser ilustrada não era necessário para a realização das funções domésticas ou trabalhos rurais realizados por elas. A escolarização para mulheres só se tornou possível a partir do discurso de progresso, concretizado pelo desejo de modernização após a independência nacional (LOURO, 2004, p. 443). Mesmo assim, a inserção de grupos femininos nas salas de aula no século XIX era um privilégio, voltado para aquelas que nasceram em estratos mais abastados, ou que conviviam com grupos religiosos.

As mulheres investigadas neste trabalho participavam das altas camadas da sociedade recifense, portanto, grande parte delas obteve instrução escolar. Os principais nomes femininos associados ao movimento abolicionista em Pernambuco foram encontrados em listas de aprovações de colégios da época, principalmente em línguas, como português e francês, além de geografia, artes e aritmética.⁶ Essa condição mostrou-se crucial para o avanço da atuação

⁶ Nessas ocorrências, encontramos aprovações das senhoras Isabel Mendes Peres, Adelaide Porto e Maria Amélia de Queiroz: **Diário de Pernambuco**, 4 de dezembro de 1880, Revista Diária, Número 280, p. 2 / **Diário de Pernambuco**, 4 de dezembro de 1886, Revista Diária, Número 279, p. 3 / **Diário de Pernambuco**, 24 de julho de 1883, Publicações a Pedido, Número 168, p. 3 / **O grêmio dos professores Primários**, 25 de julho de 1883, Número 9, p. 4.

feminina em associações abolicionistas, afinal, esses conhecimentos eram essenciais para que elas pudessem assumir cargos que se envolviam com a parte financeira, organizacional ou de comunicação com o público e a imprensa.

Vale salientar ainda que a escolarização inicial presente na época foi construída a partir das diferenças de gênero, classe e raça, excluindo indivíduos de origem africana e diferenciando o ensino de homens e mulheres, da elite e das classes populares. Enquanto a educação masculina adentrava em conteúdos filosóficos e matemáticos, para as mulheres, eram ensinados assuntos como costura e culinária, ou piano e francês para as famílias com poder aquisitivo, sempre voltados aos princípios religiosos. (Ibidem, p. 445)

Formavam-se, assim, futuros adultos com funções predeterminadas, profissões, remuneração e o próprio lugar social. Desse modo, muitos obstáculos circundavam a trajetória de mulheres que ousassem aproximar-se dos assuntos políticos, além disso, é importante destacar que os caminhos femininos sempre foram controlados, ou seja, as suas ações ainda eram julgadas por uma sociedade hierarquizada, que era estabelecida por uma moral cristã e um patriarcalismo que fortaleceu o poder político como propriedade do homem. (PERROT, 1988, p. 175)

Nas exposições dos próprios abolicionistas, podemos perceber os discursos da época, o “belo sexo” era sempre associado à afetividade, logo sua atuação, igualmente, era vista como um lado benevolente do movimento, o que era uma perspectiva presente na sociedade imperial. A própria expressão “belo sexo”, aqui empregada, foi bastante utilizada durante o século XIX para referir-se ao sexo feminino, devido às influências da cultura francesa no vocabulário dos oitocentos, que a utilizava habitualmente.

A colocação do belo não se resumia à estética, mas à adesão de discursos filosóficos, como as ideias de Immanuel Kant que associa o conhecimento das mulheres ao belo e à consciência masculina ao sublime, afirmando que o mundo feminino teria um entendimento belo, gracioso, enquanto o masculino disporia, desenvolvia um entendimento profundo (BARBOZA, 2009).

Portanto, a virtuosidade associada ao feminino afastou as mulheres da profundidade do conhecimento. Tais pensamentos acabavam sendo introduzidos na sociedade, de maneira quase natural, influenciando, assim, as divisões sociais e políticas. Sob essa perspectiva, as iniciativas femininas nas instituições não foram incentivadas e acabaram sendo subjugadas e até mesmo pouco registradas. Impulsionaram, dessa maneira o silenciamento e a inércia feminina.

Entretanto, há indícios que evidenciam a amplitude do abolicionismo e da participação de mulheres que, mesmo nos moldes daquela sociedade patriarcal, estiveram presentes nas mobilizações antiescravistas. Os ativistas masculinos perceberam que a adesão feminina poderia, de alguma forma, ajudar o movimento, o qual necessitava de aceitação social e, com isso, algumas portas abriram-se para as moças e senhoras.

Sobretudo às mulheres da elite, as quais conseguiam desvincular-se de alguns serviços domésticos e dedicar-se às atividades religiosas e de caridade, era possível também contribuir com a organização das cerimônias públicas, assim como outras moças e senhoras que se inseriram junto com seus maridos, pais e filhos envolvidos com a mobilização antiescravista, proferindo palestras, escrevendo nos jornais e até auxiliando em ações consideradas ilegais. Além disso, algumas cantoras, atrizes e instrumentistas ganharam espaço nos eventos festivos, passando, do mesmo modo, a encorpar o movimento. Dessa maneira, a socióloga Angela Alonso (2015, p. 101) observa três caminhos para o início do engajamento feminino, a filantropia, o apoio de figuras masculinas da família e as relações profissionais artísticas.

Essa participação foi impulsionada também pelas mudanças que progrediam ao longo da segunda metade do século XIX, as inspirações europeias ajudaram nesse processo, as quais colocaram as mulheres em evidência nos espaços públicos, assim, gradativamente, as moças e as senhoras passaram a atuar com mais empenho, principalmente, com a ascensão das associações abolicionistas. “Pelo menos 26 sociedades abolicionistas femininas se formaram ao longo da campanha, situadas em 10 das 20 províncias do Império; 18 delas exclusivamente de mulheres” (ALONSO, 2011, p. 187).

Diante desses dados, podemos considerar que a participação de mulheres, ademais, foi diversa, havendo, desse modo, muitas maneiras de atuação que podem ser investigadas, as quais já estão sendo exploradas em estudos nos últimos anos que analisam o engajamento feminino em algumas províncias. Neste sentido, incluem-se as pesquisas de Thiago F. Sant’Anna (2006), que estuda as goianas que se envolveram com a mobilização abolicionista através da música entre 1870 e 1888, averiguando suas práticas políticas, especialmente, através dos jornais; o estudo da Bianca Sotero de Menezes (2014), que examina a trajetória das ativistas do Amazonas a partir de 1884, observando as participações em sociedades com exclusividade feminina, inclusive, com a presença de um clube juvenil e a organização de um periódico.

Soma-se a esses estudos a investigação de Wladimir Barbosa Silva (2014), que dissertou sobre o protagonismo feminino e sua relação com a imprensa na década de 1880 e, apesar de analisar diversos grupos em todo o país, concentrou-se no engajamento de moças e

senhoras da corte; há também o trabalho de dissertação da Fabiana Francisca Macena (2015), que investigou a atividade de mulheres, as quais atuaram na província de Minas Gerais entre os anos de 1850 e 1888, verificando, inclusive, as práticas de escravizadas em busca da liberdade; Karoline Rocha (2015), por sua vez, construiu uma dissertação sobre a atuação política feminina, agindo contra o recrutamento militar e apoiando o movimento abolicionista na província do Espírito Santo entre 1836 e 1888; assim como podemos referir as pesquisas realizadas por Etiane Nunes (2020), que estuda, utilizando a imprensa local, o envolvimento de moças e senhoras com a causa antiescravista, que se fez presente na cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1881 e 1884. Além delas, há as investigações sobre a atuação feminina em Pernambuco de suma importância para nossa pesquisa, as quais já citamos na introdução (FERREIRA, 1999; GRILLO, 2005; CASTILHO, 2008).

Como podemos ver, mesmo que lentamente, a historiografia expandiu suas perspectivas e pesquisas sobre a participação feminina, que se fez presente a partir das mais diversas formas na mobilização pelo fim da escravidão. Acrescentando a esses estudos, apresentaremos aqui a atuação de mulheres pernambucanas no movimento abolicionista, mostrando como as moças e senhoras estabeleceram-se em associações e eventos, ao analisar os espaços angariados por elas a partir da criação de um grupo feminino, do qual traçaremos sua trajetória, seus eventos e estratégias de sociabilidade.

1.1 *Ave Libertas*: mulheres pernambucanas saudando a liberdade

As discussões políticas sempre estiveram presentes na capital pernambucana e, com os debates sobre o fim do trabalho escravo, não foi diferente. Afinal, Pernambuco ainda era a quinta província com maior concentração de escravizados, segundo o censo de 1872⁷. Além disso, muitos abolicionistas iniciaram suas atuações de militância no Recife, devido à presença da Faculdade de Direito no local. Com isso, o assunto circulou pela cidade, mobilizando pessoas com os mais diversos posicionamentos ideológicos.

Entre as décadas de 1860 e 1870, alguns grupos abolicionistas já atuavam na província pernambucana, principalmente, nesse último decênio em que o número de eventos organizados pelos militantes aumentou, graças ao fervor trazido pela Lei de 1871. Essas cerimônias

⁷ Segundo esse recenseamento, em 1872, Pernambuco tinha 89.028 escravizados, ficando atrás apenas das grandes províncias e centros de plantação, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo. Fonte: BRASIL, **Recenseamento do Brasil em 1872**, BIBLIOTECA DO IBGE, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875].

construíram identidades, memórias e um espaço importante para a realização de novos feitos na década seguinte. (CASTILHO, 2016, p. 79)

Como acontecia nas demais províncias, a mobilização pelo fim da escravidão apropriou-se da imprensa e popularizou as manifestações públicas, nas ruas e teatros do Recife. A presença feminina não passou despercebida nesses eventos, mesmo que, muitas vezes, não mencionada nas notícias, o público era composto por muitas senhoras que condensavam as cerimônias. (Ibidem)

A primeira vez que os jornais pernambucanos registraram a participação de mulheres em ações antiescravistas realizadas na província foi no ano de 1870, ao noticiar um concerto musical, organizado por estudantes da Faculdade de Direito a fim de arrecadar dinheiro para manumissões de escravizados da cidade de Olinda. Moças e senhoras foram localizadas auxiliando na preparação dessa ação. Antes disso, só são encontradas mulheres atuantes nas cidades de São Paulo e Santos. (Ibidem, p. 44)

No entanto, o apoio feminino foi além de contribuir com a organização de eventos. Na década de 1880, algumas mulheres começaram a participar de associações mistas de Pernambuco, como a Nova Emancipadora. Com o discurso de humanizar a causa da abolição através da “afetividade natural” feminina, as moças e senhoras foram cada vez mais incorporadas na mobilização. Mas, logo, começaram atuar com mais vigor.

Esse engajamento ganhou força, depois que algumas mulheres resolveram criar uma sociedade feminina, que, posteriormente, se tornaria a *Ave Libertas*. A reunião para a fundação dessa associação foi realizada em 20 de abril de 1884, na sede da Nova Emancipadora, grupo em que moças e senhoras já ajudavam e tinham relações familiares com seus associados. Esse grupo apoiou a empreitada feminina por meio da doação do espaço, bem como participando dessa primeira sessão.

Muitas mulheres compareceram à reunião de criação ou mandaram cartas para justificar a ausência. Com isso, a sociedade iniciou com ânimo, formando comissões para a redação dos estatutos, arrecadando fundos e montando uma diretoria provisória, com Odila Pompilio como presidente, Maria Albertina Pereira do Rego e Isabel Mendes Peres como 1ª e 2ª secretárias e D. Leonor Porto como tesoureira, nomes recorrentes e importantes para a trajetória da associação.⁸

A primeira reunião foi finalizada ainda com um discurso da 1ª secretária interina, Maria Albertina Pereira do Rego, que relatou as razões da criação do grupo, a luta pelo fim da

⁸ Detalhes da reunião publicados em: **Jornal do Recife**, 22 de abril de 1884, Gazetilha, Número 92, p. 2.

escravidão e reafirmou a relevância da participação feminina na causa, como podemos observar no trecho:

É certo que a nossa posição social, o nosso sexo e até os muitos preconceitos em que é educada a mulher brasileira, oferecem sérios obstáculos ao desempenho da missão libertadora; mas, reunidas no pensamento do bem, agrupadas em derredor do estandarte do Progresso, nos havemos de reciprocamente animar e prosseguiremos pela, si não fácil sempre brilhante senda que nos há de levar ao grito de: Viva o Brazil livre.

Jornal do Recife, 22 de abril de 1884, Gazetilha, Número 92, p. 2.

Nessa exposição, Maria Albertina manifesta a percepção que as moças e senhoras tinham sobre o afastamento delas da causa política, concebendo esse fato como um resultado da estrutura social em que viviam. As associadas compreendiam que essas condições poderiam oferecer obstáculos nos caminhos do grupo, como julgamentos ou censuras. Entretanto, essa consciência não paralisou as abolicionistas, mas impulsionou a aplicação de estratégias que assegurassem a honra do grupo feminino, na tentativa de mostrar sempre que suas ideias aproximavam-se da compaixão e do bem humanitário. Atestavam-se, assim, as possibilidades da atuação das mulheres na causa, dentro do rol de expectativas aos papéis sociais de gênero majoritários à época.

Em seu discurso, a 1ª secretária exaltou ainda a abolição concretizada no Ceará, em 25 de Março de 1884⁹, conquista que impulsionou a fundação de muitas associações, Maria Albertina evidenciou a inspiração cearense para o grupo, o qual estaria “imitando o digno e nobre exemplo das matronas e donzelas do livre Ceará”. As militantes cearenses foram importantes modelos para as estratégias exercidas na província, como a formação de muitos grupos femininos com o objetivo de persuadir proprietários a libertarem seus escravos. (ALONSO, 2015, p. 135)

O próprio nome da sociedade feminina do Recife seria uma homenagem à realização cearense, o grupo que, inicialmente, chamava-se “25 de março” precisou escolher outro nome por já haver outra associação com a mesma denominação, assim sendo, a abolicionista Urcicina Alcoforado propôs o termo *Ave libertas*,¹⁰ expressão muito utilizada entre os abolicionistas, a qual advém do Latim e carrega o significado de saudar a liberdade, podendo ser traduzido como “Salve a Liberdade”.

⁹ A província cearense declarou ser um território livre a partir daquela data, realização que impulsionou abolicionistas, abrasou a vida de muitos escravizados e levou insegurança para seus proprietários. O acontecimento ainda foi muito festejado e comentado pelos veículos de comunicação em Pernambuco, agitando e animando os militantes do abolicionismo - SANTOS, Maria Emilia Vasconcelos dos. Antes do 13 de maio: o 25 de março no Ceará e o movimento abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, Bahia, n. 53, p. 149-183, 2016.

¹⁰ Publicação com decisões do grupo: **Diário de Pernambuco**, 6 de Maio de 1884, Revista Diária, 104, p.2.

Nos primeiros meses de sociedade, muitas decisões foram tomadas pelas associadas, que se reuniam, pelo menos, uma vez a cada mês.¹¹ O primeiro planejamento do grupo foi libertar os escravizados da cidade do Recife pela campanha de libertação de territórios, a qual elencava, de forma gradual, ruas, quarteirões e bairros para atuarem na busca pela libertação dos escravizados que ali residiam. Inicialmente, o grupo escolheu a Rua Princesa Isabel, uma seleção simbólica, provavelmente, realizada pela representação de ter o nome de uma integrante feminina da nobreza, que tinha uma relação estreita com o abolicionismo. Para o cumprimento da campanha no local, uma comissão de senhoras foi designada a persuadir os moradores da localidade a emanciparem seus escravos.¹²

Contudo, não há vestígios de que outras ruas foram elencadas para essa atividade, provavelmente, a estratégia não teve tanto sucesso na capital pernambucana, diferentemente dos municípios cearenses, nos quais a campanha foi realizada com êxito. Isso porque as duas províncias dispunham de circunstâncias sociais e econômicas diferentes. Na cearense, houve um fator político importante, pois a presidência da província passou por um período de instabilidade, estabelecendo-se um governo local que facilitou as estratégias do movimento. (ALONSO, 2015, p. 133).

Assim sendo, o contexto do Ceará diferenciou-se por alguns aspectos, como o econômico, o qual foi construído a partir das decisões políticas durante a segunda metade do século XIX. Com o fim do tráfico transatlântico em 1850, o comércio interno de cativos esvaziou as províncias exportadoras do Norte. A província cearense participou desse movimento e exportou ainda mais escravizados para o sudeste, a condição ambiental incentivou esse negócio, pois o Ceará foi afetado por períodos de seca e não se estabeleceu como uma zona agro-econômica. Temendo a quebra do escravismo nessas províncias nortistas, alguns impostos foram criados e dificultaram as negociações, assim, os escravos cearenses que restaram perderam cada vez mais o valor. (MARTINS, 2012, p. 32)

Com essas condições, os proprietários quando não vendiam, libertavam seus escravizados em busca de retorno financeiro, pois o ambiente não estava favorável para esse tipo de empreendimento. Dessa maneira, o movimento abolicionista conseguiu expandir-se e utilizar mais estratégias, obtendo ainda o apoio de libertos do local, como os jangadeiros que

¹¹ Não há documentos acerca da vida administrativa da associação *Ave Libertas*, como atas, ofícios ou livro de inscrição, sendo que, em nossa investigação, encontramos apenas o estatuto da sociedade e o jornal homônimo de edição única, que estão transcritos na obra organizada por Luzilá Ferreira (1999). Entretanto, muitas publicações jornalísticas mostram convites para sessões, além de notas com decisões que aconteciam nessas ocasiões.

¹² **Diário de Pernambuco**, 6 de Maio de 1884, Revista Diária, 104, p.2.

evitavam o comércio marítimo entre as províncias mais próximas que ainda se interessavam pelos cativos cearenses (Ibidem, p. 34).

Como podemos ver, atividades ousadas foram realizadas, como o fechamento de portos pelos jangadeiros, que eram basicamente homens libertos com apoio de associações abolicionistas, ação que para Celso Castilho (2016, p. 110) retornou como um ponto material e simbólico, declarando a abolição da província como um objetivo.

Assim, a grandeza da militância abolicionista empenhou seus esforços no território cearense, na primeira metade da década de 1880, diversos militantes, inclusive de outras províncias, mobilizaram grupos a fim de aumentar os movimentos que buscassem a liberdade dos escravizados que residiam no Ceará. Imediatamente, aumentaram-se a criação de associações, eventos e compras de manumissões, movimento que foi essencial para as conquistas cearenses. Dessa maneira, foram construídas, no Ceará, circunstâncias apropriadas para o avanço do abolicionismo, culminando na abolição completa anunciada em 25 de março de 1884.

Portanto, esse fato ocorreu não apenas pelo contexto social e político, reduzir a isto seria invalidar os esforços da militância antiescravista. Por isso, destacamos o empenho e a articulação de abolicionistas, escravizados, libertos e libertandos. O papel dos que se dedicaram para essa conquista foi essencial e inspirador.

Todavia, mesmo com a trajetória cearense não conseguindo ser reproduzida com os mesmos resultados no Recife, as mulheres da *Ave Libertas* buscaram soluções para abolição por outros caminhos. A campanha de manumissões foi, sem dúvida, a conquista principal do grupo, a qual só foi possível com as arrecadações em seus eventos. Em seu primeiro ano, foram realizados saraus, bazares, jantares e espetáculos. Suas solenidades fizeram o gosto do público e a sociedade fazia questão de publicar, em seus anúncios, que a realização dos eventos era feita “a pedido geral”¹³, ou afirmando, posteriormente, que esteve “literalmente cheio”¹⁴, mostrando o sucesso das cerimônias.

Mesmo com uma direção ainda provisória, seus eventos demonstraram uma boa adesão e, com o empenho das diretorias eleitas, a associação conseguiu estruturar-se ainda mais, concentrando-se nas conquistas de manumissões. Localizamos três eleições anuais para a administração da *Ave Libertas*, realizadas em 1884, 1885 e 1886. A primeira efetivada quatro meses depois de sua fundação, em 24 de agosto de 1884, elegendo como presidente D. Leonor

¹³ Anúncio de espetáculo no teatro Santo Antônio: **Jornal do Recife**, 11 de julho de 1884, Declarações, Número 158, p. 3.

¹⁴ Detalhes de espetáculo: **Diário de Pernambuco**, 1884, Revista Diária, Número 161, p. 3.

Porto, vice-presidente Ernestina Barros, 1ª secretária Odila Pompilio, 2ª secretária Carlota Villela e, como tesoureira, Flora Guedes Alcoforado.¹⁵

As competências dos cargos da diretoria estão dispostas no estatuto da sociedade, que explica as funções da seguinte forma: a presidente e a vice-presidente eram responsáveis por convocar e comandar as reuniões, nomear comissões, autorizar despesas e organizar a ocupação de cargos; para as secretárias, cabiam a obrigação de redigir e ler os documentos necessários para as reuniões e atividades da sociedade, além de conservar o seu arquivo; e, para a tesoureira, ficava a função de receber quantias, nomear cobradores, registrar e balancear as movimentações financeiras do grupo. (FERREIRA, 1999, p. 206-207)

As dirigentes tomaram posse na solenidade de instalação da sociedade, evento realizado no dia 8 de setembro de 1884 no maior teatro da capital, o Santa Isabel. O festival teve a presença de muitas famílias, que puderam apreciar diversas atrações musicais, um sarau literário, discursos e, obviamente, a entrega de cartas de alforria, momento sempre presente nos eventos abolicionistas.¹⁶ O local era o principal teatro público da província, não apenas como uma construção material, mas como um espaço conceituado que promovia a cultura e acolhia eventos sofisticados (NASCIMENTO, 2009), logo, a sua utilização pela *Ave Libertas* pode indicar o prestígio que o grupo carregava, apontando também uma proximidade com as camadas altas da sociedade, visto que o Teatro de Santa Isabel foi um espaço das elites locais.

Essa diretoria eleita conseguiu reconhecimento e demonstrou empenho nas atividades desenvolvidas, a presidente, Dona Leonor Porto, foi uma grande figura para o movimento em Pernambuco e já realizava ações antiescravistas por meio do Club do Cupim¹⁷, grupo secreto que atuava por meios ilegais, principalmente, com as fugas orientadas, sendo que muitas senhoras ajudavam durante o trajeto.

Com essa experiência em atividades abolicionistas, tornou-se uma matrona para o grupo, chegando a ceder uma de suas propriedades a fim de servir como instalação da *Ave Libertas*. O espaço era localizado na Rua Larga do Rosário, que ficava no Bairro de Santo Antônio, local com muitos estabelecimentos comerciais e a maior parte das repartições

¹⁵ Resumo de sessão: **Diário de Pernambuco**, 26 de agosto de 1884, Revista Diária, Número 196, p. 2.

¹⁶ Publicação sobre o festival: **Diário de Pernambuco**, 10 de setembro de 1884, Revista Diária, Número 208, p. 2.

¹⁷ O Club do Cupim foi uma associação abolicionista recifense que atuava por meio da desobediência civil, com códigos secretos e ações que colocavam em risco suas vidas, muitos sócios eram maridos das senhoras da *Ave Libertas*, as quais eram consideradas membros externos. (GRILLO, 2005, p. 9-10); o nome do grupo fazia alusão ao ato de corroer em silêncio a escravidão, o clube secreto organizava fugas que levavam ilegalmente escravizados para os territórios já considerados livres do cerará, chegando a libertar milhares de sujeitos entre 1884 e 1888. (CASTILHO, 2008, p. 150)

públicas, além dos espaços de movimentação e comunicação como as sedes de jornais, travessas, praças, igrejas e largos. A presidente da *Ave Libertas* era costureira e pode ser encontrada em centenas de anúncios, em que ofertava seus serviços, sendo que, em algumas dessas publicações, encontramos o mesmo endereço em que as reuniões da sociedade eram anunciadas.¹⁸ Nos próximos capítulos, faremos mais análises sobre a trajetória dessa militante e sobre os espaços urbanos utilizados pelas abolicionistas.

As associadas da *Ave Libertas* articularam-se de diversas maneiras para conseguir libertações, para isso, criaram uma teia de ativismo feminino, a fim de angariar cada vez mais mulheres que pudessem ajudar em suas atividades. As militantes apresentavam propostas de moças e senhoras em suas reuniões para serem aceitas como sócias. Assim, o grupo crescia cada vez mais, aumentando e concretizando o engajamento feminino na capital. A *Ave Libertas* teve mais de 60 sócias até o ano de 1887. (CASTILHO, 2016, p. 150).

Com isso, a associação conseguiu mais de 200 manumissões ainda no seu primeiro ano de atuação, como é mencionado na comemoração de aniversário do grupo realizada em 8 de setembro de 1885, nos salões do Club Carlos Gomes. Na ocasião, outra diretoria tomou posse de suas funções, com a presidência reeleita composta por Leonor Porto e a vice Ernestina Barros, alguns novos nomes assumiram os outros cargos, como a Mariana Silva e a Laura de Azevedo Telles na secretaria, Adelaide Porto como tesoureira e Carlota Villela como oradora oficial do grupo. No evento, ainda foi distribuída a edição única do jornal *Ave Libertas*, com textos assinados apenas por mulheres.¹⁹

¹⁸ Anúncio comercial da senhora Leonor Porto: **Diário de Pernambuco**, 6 de novembro de 1883, Avisos diversos, Número 253 p. 7; Convite para reunião da *Ave Libertas* no mesmo endereço: **Jornal do Recife**, 2 de setembro de 1884, Declarações, Número 202 p. 3.

¹⁹ Relato sobre festa de aniversário: **Jornal do Recife**, 10 de setembro de 1885, Gazetilha, Número 205 p. 1.

Figura 1 – Capa do Jornal *Ave Libertas*



Fonte: *Jornal Ave Libertas*, Edição única, 8 de Setembro de 1885.

Na ilustração (fig. 1), podemos verificar a capa do jornal organizado pela associação, a qual apresenta o retrato da dirigente Leonor Porto, segundo análises de Luzilá Ferreira (1999), a figura constrói a imagem de uma chefe confiante, porém feminina com brincos e roupas rendadas, além disso, os ramos de louro e carvalho representam vitórias, força e resistência, valores estimados pelo movimento abolicionista. Dessa maneira, a estudiosa evidenciou a admiração que as associadas cultuaram pela presidente que comandou a sociedade durante a maior parte de sua trajetória.

Para aprofundarmo-nos na análise da imagem, salientamos que elementos do vestuário masculino começaram a ser incluídos no guarda-roupa feminino do século XIX, como coletes, gravatas e colarinhos. Esta era uma maneira de trazer mais praticidade e liberdade, sem perder o decoro feminino, o que facilitou a vida de mulheres que aos poucos tinham a vida social cada vez mais agitada (GONÇALES, 2020, p. 50). Na Figura 1, notamos o uso de um colarinho branco delicado pela diretora da *Ave Libertas*, sob uma vestimenta preta, Gonçalves

(Ibidem, p.159) reforça que esse contraponto de cores indica a honradez de quem a porta, certamente, para a criação desse retrato, foi feita a escolha de roupas e cores na intenção de demonstrar honra e altivez da abolicionista, em um documento que divulgaria a sociedade e suas ações, como esse jornal comemorativo.

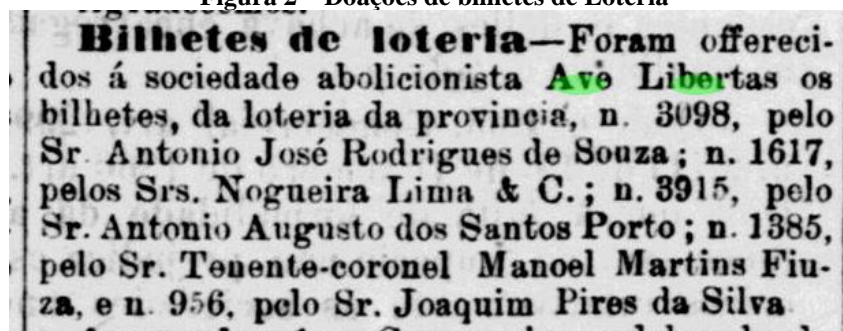
A participação dessas mulheres em textos impressos, como os artigos e poesias presentes nesse folheto e em outras colaborações jornalísticas, evidencia que a atuação feminina no movimento abolicionista também adquiriu um viés intelectualizado. Uma parte desse grupo feminino assinou escritos com reflexões sociais e políticas, sendo que essas ações eram importantes para mostrar as concepções pessoais dessas mulheres e suas ideias como grupo, como uma associação ativa e com convicções políticas.

Além disso, algumas abolicionistas lideraram conferências públicas, assumindo a tribuna e discursando para um público majoritariamente masculino, que estava acostumado a ouvir homens engajados na política. Assim, ganharam destaque nos eventos públicos, tornando-se conferencistas prestigiadas, como a oradora oficial da *Ave Libertas*, Carlota Vilella, e a professora Maria Amélia de Queiroz, que assumiu o posto de propagandista e participou de diversas assembleias, nas quais defendeu suas ideias políticas.

Nas cerimônias ou passeatas, abriam-se espaço para as manifestações femininas sobre a abolição. Com isso, essas mulheres conseguiram expor suas ideias e fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Esses exemplos direcionam-nos para a designação de um engajamento feminino com um caráter pensante e racional.

Todavia, essas militantes não se distanciavam das convenções sociais de gênero, eram mulheres discursando politicamente. Elas assumiam espaços predominantemente masculinos, mas organizavam atividades que se aproximavam da afetividade e benevolência associada à feminilidade, como bazares, quermesses e apostas de loterias, as quais mobilizavam doações de pessoas que se solidarizavam com o espírito caridoso dessas atividades. Encontramos notas com anúncios de contribuição de diferentes tipos, vejamos.

Figura 2 – Doações de bilhetes de Loteria



Bilhetes de loteria—Foram offercidos á sociedade abolicionista *Ave Libertas* os bilhetes, da loteria da provincia, n. 3098, pelo Sr. Antonio José Rodrigues de Souza; n. 1617, pelos Srs. Nogueira Lima & C.; n. 3915, pelo Sr. Antonio Augusto dos Santos Porto; n. 1385, pelo Sr. Tenente-coronel Manoel Martins Fiuza, e n. 956, pelo Sr. Joaquim Pires da Silva

Fonte: *Jornal do Recife*, 4 de novembro de 1884, Gazetilha, Número 254 p. 1.

Nessa publicação, percebemos a presença de homens que ajudavam financeiramente o grupo feminino, destacamos o senhor Antônio Augusto dos Santos Porto, que era marido da Leonor Porto, dirigente da associação *Ave Libertas*. Essa ajuda, além de financeira, poderia representar uma legitimação social, mostrando que a sociedade de mulheres, de alguma forma, tinha o apoio familiar e patriarcal. As doações de fichas lotéricas poderiam, a depender da sorte, melhorar a situação financeira do grupo, os bilhetes de loteria tornaram-se uma esperança de conseguir prêmios em dinheiro rapidamente, o que ajudaria na compra de manumissões. Além de associações, trabalhadores livres e escravizados investiam nessas jogadas (LONER, 2014). Com esse jogo de azar em ascensão, a sociedade *Ave Libertas* ganhou diversas apostas como doação, principalmente de homens, como evidenciamos na Figura 2.

Entretanto, o trabalho da *Ave Libertas* não esperou a sorte para receber seus frutos, a sociedade organizou eventos, comprou e ajudou a pagar diversas manumissões e geriu suas ações públicas e burocráticas. A última eleição para a administração da sociedade, que encontramos, foi registrada na imprensa em 1886, momento em que as ocorrências jornalísticas sobre a *Ave Libertas* são reduzidas. Dessa vez, o grupo tinha uma direção bastante renovada com nomes pouco mencionados anteriormente. Foram eleitas, como presidente, a senhora Amélia Fiock de Miranda, como vice, a Viscondessa de Mecejana, Maria A. de Carvalho Moura, como 1ª secretária, Virginia Fonseca, como 2ª secretária, na tesouraria a senhora Neomisia de Albuquerque Mello e Carlota Villela, reeleita como oradora.²⁰

Muito mais do que o simbolismo de suas atividades, a sociedade tinha um trabalho de organização que demonstrava um caráter político, as senhoras resolviam deliberações burocráticas, como o uso de bandas musicais oficiais e a utilização dos espaços teatrais, encontramos menções da *Ave Libertas* em dezenas de publicações sobre ofícios dirigidos para o governo provincial e seus encaminhamentos.²¹

Além disso, as mulheres negociavam com senhores insistentes, como podemos ver em algumas discussões públicas nos jornais²², em que suas dirigentes defendiam e atuavam junto aos escravizados que estavam na luta para conseguir a sua liberdade, os quais buscavam auxílio da associação feminina, em uma luta conjunta, com a legitimidade das abolicionistas e as estratégias orquestradas pelos cativos. A exemplo disso, temos o caso do escravizado Manoel

²⁰ Eleição de diretoria: **Diário de Pernambuco**, 1 de setembro de 1886, Revista Diária, Número 200 p. 1.

²¹ Alguns ofícios em: **Jornal do Recife**, terça 26 de agosto de 1884, Actos Officiaes, Número 196 p. 1 / **Diário de Pernambuco**, 19 de maio de 1884, Parte Official, Número 123 p. 1.

²² Diretoria da *Ave Libertas* negocia liberdade do escravizado João com o Sr. Diogo Soares Carneiro de Albuquerque: **Jornal do Recife**, 4 de junho de 1885, Publicações solicitadas, Número 126 p. 2.

de Barros que rendeu algumas trocas de notas públicas para negociar sua liberdade, entre o seu proprietário e a presidente da *Ave Libertas*.²³

Em junho de 1885, Leonor Porto enviou uma carta para o militar Perminio Francisco de Paula Mesquita, propondo a negociação da compra da liberdade de Manoel de Barros, cativo que trabalhava no engenho Atalaia, em Ipojuca. No mês seguinte, essa correspondência foi respondida publicamente no *Jornal do Recife*.²⁴ O proprietário de Manoel fez um longo texto mostrando sua insatisfação com o valor proposto pela associação, que, para ele, estava muito inferior às qualidades físicas do cativo, além de condenar as intromissões sobre a propriedade escrava realizadas pelos grupos abolicionistas, o que, segundo ele, estava trazendo prejuízos para os donos de lavouras. Para continuar a negociação, ele propunha um contrato de locação de serviços com duração de cinco anos. Por fim, o escravocrata ainda justificava que sua contestação à investida das associadas da *Ave Libertas* foi exposta publicamente para que o governo geral soubesse das influências do abolicionismo no cotidiano dos escravizados e agricultores.

A presidente da *Ave Libertas* respondeu essas alegações no mesmo periódico:

Figura 3 – Negociações sobre a liberdade de Manoel de Barros



Fonte: *Jornal do Recife*, 4 de julho de 1885, Publicações solicitadas, Número 149, p. 2.

²³ *Jornal do Recife*, 4 de julho de 1885, Publicações solicitadas, Número 149, p. 2.

²⁴ Resposta do Senhor Perminio F de Paula Mesquita: *Jornal do Recife*, 3 de julho de 1885, Publicações solicitadas, Número 148, p. 2.

Leonor Porto afirmou que precisou responder também de maneira pública, já que o senhor Perminio fez questão de expor tal negociação, a qual, inclusive, foi questionada pela dirigente, que se mostrou desconfiada das verdadeiras intenções dessa escolha. Segundo a abolicionista, a associação tinha o costume de negociar diretamente com os senhores de escravos, entrando em acordos de forma privada e, aparentemente, o militar intencionava afrontar ou trazer irritação pública para a sociedade.

Além de explanar como a *Ave Libertas* lidava com essas questões, a carta pública retrucou os argumentos do senhor Perminio e defendeu a proposta inicial da sociedade, alegando que o valor era justo, pois Manoel de Barros não estaria gozando de saúde, como teria afirmado seu senhor.

Com isso, o militar publicou outra longa resposta, mostrando-se impassível para futuras propostas, o senhor ainda rebateu Leonor sobre as condições do escravizado, fazendo acusações sobre o pai de Manoel, um liberto que se chamava Claudio e aparentava não ter boas condições de saúde. Segundo Perminio, Claudio teria se apresentado para a *Ave Libertas* como Manoel de Barros, enganando a associação abolicionista para conseguir apoio na compra da manumissão do filho, que tinha fugido do engenho.²⁵

Não foram encontradas mais publicações sobre essa negociação relacionada à sociedade *Ave Libertas*, que, provavelmente, distanciou-se do caso²⁶, entretanto, esse episódio evidencia a maneira que a associação envolveu-se com as conquistas de liberdade, além de representar publicamente as atividades abolicionistas e defender suas ideias. Esse caso ressalta, igualmente, que a atuação da sociedade abolicionista feminina ganhou notoriedade além das fronteiras do Recife, alcançando a Mata Sul da Província, região de muitos engenhos. Vale salientar que os escravistas, além disso, organizaram-se contra o movimento abolicionista e trazer essas ações ao público poderia atrair ataques e importunações contra o grupo de mulheres, o que Leonor Porto chamou de “odiosidade pública”. Aparentemente, esta foi a intenção de Perminio que, ao longo de suas publicações, menosprezou e injuriou o abolicionismo.

²⁵ Segunda Resposta do Senhor Perminio F de Paula Mesquita: **Jornal do Recife**, 9 de julho de 1885, Publicações solicitadas, Número 153, p. 2.

²⁶ O Senhor Perminio seguiu na busca por Manoel de Barros, publicando anúncios de fuga: **O Tempo** (RJ) 15 de julho de 1885, Declarações, Número 122, p. 2. Após dois anos, o militar protestou publicamente contra o casamento de Manoel com uma liberta advinda do mesmo engenho, o senhor teria encontrado uma publicação com a proclama desse casamento. Perminio alegou que o enlace estava confrontando seu direito de propriedade, assim o proprietário de Manoel tentou negociar com o padre que teria acolhido e protegido o casal. **Jornal do Recife**, 20 de fevereiro de 1887, Publicações solicitadas, Número 41, p. 2.

Contudo, os obstáculos sociais não estagnaram as ações das mulheres abolicionistas, assim como outras sociedades abolicionistas recifenses, a *Ave Libertas* demonstrou resistência e seguiu com suas investidas em busca da liberdade e defendendo a causa da abolição e os objetivos de suas atividades.

Como resultado desse empenho em negociar liberdade, dos eventos bem-sucedidos e das conquistas de manumissões, o movimento pernambucano cada vez mais demonstrava reconhecimento pela importância da participação feminina. A sociedade era sempre mencionada nos discursos dos abolicionistas da capital, com orgulho e apreço, ademais, o grupo tornou-se referência nos preparativos das cerimônias abolicionistas na cidade e, nas datas comemorativas para o abolicionismo, a associação sempre aparecia organizando marchas e festivais. Isso ocorreu, por exemplo, na comemoração do primeiro aniversário da abolição no Ceará, em 1885, arquitetada pela *Ave Libertas* em um festival com programação extensa, contendo um passeio cívico e a cerimônia no Teatro Santa Isabel, sendo que, no evento, foram apreciados os discursos de D. Leonor Porto e da professora Maria Amélia de Queiroz, grande porta voz da sociedade aqui já mencionada. Contudo, a exposição principal foi realizada pelo renomado conferencista Fernando de Castro, o qual fez parte da geração abolicionista de estudantes de Direito do Recife, seu discurso tratou de denunciar as vantagens econômicas que a elite desfrutava mediante as atrocidades da escravidão e a má influência dessa instituição para a moralidade familiar brasileira. Essa conferência foi publicada a pedido da associação.²⁷

Os pensamentos trazidos na manifestação de Fernando de Castro estavam em harmonia com o debate aguçado pelo movimento abolicionista nas últimas décadas, que reforçava os aspectos negativos que o escravismo propagava pelas instituições do país, como a destruição da família. Afinal, a escravidão forçou a separação de diversas famílias negras, as quais tiveram pais, mães e filhos condenados a viver distantes dos sentimentos parentais. Esses argumentos morais eram usados pelo abolicionismo como forma de apresentar que o sistema escravista foi desumanizador.

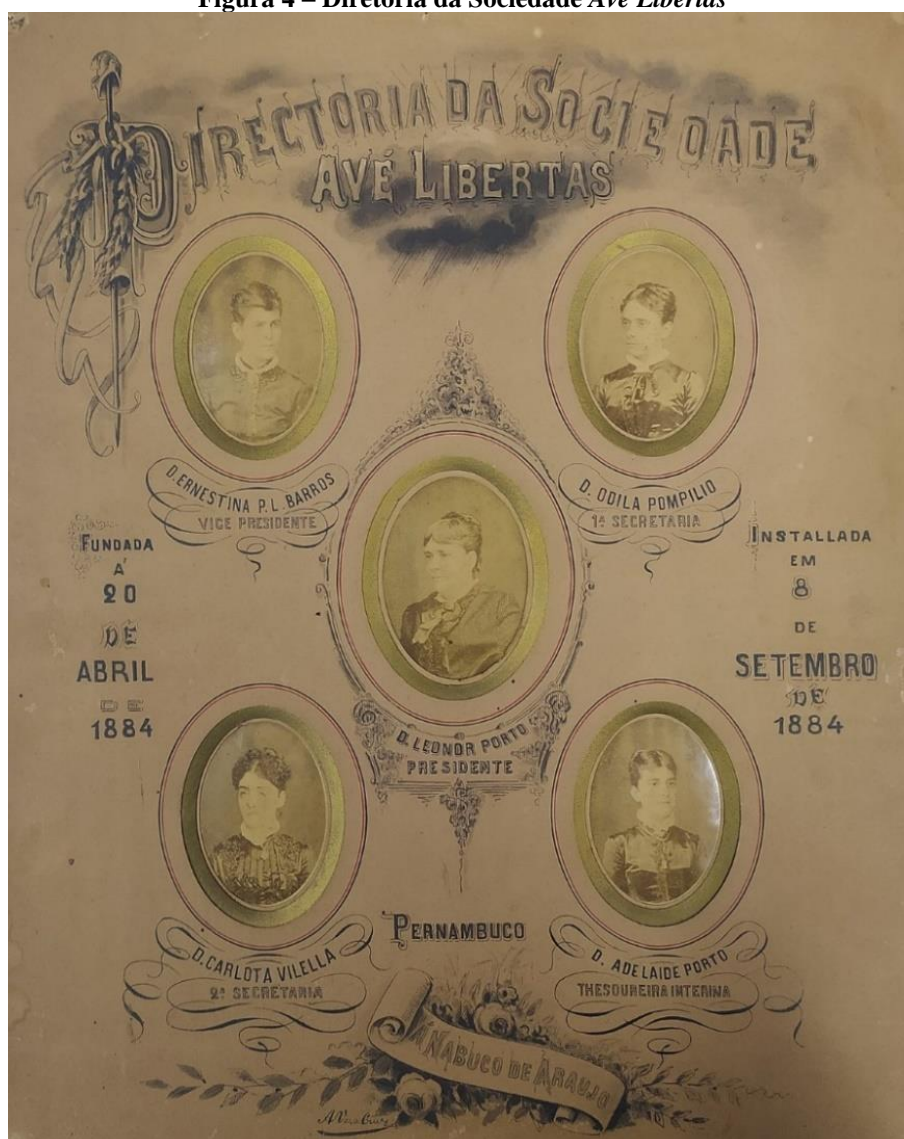
Evidentemente, as ideias da sociedade *Ave Libertas* estavam de acordo com essas arguições, visto que, em textos de suas associadas, notamos que elas reforçavam os malefícios da escravidão sobre o progresso social e as famílias brasileiras, destacando a importância da maternidade, afinal muitas dessas militantes eram mães. Além disso, os discursos da sociedade

²⁷ CASTRO, Fernando de. **Conferência abolicionista**: Theatro Sta. Isabel a 25 de março de 1885 - Mandada publicar pela sociedade *Ave Libertas*, 1885, Pernambuco: Typographia Apollo; A publicação pode ser consultada no Acervo Digital da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, disponível em: <digital.bbm.usp.br/handle/bbm/3868>.

tinham aproximações com as questões humanitárias e cristãs, a moralidade permeava a vida dessas mulheres, que conviviam em uma sociedade católica.

Introduzida nos discursos abolicionistas e destacando-se no movimento local, a sociedade feminina ganhou notoriedade além da província de Pernambuco, como podemos notar em notícias no mês de outubro de 1885, quando a *Ave Libertas* enviou para a Confederação Abolicionista, associação importante na corte, um quadro com retratos da diretoria do grupo, o qual ficou exposto na Rua do Ouvidor, uma das mais antigas e importantes ruas do Rio de Janeiro²⁸. Nessa rua, localizava-se a maioria dos jornais cariocas e era o lugar para o qual se dirigia grande parte da população em busca de notícias.

Figura 4 – Diretoria da Sociedade *Ave Libertas*



Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 1885.

²⁸ Publicação sobre o envio de retratos das abolicionistas: **Jornal do Recife**, 15 de outubro de 1885, Gazetilha, Número 235, p. 1.

Nesse cartaz (fig. 4), podemos ver, além das fotografias das administradoras, as datas de fundação e instalação da sociedade, como também, na parte inferior, uma dedicatória a um dos maiores representantes do abolicionismo, Joaquim Nabuco de Araújo. O quadro mostra o grupo feminino com brilhantismo em caráter de veneração, com símbolos que demonstram triunfo.

Os retratos são significativos por formar uma imagem pública das mulheres abolicionistas, representando o lado feminino do movimento. A divulgação de fotografias das senhoras para fins políticos representa a participação ampliada presente na mobilização, além de demonstrar um engajamento político ativo delas. Muitas figuras de personagens masculinas foram reverenciadas e utilizadas nos mais diversos objetos e produtos na propaganda política e abolicionista, por isso, é significativo ter também uma propagação de representações femininas, pois legitimava esse engajamento, muitas vezes, questionado.

Na sociedade oitocentista, a fotografia tornou-se elemento de construção da imagem e de distinção social, que se popularizou no final do século, ao ultrapassar os recursos limitados da pintura, o retrato democratizou a autoimagem de pessoas e grupos. Nesse processo, o cliente e o fotógrafo pensavam na montagem de uma expressão visual, aspectos como local, roupas, acessórios e pose eram usados com a finalidade de construir uma máscara social repleta de intenções, além disso, os retratos possibilitaram a criação de memórias que se perpetuam (MAUAD, 2019, p. 18 -19). Sob o olhar político, essa encenação poderia ser bastante útil para comunicar-se com a sociedade e registrar uma representação ideal para ser propagada no presente e lembrada no futuro.

Ao ilustrar os rostos femininos, foi possível montar e exemplificar uma identidade social da mobilização. A participação feminina demonstrava a pluralidade do movimento, mas também poderia trazer uma aceitação moral, afinal a feminilidade poderia servir de apoio para as ideias de civilidade e humanidade, presentes no repertório abolicionista.

Para isso, era preciso construir uma imagem que transmitisse confiança, os retratos femininos demonstravam a inserção de mulheres na vida pública sem abandonar as características da construção do gênero feminino. Observemos alguns detalhes.

Figura 5 – Retrato de Ernestina P. Lopes de Barros

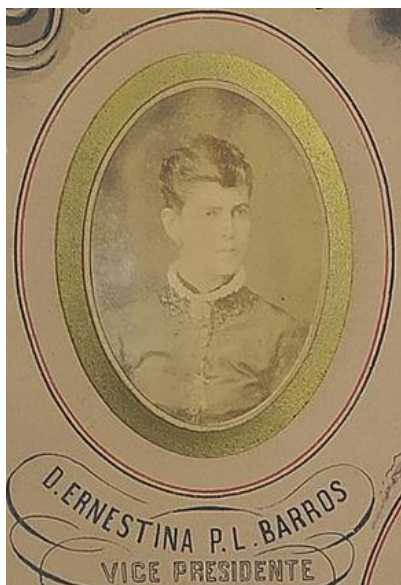
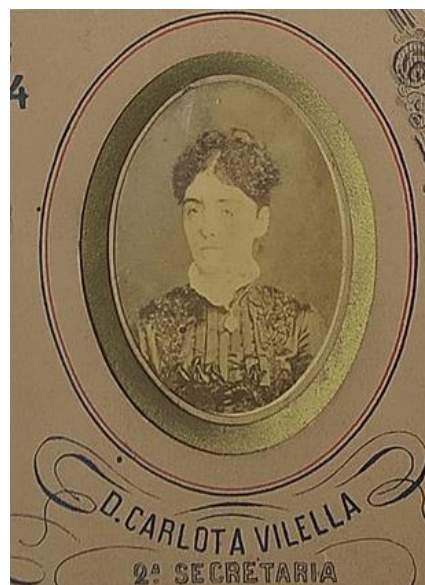


Figura 6 – Retrato de Carlota Vilella



Fonte: acervo da Fundação Joaquim Nabuco, 1885. (aproximação)

Essas imagens, concentradas em seus rostos, mostram, através do vestuário formal, escuro e com golas altas, o caráter cerimonioso da direção da sociedade, tudo isso sem apagar o lado feminino, por isso, as mulheres aparecem com rendas e bordados. Além disso, elas apresentam-se com cabelos presos e semblantes sérios, personificando mulheres seguras e respeitáveis. Confiança e respeito eram virtudes almejadas por associação de mulheres, pois era preciso demonstrar para a sociedade recifense e carioca que um grupo feminino poderia atuar e participar nas discussões políticas.

O circuito de circulação das fotografias da diretoria da *Ave Libertas* era uma estratégia para dar visibilidade as suas ações e tinha a intenção de ajudar a elaborar uma opinião pública sobre seus feitos. Todas as mulheres retratadas na figura 4 usavam trajes escuros com colarinho branco, esses elementos buscavam reforçar um ar de imponência e honradez, fazendo sobressair a cabeça. A roupa na cor preta, em todas as classes sociais, era comum na vestimenta masculina que é mais um elemento responsável pela pose ativa (GONÇALES, 2020, p. 61).

O cartaz com a diretoria da *Ave Libertas* expõe retratos em que só aparece o busto das retratadas com destaque para o rosto e esse é um enquadramento com característica fortemente masculina. Em busca de apresentarem-se como figuras respeitáveis elas estão em posição ereta, de frente, com leve rotação do rosto para direita ou para esquerda, postura de comando. As figuras femininas, geralmente, apareciam de outras formas e evidenciando outras partes do corpo com as roupas disputando o olhar dos espectadores (Ibidem).

Suas poses obedeciam a padrões estabelecidos para seu grupo social e serviam para criar uma representação ideal para ser lembrada no presente e no futuro. No caso específico, parece-nos que a galeria de mulheres ilustres pretendia demonstrar que as mulheres da diretoria da *Ave Libertas* poderiam atuar na resolução de questões importantes à coletividade.

Vale ressaltar que a posição social das ativistas também influenciava na construção dessas representações, visto que os retratos demonstram que as dirigentes eram moças e senhoras brancas e que participavam de famílias abastadas. Possuir fotografias é um indício do grupo social a que elas pertenciam, afinal os retratos mesmo popularizados ainda eram artigos caros. Os estratos médios e altos podiam ter fotografias sem que esse consumo afetasse a sua sobrevivência, realidade bastante distinta da experimentada por pessoas empobrecidas.

Dessa forma, os resultados de suas ações somam-se a essa personificação feminina criada em sua propagação, fortificando a imagem da *Ave Libertas* para todo o movimento nacional. Desde os anúncios de suas atividades até a exposição do quadro das dirigentes no Rio de Janeiro, podemos especular que essa propaganda ampliou o prestígio da associação e conhecimento dela em outras províncias. Outro exemplo foi o uso da imagem da presidente Leonor Porto por um grupo de mulheres na Bahia, caso retratado por Manuela Areias Costa (2016, p. 173), que encontrou publicações em jornais sobre um grupo feminino, em Cachoeira, interior da Bahia, que usava o nome da abolicionista pernambucana e desfilou com seu retrato em forma de bandeira nas comemorações pela abolição em maio de 1888. Esse ato indica que a líder da associação abolicionista feminina pernambucana tornou-se uma personalidade notável, admirada e um ícone para mulheres engajadas na luta antiescravista.

Algumas personalidades políticas importantes, do mesmo modo, manifestaram apoio e afirmaram a relevância da associação de senhoras, como Joaquim Nabuco, que visitou a sede da *Ave Libertas* em suas passagens pela província pernambucana²⁹, além de estar presente em eventos da sociedade junto com seu amigo, abolicionista de projeção na província, também político e próximo do grupo feminino, José Mariano.³⁰

Entretanto, convém analisar o limite do apoio masculino para o grupo de senhoras, observando que, mesmo com essas participações, a presença e os discursos femininos não eram tão valorizados quanto as manifestações de homens políticos, visto que as exposições realizadas

²⁹ Nabuco discursa na varanda da sociedade feminina: **Jornal do Recife**, 19 de junho de 1885, Gazetilha, Número 138 p. 1.

³⁰ Anúncio da presença dos políticos em evento circense promovido pela *Ave Libertas*: **Jornal do Recife**, 8 de novembro de 1884, Gazetilha, Número 258 p. 1.

pelos ativistas masculinos eram sempre priorizadas nas publicações, enquanto poucas conferências publicadas trouxeram as exposições de abolicionistas mulheres.

De qualquer forma, o trabalho era realizado em conjunto, afinal mulheres, que não estavam necessariamente no ativismo institucionalizado, também ajudavam nas ações das associações masculinas. Esse era o caso de D. Olegária Carneiro da Cunha, esposa do político e abolicionista José Mariano Carneiro da Cunha, a qual teria auxiliado as fugas orientadas pelo Clube do Cupim, dando abrigo aos fugitivos no palacete da família, chegando até a vender joias para comprar cartas de alforria. Desse modo, essa senhora ganhou reconhecimento na sociedade, popularizando-se como Dona Olegarina, mãe dos pobres (FERREIRA, 1999, p. 79).

Todavia, esse suporte pode demonstrar, ao mesmo tempo, o caráter familiar em que as mulheres eram associadas ao participar do movimento abolicionista, já que as normas sociais faziam imposições de honra e moralidade. A companhia ou até mesmo a supervisão de homens poderiam demonstrar segurança para uma associação feminina, além de conservar consideração e estima da sociedade para suas ações.

Apesar disso, as ações das mulheres não foram completamente subjugadas, na prática, as moças e senhoras tiveram certo reconhecimento mesmo que não vistas plenamente como agentes políticas de primeira linha.

1.2 Um movimento familiar: sociabilidades entre homens e mulheres abolicionistas

A sociedade abolicionista feminina *Ave Libertas* solidificou o engajamento das recifenses no movimento institucionalizado, já que apresentava uma diretoria composta, exclusivamente, por mulheres e ações organizadas por elas. Entretanto, a atuação de suas sócias nunca esteve completamente distante da atuação masculina, nas publicações jornalísticas da associação, podemos ver, com frequência, que alguns homens faziam doações, auxiliavam em seus eventos e até mesmo eram aceitos como sócios honorários e benfeitores.³¹

Analisando o estatuto da associação, observamos que esse acolhimento e titulação para os homens carregava, sobretudo, um caráter simbólico, vejamos:

³¹ Homens abolicionistas aprovados como sócios honorários: **Diário de Pernambuco**, novembro de 1884, Revista Diária, Número 258, p. 2.

Art. 2º - São sócias as senhoras de família da cidade do Recife e seus subúrbios que se inscreverem em um livro adaptado da Sociedade ou que forem propostas pelas sócias efetivas.

Art. 3º - As sócias se dividirão em efetivas, honorárias e benfeitoras.

§ 1º - São efetivas todas compreendidas no artigo 2º.

§ 2º - São honorárias as que a Sociedade julgar dignas desse título por seus serviços prestados à causa de emancipação.

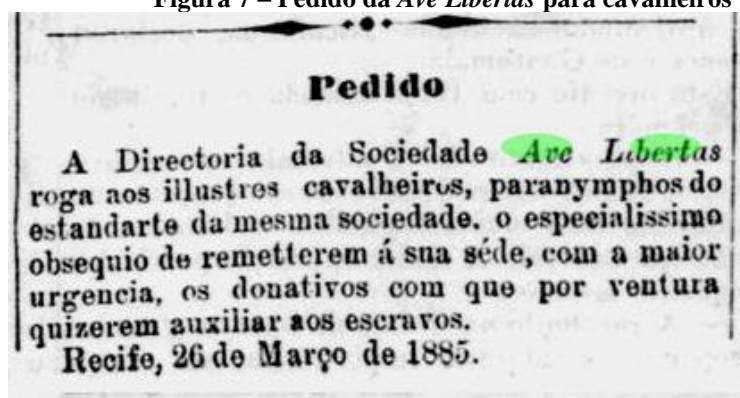
§ 3º - São benfeitoras as que fizerem donativos de uma ou mais libertação gratuita ou de um valor superior à quantia de 100\$000 de uma só vez.

§ 4º - As sócias honorárias e benfeitoras poderão ser de qualquer nacionalidade, sendo extensivos aos homens estes títulos. (FERREIRA, 1999, p. 205)

Os parágrafos do Art. 3º mostram-nos que tanto o título de sócia honorária como o de benfeitora exemplificavam apenas um reconhecimento sobre serviços e doações, portanto, os receptores dessas designações não atuavam necessariamente nas ações do grupo e, apesar de serem exemplificados no feminino, essas titulações foram ampliadas para homens. Entretanto, a extensão desses títulos pode evidenciar que, de certa forma, a sociedade denominada feminina apresentava um caráter plural de gênero. Por conseguinte, o apoio de figuras masculinas pode ter sido arquitetado de maneira estratégica, a fim de angariar aceitação e proteção, viabilizando a atuação institucionalizada de mulheres em uma sociedade marcada pelo patriarcado.

Portanto, essa aceitação masculina serviu como um apadrinhamento na vida pública, os homens, além de apoio financeiro, ajudavam a legitimar aos olhos da sociedade os caminhos institucionais femininos.

Figura 7 – Pedido da *Ave Libertas* para cavalheiros



Fonte: *Jornal do Recife*, 27 de março de 1885, publicações solicitadas, Número 70, p. 2.

Nessa publicação (fig. 7), encontramos homens na posição de paraninfos do estandarte da *Ave Libertas*, posto que podemos associar a uma função de amparo, acolhimento

e até mesmo de compromisso com a referida sociedade. Sendo assim, criava-se um ambiente confortável para a trajetória de mulheres em espaços e eventos públicos, contudo, salientamos que, no século XIX, essas sujeitas não tinham tanta liberdade pública e poderiam ser desmerecidas e renegadas caso se apresentassem distantes de figuras masculinas.

Podemos ver ainda, no Art. 2º do regimento aqui exposto, que as abolicionistas se autoneameavam como “senhoras de família”, designação que nos indica que essas mulheres advinham de famílias importantes da província pernambucana e, mesmo não tendo grandes riquezas, tinham contato ou até parentesco com personalidades masculinas de renome e posses. Além disso, como uma autodenominação, esse atributo pode representar que as abolicionistas desejavam criar uma imagem de respeitabilidade e exemplificar que o grupo, além das questões políticas, desempenhava as funções associadas ao seu gênero, como o cuidado com a família e as atividades domésticas.

Vale salientar que, para moças e senhoras, fazer parte de uma família sólida acarretava a existência de uma personalidade masculina, como o pai, tio ou marido, que lhes desse apoio perante a sociedade, a qual tinha características de uma época em que a figura da mulher era vista como submissa (MAIA, 2016, p. 210).

Logo, entrar no abolicionismo acompanhadas de figuras masculinas era o caminho mais viável para as mulheres da elite, sendo que, no movimento pernambucano, essa prática mostrou-se evidente, já que grande parte das associadas da *Ave libertas* tinha laços parentais com homens que participavam de associações abolicionistas.

A obra do memorialista Pereira da Costa (1884), intitulada “Pernambuco ao Ceará: o 25 de Março de 1884”³², apresenta-nos uma compilação de jornais em comemoração à libertação do Ceará, junto com listas de grupos de senhoras e de famílias abolicionistas. Essa relação possibilitou-nos localizar grupos familiares em que mulheres abolicionistas – reunidas em associações ou não - faziam parte.

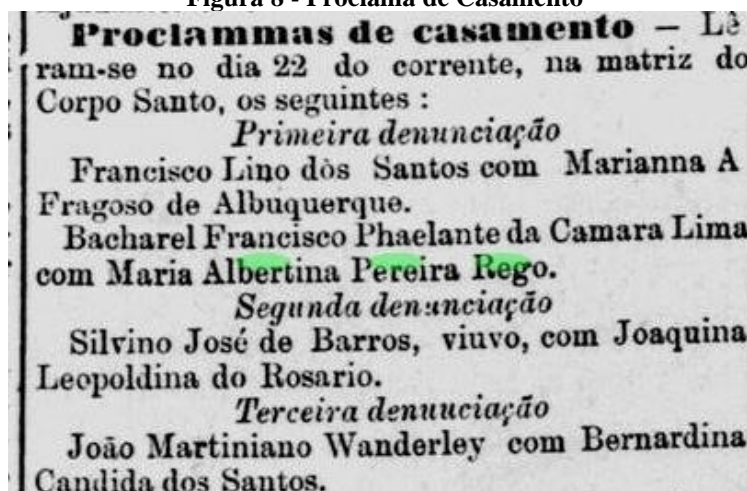
A família do próprio organizador da obra é apresentada, Francisco Augusto Pereira da Costa, sua esposa Maria Augusta Brandão da Costa, com seus filhos e filhas, assinaram um texto em apoio às ideias abolicionistas, saudando os feitos cearenses e afirmando orgulhosamente que nunca tiveram posse de escravizados. (Ibidem, 1884, p. 312)

³² Acessamos uma edição fac-similar do livro, que possui 330 páginas e apresenta detalhamentos dos festejos realizados em Pernambuco para celebrar o 25 de março de 1884, além do que foi publicado em seis jornais sobre o ocorrido, os quais foram: O Rebate, O Incentivo, O Echo de Palmares, O Thermometro, O Ceará Livre e o folheto *Ave Libertas*.

Outro exemplo é a família Barros, que fez uma saudação à província liberta e caracterizou-se como “abolicionistas convictos”. (Ibidem, p. 321) A família era formada por Antônio Joaquim Barros Sobrinho, que era médico e tinha envolvimento com as principais associações abolicionistas da cidade, como o Clube do Cupim e a Central Emancipadora (BRAGA, 2017, p. 242), o qual era casado com a senhora Ernestina Palmyra Lopes de Barros, que estava na comissão fundadora da sociedade *Ave Libertas* e foi eleita e reeleita vice-presidente do grupo.³³

Além disso, percebemos que algumas moças e senhoras, mesmo que fora das listas de famílias, portavam sobrenomes semelhantes aos de homens conhecidos da sociedade pernambucana, que eram envolvidos com a política e com o movimento abolicionista. Com isso, buscamos os nomes dessas mulheres no sistema da Biblioteca Nacional Digital³⁴, a fim de encontrar vestígios nas notas jornalísticas que nos proporcionassem verificar a formação dessas redes de sociabilidades abolicionistas. Em algumas proclamas de casamento e notas fúnebres, identificamos parentescos com homens associados a grupos abolicionistas. Como podemos ver:

Figura 8 - Proclama de Casamento



Fonte: **Jornal do Recife**, 24 de janeiro de 1888, Gazetilha, Número 19, p.2.

Nessa nota (fig. 8), observamos o anúncio de proclamas de casamento, uma delas entre Maria Albertina Pereira do Rego, que foi secretária interina da *Ave Libertas*, e o bacharel Francisco Phaelante da Câmara Lima, que ocupou o cargo de deputado estadual e foi atuante no Clube Ceará Livre e na Emancipadora Pernambucana (Ibidem, p. 228). Salientamos que o

³³ Encontramos mais informações sobre a família em uma nota de falecimento da D. Ernestina Barros: **Jornal do Recife**, Domingo 11 de abril de 1897, Necrologia, Número 82, p. 4.

³⁴ O acervo dá acesso a jornais desde 1740 até os dias atuais e permite-nos buscar por palavras-chave, localizando, assim, ocorrências com as expressões procuradas, que são organizadas por décadas, locais e periódicos. Podendo ser acessado em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

casamento desses dois militantes aconteceu em 1888, como vimos na publicação, contudo, o casal já planeava pelos circuitos abolicionistas, atuando em algumas associações, desde 1885, pelo menos.

Tendo em vista que, muitas vezes, os casamentos eram negócios estratégicos para a preservação de patrimônio material e simbólico (DURÃES, 2000, p. 304), acreditamos que os casamentos entre abolicionistas eram, antes de tudo, um condicionamento de ideias e princípios, em que os homens e mulheres procuravam formar famílias que pudessem unir-se para as mesmas causas políticas.

Outros parentescos interessantes mostram-nos essas relações entre homens e mulheres abolicionistas, como o casamento entre a senhora Elvira Ramos, que chegou a ser interinamente tesoureira da *Ave Libertas*,³⁵ com o militante João Ramos, que dirigiu o Clube do Cupim e a Nova Emancipadora (BRAGA, 2017, p. 110), tornando-se um grande nome do movimento em Pernambucano. Neste sentido, temos ainda a senhora Odila Pompilio que foi 1ª secretária da associação feminina e, apesar de não encontrarmos vestígios concretos de parentescos, a ativista apresenta um sobrenome de figuras proeminentes no movimento, o senhor Elias Pompilio, músico abolicionista que se apresentou em alguns eventos da sociedade³⁶ e Numa Pompilio, provavelmente seu marido, que foi um dentista renomado e fundador do Club do Cupim (Ibidem, 261-264). Encontramos, ademais, a relação entre Albertina Porto, sócia atuante da sociedade³⁷, com Tito Cardoso de Oliveira, que atuava nos eventos abolicionistas, chegando a escrever um drama exibido em um dos festivais da *Ave Libertas*³⁸.

Esses exemplos mostram como as mulheres atuantes na sociedade *Ave Libertas* tinham ligação com importantes abolicionistas. Por isso, constatamos que, para a maioria das associadas, esses parentescos ajudaram no trajeto percorrido por elas, incentivando e legitimando suas atividades no movimento recifense.

Reconhecemos, nas atividades dessas abolicionistas, características ligadas aos papéis sociais de gênero hegemônico, como a colaboração coadjuvante perante o protagonismo masculino e, com isso, constatamos as diversas maneiras com que a participação feminina pode

³⁵ Anúncio de nomeação de Elvira Ramos como tesoureira interina: **Diário de Pernambuco**, 30 de novembro de 1884, Publicações a pedido, Número 277, p. 3.

³⁶ Evento abolicionista com apresentação de Elias Pompilio: **Diário de Pernambuco**, 6 de setembro de 1884, Declarações, Número 206, p. 4.

³⁷ Albertina Porto pode ser encontrada propondo sócias e participando de comissões de atividades em: **Jornal do Recife**, 4 de setembro de 1884, Gazetilha, Número 204, p. 1.

³⁸ Drama de Tito Cardoso de Oliveira em programação de espetáculo beneficente da *Ave Libertas*: **Diário de Pernambuco**, 11 de julho de 1884, Declarações, Número 158, p. 5.

ser concretizada, seja por um ativismo mais consistente, em comissões ou diretoria das associações, publicando e discursando ou por demonstrações de apoio e auxílio aos militantes. Vale salientar que D. Olegária foi também aceita como sócia efetiva da *Ave Libertas*, mas não encontramos vestígios de uma atuação junto a associação.³⁹

Em contraponto, a respeitada presidente da sociedade *Ave Libertas*, D. Leonor Porto, atuante em um sólido negócio no ramo da costura, não tinha sua imagem necessariamente ligada ao seu marido, quando o assunto era o abolicionismo. Mesmo assim, seu cônjuge, o comerciante português Antônio Augusto dos Santos Porto, aparece fazendo doações para a sociedade feminina⁴⁰, o que representa o apoio familiar que essas senhoras prezavam e recebiam. Desse modo, observamos que, mesmo uma senhora reconhecida e representada como uma autoridade no movimento pernambucano, não era completamente independente em suas ações públicas, a família patriarcal, da mesma maneira, fazia parte da construção de sua imagem como matrona.

Ademais, as sociabilidades entre as próprias moças e senhoras da *Ave Libertas* tinham aspectos familiares, já que as abolicionistas apresentavam parentes femininas para compor o quadro de sócias do grupo, essas propostas eram constantemente anunciadas em suas sessões.⁴¹ Assim, a teia de ativismo feminino construída pelas abolicionistas ganhou um caráter familiar, afinal, colegas, irmãs, primas, mães e filhas juntavam-se através de suas relações sociais para atuar na luta antiescravista. Para exemplo, citamos D. Leonor Porto e suas duas filhas, Adelaide e Albertina, que, como já vimos, estavam envoltas nas redes do abolicionismo, prestando serviços nas comissões da associação feminina, sendo que identificamos seus parentescos em uma nota de falecimento.⁴² Encontramos também a professora Maria Prisciliana Vilella e sua filha Carlota Vilella, que chegou a ser secretária e oradora da associação. Constatamos esse laço familiar em uma publicação que relatava uma homenagem de despedida realizada por alunos, seus pais e o diretor de um instituto escolar, do qual a educadora iria se afastar.⁴³

Sendo assim, consideramos que a perspectiva feminina no movimento abolicionista do Recife aumentou essa característica familiar, na qual maridos e esposas ajudavam na mobilização como podiam, além de buscar trazer cada vez mais parentes para perto das ações antiescravistas.

³⁹ Proposta e aceitação de D. Olegária na *Ave Libertas*: **Jornal do Recife**, 3 de outubro de 1884, Gazetilha, Número 228, p. 1.

⁴⁰ Doação do comerciante: **Diário de Pernambuco**, quarta 8 de outubro de 1884, Revista Diária, Número 232, p. 3.

⁴¹ Propostas de novas sócias, notícia em: **Diário de Pernambuco**, sábado 23 de maio de 1885, Revista Diária, número 116, p. 3.

⁴² **Jornal do Recife**, terça 7 de abril de 1931, Falecimentos, Número 78, p. 2.

⁴³ **Jornal do Recife**, 25 de novembro de 1886, Publicações solicitadas, Número 271, p. 2.

Desse modo, essas características demonstram como a participação de mulheres concretizou a ampliação da mobilização, afinal, com a participação de famílias, as atividades abolicionistas ganharam aceitação e ficaram, além disso, também cada vez mais populares, um resultado relevante para o crescimento do movimento em Pernambuco.

Ao analisar a trajetória da *Ave Libertas*, percebemos que as abolicionistas adotaram estratégias para perpetuar seu engajamento, seja fortalecendo sua reputação por redes de sociabilidade locais e nacionais ou promovendo publicamente suas conquistas e líderes. Todavia, essa imagem foi construída com elementos concretos, com uma organização de comissões, as associadas fizeram eventos, conseguiram doações, além de expor suas ideias na imprensa e nos discursos.

É inegável que a associação soube utilizar as ideias e táticas do abolicionismo e, com isso, conseguiu fomentar o movimento pernambucano, acrescentando aspectos da sua condição de gênero e ao mesmo tempo estimulando novos pensamentos que animaram o debate sobre a inserção de novos grupos às discussões políticas, trazendo, assim, maior participação popular.

2. AS AÇÕES DAS ABOLICIONISTAS FEMININAS: DIFERENTES TRAJETÓRIAS E ATUAÇÕES

Ainda que a participação feminina no abolicionismo tenha se revelado de forma mais fervorosa a partir da atuação junto às associações abolicionistas, principalmente na década de 1880, algumas mulheres já demonstravam ser contra o trabalho escravo e tinham interesse em buscar a liberdade para os sujeitos nessa condição antes desse período. Os primeiros esforços femininos nas lutas para pôr termo à escravidão decorreram das próprias mulheres negras escravizadas que empreendiam ações em busca da sua liberdade, assim como através de senhoras livres que auxiliavam o processo por meio de ações individuais.

A escritora Luzilá Ferreira analisou algumas ações de mulheres escravizadas e livres, as quais denominou “Lutadoras solitárias” (FERREIRA, 1999, p. 24). Averiguando obtenções de liberdades registradas em jornais pernambucanos entre os séculos XVIII e XIX, a autora observou as ações de mulheres negras na busca pela liberdade e pôde constatar que as alforrias eram conquistadas a partir de montantes levantados pelas próprias escravizadas, a realização desses feitos era alcançada com grandes dificuldades.

Ao anotar a atuação de mulheres livres, Luzilá destaca, como exemplo, a sertaneja Ana Carolina de Souza Ferraz, ou simplesmente Mãe Naninha, que, desde seus 19 anos, comprava escravizados para, em seguida, conceder-lhes liberdade, já na década de 1870. Pela sua atuação e por apresentar parentescos importantes, Mãe Naninha ganhou popularidade entre os senhores do sertão do Pajeú, o que possibilitou sua influência política. Assim, essa “Lutadora solitária” ajudou a eleger seu marido para vereador e prefeito da cidade de Floresta, além de auxiliar politicamente parentes e apadrinhados. Ademais, para combater o escravismo, Mãe Naninha, segundo Luzilá Ferreira, pregou os bons tratos e incentivou os donos de fazendas a cumprir os decretos da Lei do Ventre Livre (Ibidem, p. 45).

Esses exemplos ajudam-nos a compreender que alguns aspectos sociais distanciavam ou aproximavam, mesmo que excepcionalmente, as mulheres da política e dos movimentos institucionais, seja a própria condição de escravizada, o aspecto racial ou de classe. Elementos que reforçavam o distanciamento já causado pelas ideias sociais que contornavam o próprio gênero feminino, nessa conjuntura, as mulheres só conseguiam atuar em ações isoladas. Esse contexto fez perdurar os preconceitos de gênero, alimentando o afastamento das mulheres não

apenas da política, mas também dos espaços da intelectualidade, comunicação e informação. No entanto, as transformações culturais e legislativas incrementadas durante a segunda metade do século XIX estimulou a mudança desse quadro.

O incentivo dos homens letrados e imersos nos debates políticos foi significativo para que o público feminino ganhasse receptividade e conseguisse abertura no meio institucionalizado do movimento abolicionista. Atentamos que, muitas vezes, os próprios parentes masculinos levavam essas mulheres para os eventos abolicionistas, o que reforça a alegação de que as senhoras que já estavam inseridas nas camadas mais altas da sociedade conseguiam estabelecer-se nesse meio mais facilmente.

A exemplo desse encorajamento masculino, temos uma declamação poética do escritor Castro Alves, em suas “Cartas às senhoras baianas”, em que o poeta dos escravos retrata participações femininas relevantes na história, como das espartanas, Joana d’Arc e a própria mãe de Jesus. O escritor manifesta: “Vós tendes, minhas senhoras, o dever e o direito de protestar e condenar nesta questão” (ALVES, 1871). Nessa ocasião, Castro Alves destaca a importância do apoio das brasileiras para o avanço do movimento antiescravista no país. Segundo Angela Alonso (2015, p. 49), após esse chamado, algumas mulheres da elite começaram a marcar presença nas solenidades, o que aumentou a rede de ativismo em diversas províncias.

Dessa mesma forma, personalidades importantes do abolicionismo convocaram diversas pessoas e grupos, com o intuito de mobilizar aqueles que estavam distantes desse debate, alçando, assim, novos objetivos por meio de um engajamento mais popular. Em vista disso, podemos considerar que as mulheres iniciaram suas atividades no meio político através de suas relações sociais e não a partir de partidos políticos.

Com isso, a mobilização antiescravista foi tomando uma nova forma, dessa vez mais ampla e com novas discussões. Afinal, a aproximação feminina para o movimento possibilitou trazer um caráter familiar, o que criou também uma imagem mais convidativa para os eventos abolicionistas, que passaram a ser em lugares mais seguros. Logo, a inserção feminina auxiliou, igualmente, no combate às repressões do contramovimento e, assim, outros assuntos começaram a ser conversados com esse novo público. (ALONSO, 2015, p. 101)

Os novos debates que surgiram em torno da participação feminina são ampliados com os diferentes caminhos que as ativistas encontraram ao longo dessa inserção. Afinal,

prontamente, as moças e senhoras passaram de convidadas às organizadoras das conferências e, depois, com os vínculos das abolicionistas aos grupos institucionalizados, elas conseguiram atuar em espaços de comunicação como as tribunas e a imprensa, levando suas percepções sobre a atuação feminina no combate à escravidão para a sociedade.

O gênero feminino estava inserido em contextos que se moldavam a partir de diferentes condições, como a econômica e a jurídica, as quais permitiram que novos assuntos fossem debatidos entre os ativistas abolicionistas. Assim posto, tanto as discussões sobre a participação de mulheres nas associações como os debates em torno do processo e a promulgação da Lei do ventre livre em 1871 aumentaram, por exemplo, as discussões sobre a família e a maternidade no repertório abolicionista. Afinal, após o fim do tráfico, o ventre era a única forma de manutenção da escravidão e libertá-lo seria uma forma de alterar e deslegitimar a ordem escravocrata. Para Camillia Cowling (2018), naquele período, o corpo da mulher negra tornou-se um espaço de disputa e um instrumento da busca pela liberdade dos seus filhos, além do fim da perpetuação da escravidão.

Com relação às mulheres brancas das altas classes sociais, que participavam do movimento institucionalizado, podemos dizer que eram postas como figuras que representariam a compaixão e o olhar materno em relação aos escravizados. Além disso, elas poderiam tratar sobre maternidade e família com mais propriedade. Dessa forma, o ativismo feminino usou as ditas virtudes da feminilidade como motivo para discutir a importância das brasileiras no abolicionismo e nas discussões sociais e políticas.

As abolicionistas recifenses atuantes na sociedade *Ave Libertas* publicaram, em seu jornal de edição única do ano de 1885, alguns artigos nos quais podemos notar o enaltecimento desses atributos associados à feminilidade. O folheto foi publicado em comemoração ao primeiro aniversário da associação e apresenta textos em poesia e prosa sobre o abolicionismo, a escravidão e acerca da importância do grupo das pernambucanas, sendo que, com isso, tratou-se sobre a atuação de mulheres nessa empreitada, vejamos:

À ninguém mais do que a mulher brasileira deve interessar a extinção do
cativeiro na nossa pátria.

Se ao menos as mães de família atendessem os males gravíssimos que dele
resultam já não haveria mais escravos; pois todas a porfia se empenhariam em
desarraigar do nosso sólo essa mancenilheira do lar.

Sim, todas; mesmo aquelas em cujo coração não existisse um átomo de compaixão para os míseros negros, seriam impelidas pelo amor da família ou pelo amor próprio a dar seu golpe na árvore maléfica.⁴⁴

Nesse trecho, assinado por Odila Pompílio, então secretária da *Ave Libertas*, observamos como o dever de lutar contra a escravidão é associado à manutenção da família e, portanto, essa seria também uma função da mulher em seu papel de mãe. A escravidão era discutida como uma instituição imoral que estaria destruindo a pátria e a família, Odila relaciona-a com uma árvore venenosa, a “mancenilheira” e afirma que o empenho das mulheres poderia acabar com esse mal. E mesmo para as “mães de família” que não tinham a virtude da compaixão, elas também deviam somar ao antiescravismo pelo bem da família.

Notamos, então, a construção da imagem feminina como protetoras da instituição familiar, o que acarretaria, dessa forma, figuras responsáveis pela manutenção da pátria, que estaria pautada em princípios cristãos, de benevolência e irmandade. Configuravam-se, assim, as mulheres como heroínas da caridade através da família, lutando contra o escravismo por amor à pátria.

O historiador Maciel Silva (2015) analisou o estilo discursivo de mulheres no final do século XIX, fazendo ponderações sobre a adoção do espírito positivista que colocaria o altruísmo e a filantropia como caminho principal para a participação feminina na luta política contra a escravidão.

Segundo o estudioso, o positivismo comteano estava presente na conferência de Fernando de Castro em 1885, encomendada pela *Ave Libertas*, na qual foi expresso por ele e para as mulheres o pensamento de que a pátria era a própria senzala, fonte do egoísmo que precisava ser combatido através do princípio humanitarista de Comte. Dessa forma, a ação seria voltada para o social e, considerando esse pensamento, as mulheres seriam como agentes que regenerariam a família e a pátria do egoísmo da escravidão. (Ibidem, p. 5)

Ademais, o autor também analisa as influências da literatura iluminista, sendo que, para ele, as associadas da *Ave Libertas* demonstravam em seus textos que elas sentiam-se como continuadoras da marcha do progresso e da liberdade iniciada na Revolução Francesa, de modo que alimentavam um feminismo ordeiro, capaz de regenerar as famílias (Ibidem, p. 2-3). Para fundamentar esse movimento pacífico, as mulheres muitas vezes utilizavam símbolos

⁴⁴ **Jornal *Ave Libertas***, Edição única, 8 de Setembro de 1885, p. 3.

religiosos, para que o progressismo de suas ideias não se distanciasse do ideal cristão que envolviam as moças e senhoras da elite. Esse aspecto, igualmente, pode ser observado nos textos do folheto da sociedade analisada.

Do rosário iriado da liberdade cahio mais uma *Ave Maria* cadenciosa e crystalina.

É o aniversário da sociedade *Ave Libertas*.

As lágrimas, as preces, os rogos, a actividade das mulheres pernambucanas fizeram brotar da rocha do coração da pátria um novo fio d'agua pura, uma espécie de estalactyte que tinha de lavar as manchas e as nodoas que pontuavam de negros listrões a montanha da escravidão.⁴⁵

Esse artigo assinado pela Maria Olympia da Luz mostra quanto o ativismo feminino esteve imerso na religiosidade, sendo que, nele, é reforçado que as mulheres pernambucanas lutaram por amor à pátria com diversas ações pela liberdade e, entre elas, estão as preces. A autora faz ainda uma relação entre os nomes da associação feminina e da oração católica da Ave Maria, destacando as duas designações, para enfatizar como a trajetória da sociedade sustentava-se nos princípios da fé.

Encontramos, ainda, menções de mulheres em anúncios de festas católicas, como participantes atuantes e generosas doadoras. Mesmo que a Igreja não tenha auxiliado a luta antiescravista no Brasil, constatamos que a devoção de fé dessas mulheres expandiu-se para a militância abolicionista que exerciam.

Na programação das festas realizadas por associações abolicionistas recifenses, em comemoração ao primeiro aniversário da libertação do Ceará no ano de 1885, podemos ver a influência da religiosidade dessas mulheres. Em nota jornalística, verificamos que a cerimônia foi iniciada com o Bispo D. José Pereira da Silva Barros abençoando a bandeira da Sociedade *Ave Libertas*, a qual seria levada à frente da marcha festiva.⁴⁶

Esse gesto reforça como o ativismo feminino estava envolto à fé praticada por aquelas mulheres, que, mesmo abrindo espaço para a vida pública, ainda estavam respaldadas nas regras impostas por uma sociedade católica patriarcal. As ativistas não abandonaram seus compromissos religiosos, mas juntaram seus propósitos, trazendo mais legitimidade para sua militância por meio da benção clerical.

⁴⁵ **Jornal Ave Libertas**, Edição única, 8 de Setembro de 1885, p. 3.

⁴⁶ Detalhamento de festejos abolicionistas: **Diario de Pernambuco**, sexta, 27 de março de 1885, Número 70, p. 3.

Contudo, é possível encontrar mulheres que não tinham sua imagem necessariamente ligada aos aspectos da caridade, família e religião. Algumas militantes tiveram uma vida pública mais aproximada da intelectualidade e de discussões políticas, como o trabalho escravo, a participação feminina e, posteriormente, o movimento republicano. Essas distinções de perfis foram norteadas por alguns aspectos que vamos analisar com mais afinco neste capítulo.

Assim, percebemos que essa geração de mulheres recifenses foi bastante heterogênea com relação às formas de atuação, sejam apoiadoras ou ativistas, as abolicionistas ganharam, pouco a pouco, autonomia para atuar e somar-se ao movimento antiescravista pernambucano.

2.1 As apoiadoras

Os atributos associados à feminilidade no século XIX acabaram distanciando as mulheres das atividades políticas e, ao longo do caminho criado para quebrar esse afastamento, muitas virtudes ditas como femininas continuaram sendo relacionadas às ações públicas realizadas por mulheres.

O cenário econômico, social e científico do mundo ocidental passou por grandes modificações entre os séculos XVIII e XIX. Com a movimentação científica na Europa, criou-se uma separação ideológica, a qual adotou a racionalidade pragmática, que passou a ser elemento valorizado pelo mundo público, ou seja, os debates sociais voltaram-se para a razão. Dessa maneira, algumas características foram desconsideradas, como a bondade, no sentido de benemerência, que ficou cada vez mais associada ao campo doméstico. Tratam-se de entendimentos que alimentaram o senso comum para diferenciar os sexos. (MARTINS, 2015, p. 19)

Em vista disso, as moças e senhoras das classes altas, que ficavam reclusas em suas casas, recebiam o estigma da benemerência como virtude feminina, já que o mundo público não era visto como ambiente para as mulheres, restava a bondade como algo útil para a sociedade.

Assim também, por meio da filosofia moral, as mulheres da elite conseguiram usar a bondade como virtude cristã, com isso, começaram fazer ações públicas de caridade. Dessa forma, a respeitabilidade ficava preservada, assim como as qualidades associadas à feminilidade, uma maneira de manter-se, em um primeiro momento, intrincadas entre os dois mundos, público e privado.

Naquele momento, a filantropia aparece como uma alternativa de acesso para moças e senhoras adentrarem no mundo público, ainda que de forma limitada. É fundamental destacarmos que essas mulheres faziam parte das classes altas da sociedade, as quais, normalmente, tinham tempos ociosos, pois não precisavam preocupar-se com o sustento familiar e outras atividades mais extensas. Com isso, as ações em favor dos necessitados eram compromissos assumidos para exercer seus talentos e energia até então pouco utilizados.

Por conseguinte, a filantropia ganhou um caráter civilizatório e nacionalista, entregando uma atribuição social para as mulheres. Entretanto, as questões sociais que envolviam o gênero feminino foram mobilizadas, principalmente, pelo sentimentalismo. O apelo moral e emocional foram marcadores essenciais para firmar a forma adequada que as mulheres se apresentariam publicamente. (Ibidem, p. 20)

Como podemos ver, essa ociosidade passou a ser preenchida por uma utilidade social, foi um ponto de partida pacífico, preparado para não afrontar as ideias rígidas sobre as mulheres, as quais eram circundadas ainda pela moralidade cristã, muito influente no século XIX. Entretanto, mesmo sendo ações ordeiras, seu papel político não é reduzido, pois as ações de caridade exerciam um papel relevante na sociedade brasileira oitocentista, que não dispunha de políticas assistencialistas governamentais.

Esse processo no Brasil fez com que as moças e senhoras se aproximassem de causas sociais como o abolicionismo, somando o sentimentalismo, o apelo moral e o ócio feminino. As primeiras atividades femininas que demonstravam apoio ao abolicionismo baseavam-se em princípios humanitários, como bazares, doações ou até mesmo a entrega de cartas de alforria. Afinal, por serem de famílias abastadas, muitas herdavam cativos. É possível encontrar nos jornais pernambucanos algumas publicações com escravizados recebendo manumissões em datas comemorativas pessoais de suas proprietárias ou em eventos do movimento abolicionista.

Portanto, notamos que mesmo sem estar necessariamente ligadas ao movimento institucionalizado, senhoras pernambucanas demonstravam apoio a essa causa social, que, apesar do caráter reformista, carregava ideias moralistas, visto que o abolicionismo apresentava a escravidão como instituição imoral, mostrando suas controvérsias por coexistir em uma sociedade católica.

A exemplo disso, temos a senhora Josephina Burle Dubeux, que foi listada no Livro de ouro organizado nas festividades pernambucanas em comemoração à abolição alcançada na

província do Ceará em 1884.⁴⁷ O documento foi compilado com outras listas, nas quais aparecem outras seis mulheres que libertaram escravizados na ocasião. (PEREIRA DA COSTA, 1884, p. 133 e 253)

No registro, Josephina aparece como libertadora que concedeu gratuitamente uma carta de alforria a uma cativa de 48 anos, chamada Laurentina. Essa senhora é encontrada ainda em notícias de festividades religiosas, como encarregada em novenas católicas⁴⁸, e em notas de despachos financeiros, sobre impostos e administração de casas de aluguel⁴⁹, o que nos indica como era bem estabelecida na elite recifense.

Figura 9 - Josephina Burle Dubeux



Fonte: HENSCHEL & CIA, Alberto. **Josephina Burle Dubeux.** Recife: Fundaj. FR-06050. Coleção Francisco Rodrigues.

Na figura 9, podemos ver uma fotografia da apoiadora Josephina Burle Dubeux, frisamos que esse foi um veículo expressivo na sociedade oitocentista, capaz de produzir

⁴⁷ Lista de libertações concedidas pode ser conferida em: **Jornal do Recife**, domingo, 4 de maio de 1884, Número 103, p. 3.

⁴⁸ **Diário de Pernambuco**, quarta, 31 de julho de 1889, Número 170, p. 3

⁴⁹ **Diário de Pernambuco**, quinta, 13 de outubro de 1887, Número 234, p.3 / **Diário de Pernambuco**, quinta, 22 de junho de 1887, Número 141, p. 1.

identidades e distinguir os grupos sociais. Ter fotografias, muitas vezes, já era um designativo de classe, pois foi um atrativo para as camadas burguesas da sociedade. O retrato referido foi feito no estilo *carte-de-visite*, que popularizou a fotografia para diversas utilidades, por sua facilidade de reprodução, principalmente, para as trocas particulares. “A burguesia urbana era a principal clientela do retrato fotográfico, feito às dúzias para ser presenteado e trocado por outros.” (MAUAD, 2008, p. 76)

Para além da troca, os retratos eram também guardados pelos donos ou por aqueles que recebiam o cartão fotográfico, portanto, ao pensar na construção da imagem, pensava-se também na representação ideal a ser lembrada posteriormente. Para isso, aquele que ia ser fotografado e o fotógrafo tentavam expressar a classe, a beleza, a educação, enfim, uma tentativa de emoldurar suas condições sociais e representar as personalidades.

Para tanto, ao analisarmos o retrato de Josephina (fig. 9), percebemos que seu cartão de visita mostra-nos entre tantos outros aspectos, a representação do seu pertencimento social. Por ser uma mulher de pele branca, já podemos supor que estava mais próxima dos grupos abastados da sociedade. Além disso, a senhora apresenta-se em bons trajes, com um vestido rendado e joias, em uma pose sofisticada, demonstrando seriedade e graciosidade. Essas características podem indicar também que essa senhora queria estar o mais próximo possível dos atributos relacionados à feminilidade, trazendo uma imagem de “senhora de família”, elegante e delicada.

Sem outros documentos com informações mais aprofundadas, não conseguimos saber, por exemplo, qual grau de riqueza ou instrução escolar de Josephina Dubeux, mas os indícios até aqui evidenciam ser uma mulher advinda de uma família abastada, branca e possuidora inclusive de cativos, os quais a Josephina demonstrou estar disposta a libertá-los. Ela representa, portanto, as figuras femininas que usaram o estigma da bondade para apoiar a causa do abolicionismo.

O número de alforrias cresceu ao longo da década de 1880, sejam elas gratuitas, condicionais ou por intervenção de terceiros. Esse aumento aconteceu, inclusive, em províncias que tinham um abolicionismo inexpressivo, como o Espírito Santo, que teve um movimento apenas filantrópico. A visão caridosa do abolicionismo ajudou na doação de manumissões, mas também deu o controle da emancipação aos proprietários, que, com isso, ainda tentavam controlar rebeldes (RUBENS, 2002, p. 215). Portanto, estar disposto a libertar poderia ter diversos sentidos, mesmo assim essas ações eram vangloriadas, inclusive, em jornais, na

intenção de incentivar outros escravistas, sendo que, para as mulheres, a marca da filantropia falava ainda mais alto.

Outras mulheres estiveram um pouco mais envolvidas com o abolicionismo, inclusive, mais próximas das associações, demonstrando apoio, mesmo que ainda longe das diretorias e menos ativa institucionalmente. Destacamos aqui Olegária Carneiro da Cunha, sobre quem já comentamos em outro momento. Essa senhora foi uma representação de apoiadora feminina que utilizou a caridade para amparar escravizados e apoiar a busca pela conquista de suas liberdades.

D. Olegarinha, como era chamada, também ficou conhecida como “mãe do povo”, “mãe dos pobres” ou “mãe dos escravos” (SALES, 2013, p. 238), o que nos mostra como as ações de bondade dela foram associadas à maternidade, atribuição que carregava concepções de virtudes associadas à feminilidade. Olegária era esposa do político abolicionista, José Mariano Carneiro da Cunha, muito influente no movimento antiescravista, sua família residia em um palacete em Poço das Panelas, local que se tornou um ponto de acolhimento dos cativos pela jovem senhora e seu marido.

Em uma nota encontrada no *Jornal do Recife*, sobre o seu falecimento em 1898, suas virtudes de benemerência são ressaltadas:

Possuidora das mais finas e nobres qualidades que formam os espíritos de escol, foi no lar a imagem carinhosa e doce do amor e da bondade, assim como na sociedade era a encarnação mais perfeita da grande Alma da Mulher Brasileira.

Durante os 40 anos de sua existência representava para o esposo querido a coragem e a surpresa consolação nas angustias de sua atribulada vida de homem político. Para os 4 filhinhos que deixou, simbolizava o anjo sereno do Carinho e da Ternura maternas; e fora do sagrado tabernáculo do lar, enfim, o seu Coração era um manancial inexaurível de todas as virtudes, entre as quais a Caridade, que espalhava santamente por todos os que solicitavam-lhe um auxílio.⁵⁰

Esse texto reforça a associação dos atributos do amor e da bondade à feminilidade, quando afirma que, por possuí-las, Olegarinha representava a “alma da mulher brasileira”. Inclusive ressalta que essa senhora fez parte dos “espíritos de escol”, que seriam aqueles elegidos como os mais dignos. Esse discurso reforça que a maneira ordeira era mais conveniente

⁵⁰ *Jornal do Recife*, terça, 26 de abril de 1898, Número 91, p. 3.

para a atuação feminina, já que ocorria uma legitimação social de suas ações por meio da caridade em finais do século XIX.

Podemos considerar que o abolicionismo de Olegária foi praticado, sobretudo, por meio da caridade, auxiliando escravizados, acolhendo fugitivos, alguns relatos ainda falam sobre doação de joias para compras de alforrias. (FERREIRA, 1999, p. 79). Entretanto, mesmo que distante das tribunas, essa senhora reforçou a ideia antiescravista e ajudou a desmerecer a instituição da escravidão, que, no discurso abolicionista, era mostrada como incompatível com as qualidades da bondade e do amor.

Outra informação importante no texto citado é a sobreposição dos papéis da vida privada sobre o seu engajamento no abolicionismo. Notamos a importância dada às atividades domésticas destinadas para seu marido e seus filhos, ou seja, eram ações priorizadas, assim como compromissos religiosos, o que colaborou para que muitas mulheres permanecessem como coadjuvantes perante o protagonismo institucional masculino. Apesar disso, a caridade era um meio de transpor os “cuidados maternos” para fora do lar, assim, as mulheres poderiam exercer essa qualidade civilizatória em relação aos mais necessitados.

A popularidade de Olegarilha mostra como essa atuação, ainda que voltada para a benemerência, foi importante para mostrar que as mulheres abastadas poderiam participar de ações fora de suas casas, mesmo que distantes dos espaços de informação, comunicação ou poder político. Olegária chegou a ser associada da *Ave Libertas*⁵¹, entretanto, não temos vestígios de uma participação mais ativa nessa instituição. Possivelmente, ter o nome de uma figura feminina apoiadora da causa vinculado à sociedade era importante para ampliar a teia de ativismo, embora Olegarilha priorizasse outros meios de atuação. Além disso, Olegária carregava o sobrenome de seu marido, que foi um grande político abolicionista e líder popular, o que, certamente, impulsionou as ações e a notoriedade dessa senhora.

Os dados coligidos e apresentados sobre a vida de moças e senhoras ligadas ao abolicionismo ajudam-nos a investigar como as vivências e ocupações dessas mulheres influenciaram em suas atuações. O lugar social (classe, raça, alinhamentos políticos partidários) dessas mulheres e de suas famílias determinava quais caminhos elas poderiam seguir para aproximarem-se de causas sociais como o abolicionismo. Definia-se, dessa maneira, a inserção

⁵¹ Proposta de Olégaria como sócia em: **Diário de Pernambuco**, sexta, 3 de outubro de 1884, Número 228, p. 2.

e formas de atuação, seja frequentando conferências com os homens da família ou atuando em diversas ações filantrópicas que ajudassem a causa.

O caráter altruísta do movimento abolicionista, com organizações de eventos, com doações e arrecadações, promoveu essa possível participação feminina. Sendo assim, as mulheres encontraram na filantropia, conscientemente ou não, uma forma de ação política possível, atuando para além de suas casas. Mesmo que motivadas pelo estigma da bondade feminina, ou por discursos religiosos, as moças e senhoras perceberam que seus horizontes podiam ser ampliados.

A maneira ordeira em que grande parte das mulheres aproximou-se das causas políticas no Brasil pode dar a impressão de que o afastamento feminino da política permaneceu inalterado. Entretanto, não podemos negar que a maior movimentação de moças e senhoras acerca da questão social do abolicionismo a partir da benemerência abriu espaço para uma participação em outras direções.

2.2 Ativismo além da assistência

Com a vida social mais aberta a partir das mudanças sociais no século XIX, como a adoção de passeios públicos e a convivência em cafés e teatros, as mulheres dos estratos médios e altos conseguiram expandir o seu meio social e desenvolver uma vida pública, principalmente, com a renovação educacional surgida com as novas necessidades de uma sociedade industrial. “[...] Já no final do século, elas são convidadas a participar do processo civilizatório simbolizado pelo progresso científico e tecnológico, se instruindo, e mais, assumindo a atividade docente junto à educação das crianças.” (GATI, 2009, p. 48)

Dessa forma, as moças começaram a ter uma instrução escolar mais completa, inclusive, podendo ficar mais capacitadas para outras profissões, como a de professora. Mas o surgimento do magistério para mulheres veio moldado pelas concepções relacionadas ao que se entendia sobre o feminino, principalmente, à função materna, com isso, os quadros disciplinares dos cursos adaptaram-se, com a inclusão de temas infantis e familiares, como psicologia infantil e economia doméstica. (LOURO, 2004, p. 448)

Nesse ínterim, as escolas normais surgiram na intenção de capacitar educadores, homens e mulheres, porém, aos poucos foi ocorrendo uma “feminização do magistério”, já que as

mulheres começaram a ser vistas como educadoras naturais, através da concepção de que, por natureza, o mundo feminino expandia a maternidade para sala de aula. (Ibidem, p. 450)

No entanto, mesmo com a ideia de vocação natural para o magistério, esse foi um caminho que muitas mulheres conseguiram iniciar uma vida intelectual e, certamente, foi uma condição que ajudou moças e senhoras pernambucanas a engajarem-se em associações abolicionistas, desse modo, podendo incentivar um maior envolvimento político. Naquele momento, as filhas das senhoras das elites alcançavam espaços além dos compromissos religiosos e de caridade, essas mulheres começaram a mergulhar no mundo da educação e, a partir dele, passaram a ocupar funções nas organizações das instituições.

Como já vimos, com o associativismo abolicionista, a participação feminina no movimento abolicionista foi consolidada em diversas províncias, mas, para ocupar cargos nas diretorias das sociedades, era preciso um bom grau de instrução, afinal essas funções requisitavam uma articulação com instituições jurídicas, administrativas e de comunicação.

Imaginamos que as abolicionistas recifenses, sócias da *Ave Libertas*, tinham o mínimo de instrução escolar para manusear documentos oficiais sobre finanças e administração, conseguir atuar na imprensa para as demandas de comunicação, além da função de oradora, normalmente exercida nos eventos, que demandava leituras e eloquência com as palavras.

Com habilidades em funções administrativas e de comunicação, podemos citar uma ativista que atravessou as redes de ativismo em Pernambuco, Maria Albertina Pereira do Rego, que esteve atuante na sociedade *Ave Libertas* desde sua fundação, sendo, inicialmente, secretária interina e, depois, participando ativamente das comissões organizadoras da associação.

Essa senhora, além de discursos nas reuniões da sociedade, representou o grupo na imprensa por um período, publicando anúncios das sessões e eventos, seu nome foi associado e mencionado em diversas atividades da *Ave Libertas*. Com isso, constatamos que Maria Albertina é uma representação da mulher oitocentista que se aproximou do mundo público através do abolicionismo, pois o seu vínculo com essa causa permitiu sua atuação em espaços de informação.

Figura 10 – Maria Albertina Pereira do Rego



Fonte: OLIVEIRA, J. J. **Maria Albertina da Câmara Lima:** esposa de Francisco Phaelante da Câmara Lima. Recife: Fundaj, 1904. FR-2671. Coleção Francisco Rodrigues.

Nessa imagem (Fig. 10), Maria Albertina já estava usando os sobrenomes de casamento, portanto, podemos afirmar que o retrato foi produzido após seu matrimônio em 1888 (o qual comentamos no primeiro capítulo) com Francisco Phaelante da Câmara Lima, político e militante notório. A trajetória dessa ativista reforça o quanto ela circundou o meio social abolicionista e esteve imersa na rede de ativismo pernambucano.

A fotografia de Maria Albertina ainda nos mostra a imagem de uma mulher altiva, com olhar erguido, carregado de determinação, representação que, muitas vezes, o grupo abolicionista feminino objetivou mostrar ao longo de sua trajetória. Mas, nos atentaremos aos detalhes da construção do retrato, assim como a pose nas fotografias, a vestimenta também poderia ser fator de distinção social, além de um princípio estético, pois, a partir da roupa, a mulher inventava a si para mostrar-se à sociedade. (SOUZA, 1987).

A ativista, em seu retrato, apresenta marcas da indumentária das senhoras casadas da época, que, normalmente, usavam vestidos escuros com poucos detalhes, além de joias discretas e os cabelos presos, com coques ou tranças, o que demonstra uma persona interessada e repleta

de severidade (PRIORE, 2016). O contraste com as rendas e joias femininas exhibe ainda uma feminilidade, dessa vez, com características maduras e tenazes.

A altivez da militância também se misturava com as virtudes femininas, o que permeou a trajetória de muitas ativistas, visto que essas mulheres precisavam afirmar-se no meio público e ganhar notoriedade, do mesmo modo, através da respeitabilidade que uma mulher das camadas altas da sociedade carregava. Portanto, muitas militantes ainda equilibraram os papéis de esposa, religiosa e caridosa, sem apagar sua capacidade intelectual utilizada no movimento abolicionista, como Maria Albertina, que demonstrou, ademais, ter traçado um caminho com uma boa instrução que possibilitou sua inserção em associações e desempenho em funções de comunicação e informação.

A militância feminina optou com frequência por mesclar suas atividades públicas com os espaços confortáveis das virtudes femininas, esse aspecto colaborou, inclusive, para o encobrimento das ações de desobediência civil. Para que a imagem da sociedade *Ave Libertas* não fosse associada à ilegalidade, suas sócias não deixavam claro seu auxílio às ações ilegais organizadas por outros grupos como o Clube do Cupim, que aceitou auxílio de mulheres abolicionistas, principalmente, nos processos de fuga (GRILLO, 2005, p. 9-10).

Essa atuação foi favorecida pelos laços familiares, uma vez que boa parte das senhoras da *Ave Libertas* eram esposas dos cupins. “Como podemos citar Odila Pompilio esposa de Numa Pompilio, Emília Cândida Ferreira Pinto esposa de Guilherme F. Pinto, Olegária Carneiro da Cunha esposa de José Mariano [...]” (Ibidem, p. 10). Essa última é novamente citada para ressaltar que foi uma figura feminina com uma variedade de ações e que não mediu esforços para abrigar e alimentar os fugitivos, ou até mesmo vender joias para comprar cartas de alforria, ganhando assim reconhecimento na sociedade (FERREIRA, 1999, p. 79). Ademais, mostram o quão diverso poderia ser as ações femininas nesse movimento político, seja por atividades mais brandas, perigosas ou intelectualizadas.

Tendo em vista que as mulheres buscaram cada vez mais espaço nos ambientes de informação e comunicação, encontramos algumas outras abolicionistas que puderam mostrar suas ideias para a sociedade. Carlota Vilella, por exemplo, foi oradora oficial da *Ave Libertas*, essa abolicionista era filha de uma professora e, apesar de não encontrarmos transcrições de seus discursos, localizamos diversas publicações sobre momentos em que ela representou a

associação feminina recifense, em festas⁵² espetáculos⁵³, marchas⁵⁴ e reuniões⁵⁵. Nessas oportunidades, discursou para um público masculino e feminino engajado no movimento abolicionista, de modo que esses registros evidenciam como as mulheres ganharam espaço e voz nos eventos abolicionistas.

Sobre a vida privada da abolicionista Carlota Vilella, pouco foi encontrado, nem mesmo sua profissão, mas é evidente que a ativista criou um caminho intelectual capaz de garantir seu espaço em tribunas das manifestações públicas. Além disso, Carlota colaborou com o *Jornal Ave Libertas* de edição única, no qual assinou o último artigo do folheto.

[...] A abolição completa da escravidão é a verdadeira felicidade dos povos, é uma das glórias que aspiram os homens de talento, esses heróis do futuro.

Mas ainda avistamos, como uma muralha no meio de ricos monumentos, a sombra dos negreiros que, de pé sobre a cabeça de um bezerro de ouro, tentam desafiar os incansáveis obreiros da liberdade!

Não devemos teme-los: são homens que não pensam no seu pedestal.

Caminhemos cada vez com ardor mais intenso; empreguem todos os esforços para banir gloriosamente o cancro social que corrói a nossa pátria [...]⁵⁶

Nesse trecho, notamos a intenção de defesa da luta abolicionista, a qual, segundo a oradora, mesmo ainda permeada por obstáculos, permanecia incansável em busca do objetivo maior. Carlota ainda remonta o histórico escravista do país, quando cita os “negreiros”, retomando como a escravidão foi fortalecida pelo tráfico. Além disso, é possível perceber como a autora coloca-se incluída entre os “obreiros da liberdade” e, mesmo que use “homens de talento”, não se exclui nesse do rol das pessoas empenhadas para findar a escravidão.

A atuação feminina através de discursos e textos foi importante para que o engajamento de mulheres pudesse ser demonstrado cada vez mais de forma ativa, desvencilhando-se da passividade da bondade e aproximando-se de atividades mais pragmáticas, com isso, participando dos debates públicos. Colaborar em jornais, ser presidente e/ou participar da direção de uma associação abolicionista regulamentada, discursar em conferências, colocava as mulheres em uma rede política de ativismo.

⁵² *Jornal do Recife*, sábado, 27 de março de 1886, Número 70, p. 2.

⁵³ *Jornal do Recife*, domingo, 22 de junho de 1884, Número 143, p. 1.

⁵⁴ *Jornal do Recife*, terça, 23 de junho de 1885, Número 141, p. 1.

⁵⁵ *Jornal do Recife*, terça, 15 de dezembro de 1886, Número 286, p. 1.

⁵⁶ *Jornal Ave Libertas*, Edição única, 8 de Setembro de 1885, p. 4.

Ademais, discursar em conferências era estar em uma vitrine pública, em um espaço exposto para a sociedade. Karoline Carula (2012, p. 196) observou a participação de mulheres nas conferências imperiais, nas plateias, temáticas e tribunas, analisando as preleções sobre ciência entre 1870 e 1889. Suas análises evidenciam que a participação de mulheres como espectadoras era estimulada, uma vez que, segundo as concepções modernizantes da época, a mulher instruída poderia desempenhar melhor seu papel social. Por isso, muitos temas eram direcionados para o público feminino, enquanto, para a função de oradoras, havia pouco estímulo e poucas foram as mulheres encontradas nesses espaços.

Para a propaganda abolicionista, as conferências eram organizadas cheias de rituais e discursos que informavam os ouvintes sobre as ideias antiescravistas, como forma de proselitismo, mas também encenavam, musicalizavam, faziam arrecadações e entregavam cartas de alforria, mostrando como símbolo maior, a conquista da liberdade. Com uma mistura de comício com espetáculo. (COSTA, 2016, p. 120)

Nos púlpitos das conferências pernambucanas, uma professora, associada à *Ave Libertas*, consolidou-se como conferencista renomada nos últimos anos da década de 1880. Ainda no início daquele decênio, Maria Amélia de Queiroz frequentou o Curso Normal voltado para a formação de professores, da Sociedade Propagadora da Instrução Pública da Boa Vista, Escola Normal que foi fundada em meio à reestruturação do magistério no Império, organizada pelo então Diretor Geral Interino da Instrução Pública, o Dr. João José Pinto Júnior. Encontramos um discurso de Amélia realizado em comemoração ao décimo aniversário da instituição, em 1882, no qual ela afirma estar no 2º ano de sua formação.⁵⁷

Para além do exercício de sua profissão, empenhou-se na causa do abolicionismo, destacando-se nas tribunas dos festivais abolicionistas, proferindo discursos que foram prestigiados e admirados pelos ativistas, que chegaram a ser publicados e disseminados.

Seu discurso mais conhecido aconteceu em 25 de setembro de 1887, semanas antes das eleições, logo, um momento de campanha política agitada, pois, em Pernambuco, havia um candidato abolicionista, Joaquim Nabuco. Vale salientar que as mobilizações políticas faziam parte da rotina eleitoral da capital pernambucana, assim como nos grandes centros urbanos. É possível notar nos jornais da segunda metade do século XIX, a realização de passeatas, *meetings* e conferências que movimentaram a população. O entusiasmo popular era importante, tendo

⁵⁷ **Jornal do Recife**, 24 de agosto de 1882, Gazetilha, Ed. 192, p. 2

em vista que viabilizava as candidaturas e pressionava as mesas eleitorais. (SOUZA, 2012, p. 117-118)

Nessa conjuntura, com um grande público ávido por discursos políticos que abarcassem os assuntos dos seus partidos, associações e demandas sociais, Maria Amélia subiu ao palco para fazer uma conferência repleta de denúncias históricas, morais e políticas contra a escravidão, além de fazer um chamado, incentivando mulheres a erguerem-se na luta abolicionista, desaprovando o desinteresse e afirmando que a militância era também um papel feminino. Para Celso Castilho (2016, p. 150), através desse apelo, a professora mostrou como sua participação no movimento abolicionista era um veículo de seu próprio feminismo. Afinal, sua militância possibilitou dar visibilidade para as capacidades políticas femininas.

De fato, discursar sobre o comportamento feminino em um evento político abolicionista revela que Maria Amélia também se empenhava por uma maior amplitude na atuação pública de mulheres. Mesmo antes das organizações de lutas em favor da participação política feminina, a ativista caminhava em espaços majoritariamente masculinos para mostrar que mulheres também podiam atuar e debater sobre assuntos do mundo público e, além de ocupar esses lugares, convocava e incentivava através dos seus discursos outras mulheres para embarcar nessas ações por direitos e deveres dos cidadãos.

É perceptível, através da leitura das notas dos jornais consultados, como a conferencista ganhou prestígio por meio das suas manifestações públicas e a sua defesa do abolicionismo. Em 1886, a professora fez uma viagem para Limoeiro, no decorrer desse deslocamento, entregou uma carta de liberdade a um cativo que ganhou a manumissão do seu proprietário, o qual achou pertinente realizar esse gesto em homenagem à visita da professora.⁵⁸ Provavelmente, o empenho da abolicionista em falar sobre as lutas pelo fim da escravidão na cidade conseguiu convencer esse senhor, assim como tantas outras pessoas por onde passava, o que demonstra a eloquência dessa militante.

Além do ativismo de Maria Amélia, que foi intenso politicamente, ela atuou em diversos espaços profissionais, encontramos anúncios dos seus serviços, oferecendo aulas particulares de matérias do primeiro e segundo grau, em colégios, casas e engenhos.⁵⁹

⁵⁸ **Jornal do Recife**, Gazetilha, 18 de dezembro de 1886, Ed. 290, p. 1.

⁵⁹ **Jornal do Recife**, Annuncios, 28 de janeiro de 1885, Ed. 22, p. 3.

Mas, a professora também trabalhou efetivamente na imprensa, como colaboradora da revista carioca *A Família*. O periódico era dirigido e composto por uma redação feminina, que publicava textos literários sobre temas cotidianos e políticos, principalmente voltados para as mulheres. Segundo Constância Duarte, o jornal destacou-se “pelo tom combativo em prol da emancipação [feminina], por questionar a tutela masculina e ainda por testemunhar momentos decisivos da luta das mulheres brasileiras por seus direitos” (2016, p. 313). Em meados de 1889 foi publicada uma edição especial desse jornal, que além dos artigos diversos que eram comumente impressos, foi organizada com imagens de lugares, textos e retratos das colaboradoras, entre elas, a professora abolicionista.

Figura 11 – Retrato de Maria Amélia de Queiroz



Fonte: Revista *A Família* – 1889 – Edição especial 1, p. 8.

O retrato apresentado ao público do periódico em que Maria Amélia trabalhava demonstra uma mulher de aparência forte e impetuosa, carregada de seriedade. Podemos julgar que, durante a criação dessa imagem, a aparência de graciosidade para a professora não foi uma

preocupação, mas reproduzir uma representação respeitável, de uma senhora capaz de atuar em uma revista que apresentava assuntos sérios. Observando um pouco mais a imagem, notamos que Maria Amélia usava roupa relacionada à figura masculina: uma jaqueta que se assemelha aos paletós, camisa, colarinho e gravata. O paletó era considerado uma peça funcional que asseguraria conforto e a liberação dos movimentos. Já a gravata, de acordo com Gonçalves (2020, p. 85), de modo geral, significava uma expressão de independência feminina. A incorporação do acessório era comum entre senhoras intelectuais e um sinal das mulheres que ousavam entrar em espaços tradicionalmente masculinos.

Além do retrato, um texto informativo de apresentação da ativista foi publicado na mesma edição, o qual relata um pouco sobre a trajetória política e profissional da professora Maria Amélia, inclusive, sobre sua manifestação de 1887, aqui já citada.

Essa conferência que constituiu um verdadeiro acontecimento pela impavidez e eloquência patenteadas pela distinta heroína perante um seletto e numerosíssimo auditório, causou um indescritível delírio, recebendo a ilustrada brasileira uma ovação – primeira dos Annaes da história do Abolicionismo nesta província.

E não foi só essa a valiosíssima e inexcusável cooperação prestada por ela à causa abolicionista [...] da sua algibeira (sem que a pessoa alguma revelasse isso) muitas vezes tirou dinheiro para dá-lo aos míseros escravizados, estando sempre pronta para assinar subscrições, aceitar bilhetes de benefício e etc.⁶⁰

Nesse trecho, vemos a construção da imagem de uma mulher intelectualizada que conseguiu uma audiência entre os abolicionistas, tornando-se uma militante eloquente capaz de conduzir públicos numerosos com discursos corajosos e políticos. Assim posto, conseguiu alavancar a inserção de mulheres nos ambientes públicos, incentivando a participação feminina nas causas sociais.

A trajetória de Maria Amélia evidencia sua busca constante para associar-se a causas sociais progressistas, inclusive, sobre temas pedagógicos. A ativista foi mencionada em publicações sobre novos métodos educacionais⁶¹, nas quais aparece junto com outro professor aplicando o “método intuitivo”. Essa metodologia tentava racionalizar as formas de ensino, buscando uma pedagogia voltada para a experiência através da observação das coisas, tornando

⁶⁰ **A Família**, 1889, Edição especial 1, p. 3.

⁶¹ **Diário de Pernambuco**, De domingo a domingo, 25 de agosto de 1889, Ed. 191, p. 2.

a criança como centro da aprendizagem. Essas discussões impulsionaram o movimento escolanovista no período.⁶²

Neste sentido, identificamos a militante, posteriormente a oficialização da lei da abolição, na organização de uma escola feminina na década de 1890, nomeada como Pantheon das Letras⁶³, porém, apesar de poucas informações podemos imaginar pelo seu histórico de ativismo educacional que Maria Amélia pode ter apresentado um ensino inovador para as meninas pernambucanas.

Todavia, precisamos ressaltar que o magistério e as escolas durante a segunda metade século XIX passaram por uma reestruturação, principalmente profissional, a qual tentou assegurar uma ordem cheia de hierarquias e exclusões, em todos os níveis de ensino, além do abandono que muitas escolas recebiam. (LIMA, 2014, p. 37)

Entretanto, em anos anteriores à abolição do escravismo, Maria Amélia já estava engajada na militância através da educação. Em 1887, participou da instalação de um instituto primário para crianças cegas⁶⁴ e, em 1888, estava colaborando com uma escola primária gratuita noturna para libertos.⁶⁵

Esse engajamento indica como a professora aprofundou-se na causa da abolição e nas questões incertas que circundavam o futuro dos libertos durante o imediato pós-abolição. Como a discriminação no mundo do trabalho assalariado, causado pela falta de instrução escolar que direcionaria o futuro da população negra, essas colaborações evidenciam seu empenho no campo das ações políticas de transformação social.

Para além do abolicionismo, Maria Amélia dedicou-se ao republicanismo, visto que, nos jornais, podemos encontrar algumas participações em conferências organizadas por clubes republicanos já na década de 1890.⁶⁶ Nesse período final dos oitocentos, a ideia de República começou a ser disseminada como um regime que abriria as portas para a participação popular, elemento que legitimava a necessidade de mudança (SOUZA, 2018, p. 80).

⁶² Para mais informações sobre o método intuitivo: RESENDE, Fernanda Mendes; SOUZA, Rita de Cássia de Souza. **O método intuitivo e a Escola Nova: Discussões educacionais em fins do século XIX e início do século XX.** III Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação em Minas Gerais. UFMG, 2005.

⁶³ **Diário de Pernambuco**, Publicações a pedido, 9 de abril de 1891, Ed. 78, p. 4.

⁶⁴ **Diário de Pernambuco**, Revista diária, 27 de setembro de 1887, Ed. 220, p. 3.

⁶⁵ **Diário de Pernambuco**, Revista diária, 27 de maio de 1888, Ed. 120, p. 2.

⁶⁶ Anúncio de conferência republicana conduzida por Maria Amélia de Queiroz: **Jornal do Recife**, terça, 4 de fevereiro de 1890, Número 28, p. 2.

Além disso, a propagação do cientificismo associou-se aos pensamentos republicanos que passaram a incorporar as ideias de liberdade, progresso e soberania popular. Os jornais republicanos ajudaram na propaganda, mostrando a República como filha da ciência e da democracia. Com isso, o republicanismo é interligado às “ideias avançadas”, assim, os intelectuais que tinham uma relação aproximada com os pensamentos progressistas adotaram esse movimento. (MELLO, 2004)

Da mesma forma, aconteceu com Maria Amélia de Queiroz, como vimos, a professora seguiu proferindo palestras, dessa vez não mais pela causa abolicionista, mas a favor do movimento republicano. Esse fato indica-nos que os caminhos políticos da ativista não foram suspensos com o fim da abolição, ela continuou direcionando-se para atividades públicas junto a grupos progressistas pela educação e participação popular.

Portanto, a trajetória dessa professora exemplifica a amplitude política que algumas mulheres oitocentistas alcançaram a partir de uma maior abertura para o mundo público, com o magistério, o fortalecimento da vida intelectual e o engajamento político proporcionado pelo abolicionismo.

Fizemos um levantamento nos jornais Diário de Pernambuco, Jornal do Recife e *Ave Libertas*, buscando publicações em que os nomes femininos estivessem associados à *Ave Libertas*, com isso, elencamos 55 mulheres que, de alguma forma, estiveram ligadas à instituição. Isso significa dizer que foram mencionadas como sócias efetivas ou honorárias, eleitas para algum cargo ou participantes das comissões organizadas para as ações do grupo recifense.

Esse quantitativo expõe um pouco como a rede de ativismo feminino presente na cidade do Recife apresentou resultados, mobilizando moças e senhoras para participar ativamente da militância abolicionista, indo além das ações assistencialistas.

Além disso, a mobilização da sociedade *Ave Libertas* expandiu a participação feminina para outros locais, segundo nota jornalística graças “aos esforços e a propaganda eficaz” do grupo feminino do Recife, outra sociedade de mulheres foi criada na cidade de Nazareth.⁶⁷

Essa criação aconteceu em 1885, quando algumas senhoras fundaram a Sociedade Emancipadora Nazarena, sobre a qual não encontramos mais informações. Entretanto, a publicação sobre sua fundação mostra-nos como a participação ativa das mulheres da *Ave*

⁶⁷ **O Paiz**, domingo, 1 de novembro de 1885, Número 303, p.2.

Libertas foi exemplo e inspiração para que outras moças e senhoras se sentissem encorajadas para também liderar associações e atuar de forma mais engajada.

As ativistas mostraram, em suas ações, a aptidão feminina para atividades de comunicação, informação e organizações burocráticas. Dessa forma, constatamos que a atuação institucional das abolicionistas recifenses abriu espaço para outras mulheres e para o debate sobre o desempenho político feminino.

2.3 Próximas e distantes

Após analisarmos rapidamente a inserção de mulheres no movimento abolicionista pernambucano, observamos alguns perfis femininos e diferentes formas de atuação. Entretanto, percebemos que a maioria das moças e senhoras que apoiou o abolicionismo e/ou se associou-se às sociedades abolicionistas seguia um padrão social, que provavelmente facilitou essa abertura política.

Mulheres brancas, livres e mais próximas das classes altas da sociedade tinham um maior contato com homens envolvidos institucionalmente com o movimento abolicionista, o que pode ter favorecido a participação inicial e o suporte para a consolidação do ativismo feminino.

No entanto, vivia na sociedade recifense oitocentista uma maior pluralidade de mulheres, como as pobres, *libertas*, *libertandas* e escravizadas que, apesar de estarem diretamente ligadas ao problema da questão do escravismo, não tiveram abertura na militância institucionalizada do abolicionismo.

Como afirma Judith Butler (2003, p. 33):

[...] o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de gênero das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida.

Por isso, é preciso estarmos atentos à pluralidade identitária das mulheres, para entender as diferenças políticas e culturais delas e como essas características diferenciavam-nas socialmente, causando, inclusive, um distanciamento nas pautas e formas de atuar nas lutas sociais.

Precisamos questionar por que as mulheres negras, pobres, libertas e escravizadas não eram incluídas na rede de ativismo feminino criada no final do século XIX. Observando a trajetória da participação feminina, notamos que essa situação já ocorria desde a convocação de moças e senhoras para o abolicionismo. Afinal, quem eram as brasileiras chamadas para agregar nas ações do movimento? Quais mulheres encaixavam-se no modelo convocado para somar na luta de salvação da pátria contra a escravidão?

Ao examinar o estatuto da sociedade *Ave Libertas*, podemos averiguar condições necessárias e obrigações que as sócias deviam cumprir enquanto participante. No art. 5º, o regimento esclarece que as associadas precisavam “pagar uma joia nunca inferior a 2\$000 e a mensalidade de 1\$000” (FERREIRA, 1999, p. 206). Esses valores eram equivalentes à compra de algumas peças simples de roupas masculinas, como camisas e roupões.⁶⁸ Por mais que não sejam montantes altos, essas circunstâncias já podem evidenciar que existia uma exclusão de mulheres que não tinham recursos, para ajudar financeiramente a associação, restringindo a sociedade, portanto, para moças e senhoras com algum nível de riqueza.

Uma das formas que alimentou a rede de ativismo da sociedade *Ave Libertas* foi as propostas de sócias, que aconteciam nas reuniões da associação. As sócias indicavam outras mulheres para que também incorporassem o grupo. Presumivelmente, existia um padrão seguido para as proposições de sócias, a partir dos parâmetros que atravessavam as formas de atuação da associação.

Isso significa que alguns elementos eram norteadores desse modelo feminino, como a escolarização, já que algumas funções na associação requisitavam conhecimentos específicos. Além de aspectos moralizantes, como o domínio das etiquetas sociais e a atuação em ocupações sofisticadas, que refletissem as virtudes da feminilidade. Logo, apenas as mulheres do ambiente elitizado eram apresentadas para compor o grupo.

Com isso, podemos dizer que a participação feminina formulada por meios institucionais excluiu ainda algumas mulheres. Entretanto, isso não revela que as mulheres

⁶⁸ Anúncios dos produtos: **Diário de Pernambuco**, sexta, 8 de agosto de 1884, Número 182, p. 7.

negras permaneceram na inércia perante as discussões sobre o fim do trabalho escravo, mas evidencia como as suas ações não eram consideradas institucionalmente e ainda pouco registradas.

Muitas libertações foram, inclusive, buscadas pelas próprias escravizadas, que, com auxílio ou não de abolicionistas, lutaram pela sua liberdade, seja a partir das fugas, por negociações com os proprietários, processos judiciais ou até mesmo comprando as cartas de alforria. Como no caso da senhora Lourença, que é ajudada pela *Ave Libertas*, mas tem enorme autonomia no processo de conquista da manumissão.

[...] oferecido o produto, na importância de 20\$ à sociedade *Ave Libertas*, vem esta sociedade, por este meio, não só patentear o seu agradecimento as distintas senhoras, como também fazer público o fim que teve esta abençoada quantia. Havendo na rua da casa forte uma escravizada, de nome Lourença, que tinha 80\$ de pecúlio, e como a sua senhora só quisesse libertá-la por 300\$, a sociedade, por intermédio do Ilm. Sr. José Barbosa de Carvalho, que tão bondosamente a isto prestou-se, conseguiu que a supracitada escravizada fosse libertada pela quantia de 100\$, o que de facto effectuou-se, concorrendo a sociedade com a quantia que recebera da referida comissão que junto ao pecúlio da escravizada prefez os 100\$, que já se acham em poder da senhora Lourença.⁶⁹

Essa nota revela que uma comissão de senhoras teria arrecadado dinheiro, ao pedir esmolas em uma igreja, montante que foi destinado à compra da manumissão de Lourença. A escravizada já tinha um ótimo pecúlio, angariado e guardado para sua liberdade e, com a ajuda da associação feminina e do senhor Barbosa de Carvalho, a negociação pôde ser feita, até que, junto com a doação, foi possível realizar a aquisição da alforria.

Todavia, é indiscutível o papel crucial de Lourença, que contribuiu com mais da metade do valor de sua libertação e, além do dinheiro, atuou nos trâmites da manumissão, como podemos evidenciar quando a publicação assinala que os valores “já se acham em poder da senhora Lourença”. Esse é um exemplo em tantos outros que mostram mulheres negras do século XIX lutando contra o sistema escravista pelos caminhos possíveis aos seus papéis sociais. Portanto, é inegável também que as escravizadas, forras, libertandas ou de camadas inferiores da sociedade tiveram suas formas de atuar contra a escravidão, mesmo afastadas da institucionalidade.

⁶⁹ **Diário de Pernambuco**, terça, 12 de julho de 1887, Número 156, p. 2.

Como podemos verificar, ao mesmo tempo em que as mulheres brancas e negras eram separadas em suas militâncias, elas aproximavam-se perante a questão do escravismo, afinal as abolicionistas brancas em suas ações tinham contato com pessoas escravizadas em busca de sua liberdade, o que acabava em uma articulação mútua pela manumissão. Isso se dava, seja por negociações com os senhores, acolhimento nas fugas ou através das denúncias pelo bem dos menos favorecidos.

Outro caso que podemos demonstrar isso é na situação noticiada no Jornal do Recife, em que as mulheres da sociedade *Ave libertas* envolveram-se para resgatar uma família escravizada:

Precisa correctivo – Escreveram-nos hontem o seguinte:

Reside na rua imperial, 2º districto da freguesia de S. José, já próximo a ponte de Afogados e do lado dos números impares, um individuo que tem em sua companhia dois ingênuos, os quaes são barbara e continuamente espancados já pelo humanitário cidadão e já por alguém de sua família.

É preciso notar que a mãe destes infelizes ingênuos já foi arrancada das garras daquele verdugo pela sociedade *Ave Libertas*, pois também era sempre seviciada.

Este procedimento incommoda por demais aos vizinhos, que não podem suportar impassíveis aos lamentos das victimas; portanto V., que nunca hesita em socorrer a estes míseros, chame pela sua *Gazetilha* a atenção dos honrados Srs. Drs. Juiz de órfãos e chefe de polícia para o que eu lhe escrevemos, que é a verdade pura.⁷⁰

Nessa publicação apresentada, vemos a denúncia de um senhor que maltratava duas crianças escravizadas. A nota mostra-nos, igualmente, que a mãe desses cativos já teria sido resgatada por senhoras da *Ave Libertas*, afim de libertá-la dos castigos sofridos. Esse é um vestígio de que mulheres livres e escravizadas tinham seus caminhos cruzados nos processos de busca pela liberdade.

O destaque para a maternidade escrava na nota do jornal disposta anteriormente mostra ainda como a mulher e seu corpo tinham certa importância no mundo escravista das Américas e como, no final do século XIX, os sentimentos acerca da instituição familiar burguesa afloram as discussões entre os abolicionistas sobre o reconhecimento das implicações em torno da manutenção de famílias escravas, desde a amamentação até às separações forçadas (ARIZA, 2021, p. 22). Com a falta de efetividade da Lei do Ventre Livre, as mulheres em condição de escravidão tiveram que ir em busca dos direitos que essa Lei poderia conceder. Desse modo,

⁷⁰ **Jornal do Recife**, sexta 7 de maio de 1886, Número 103, p. 1.

utilizavam as concepções de maternidade e família como apelo ao Estado Imperial. (COWLING, 2018, p. 72)

Essa situação exemplifica como as lutas das mulheres brancas e negras eram diferentes, mesmo que aproximadas. As abolicionistas institucionalizadas atuaram organizando e ajudando nas conquistas das manumissões, em seus eventos e arrecadações. Por sua vez, as mulheres de pele escura atravessaram caminhos de luta pela resistência, em busca de seus direitos, não só da liberdade, mas também pela convivência com suas famílias e o exercício da maternidade.

Assim sendo, essas sujeitas eram apartadas socialmente, mas ligadas em alguns momentos pela busca da liberdade. Não podemos afirmar que a exclusão institucional de mulheres negras era um fator proposital do ativismo feminino, uma vez que a sociedade imperial era construída por muitas hierarquias sociais que influenciavam as sociabilidades e a raça era um fator que pautava a separação hierárquica em diversos âmbitos daquele corpo social. O indivíduo ser reconhecido como branco já portava vantagens e oportunidades em todas as relações sociais. (ROSA, 2019)

Ao observar a relação de abolicionistas com a população negra escravizada, verificamos que mesmo sendo sujeitos de locais sociais diferentes, existia uma articulação aproximada entre as ativistas e os escravizados. Seus caminhos cruzavam-se em diferentes circunstâncias, seja no acompanhamento de matrícula dos cativos, participações nas conferências para entrega de manumissões ou até em encontros em que escravizados recorriam às abolicionistas.

Como em um evento literário, organizado pelo Clube literário de Palmares, em que participavam a oradora da *Ave Libertas*, Carlota Vilella, e sua mãe Maria Vilella.⁷¹ Naquela ocasião, elas foram abordadas pelo escravizado Antônio, que solicitava auxílio para a conquista de sua liberdade, imediatamente, as abolicionistas mobilizaram-se para angariar a quantia necessária, assim como negociar com o seu proprietário.

Essa situação foi recorrente em alguns momentos, as ativistas eram solicitadas por escravizados, que conheciam e acreditavam na atuação das abolicionistas. Com isso, tentavam articular com associações e seus proprietários, para, dessa forma, conquistarem suas manumissões.

⁷¹ **Jornal do Recife**, 15 de dezembro de 1886, Gazetilha, Número 286, p. 1.

Ademais, as abolicionistas da *Ave Libertas* também recorriam aos escravizados, alguns anúncios do grupo buscavam cativos e cativas pelo nome nos jornais para que as negociações sobre as manumissões fossem concretizadas.⁷²

As ativistas recifenses empenharam-se, inclusive, em contexto jurídico nos processos de libertações, elas estavam atentas às situações dos cativos. Encontramos publicações jornalísticas em que o grupo solicitava a apresentação das matrículas dos escravizados, para facilitar as libertações realizadas pela sociedade.⁷³ Além de uma menção nos trâmites de um ofício, em publicação oficial do Governo da província, sobre o processo de alforria de sete escravizados, em que a diretoria da *Ave Libertas* aparece como mediadora e responsável pelo envio dos documentos.⁷⁴

O trabalho conjunto de abolicionistas e escravizados demonstra, ademais, como esses sujeitos estavam conscientes das diferenças sociais entre eles, assim como, as ativistas femininas ao se envolverem com a mobilização antiescravista compreendiam que homens e mulheres escravizadas tinham suas próprias movimentações. O ativismo feminino serviu de intermédio para a aproximação desses indivíduos distantes socialmente.

Posto isso, é notório que as hierarquias circundaram a participação feminina, tanto com o afastamento de mulheres da política, pautadas pelas concepções de gênero da época, quanto pelo estigma da raça, separando as mobilizações de diferentes mulheres.

⁷² Anúncio da *Ave Libertas* em busca das escravizadas Maria Benedita e Mathilde para tratar de suas libertações: **Jornal do Recife**, 19 de novembro de 1885, Publicações solicitadas, Número 265, p. 2.

⁷³ **Jornal do Recife**, 14 de agosto de 1887, Publicações solicitadas, Número 184, p. 2.

⁷⁴ **Diário de Pernambuco**, 20 de dezembro de 1884, Parte oficial, Número 293, p. 1.

3. MULHERES ABOLICIONISTAS OCUPANDO O ESPAÇO URBANO E SOCIAL DA CIDADE DO RECIFE

A mobilização abolicionista no Recife, assim como nacionalmente, espalhou-se por diversos espaços, dessa forma, o movimento retirou dos prédios institucionais a exclusividade dos debates políticos, fazendo com que as discussões adentrassem também em lugares públicos, em que, cotidianamente, conviviam escravizados e trabalhadores, intitulados por alguns, na década de 1880, como pertencentes às classes inferiores. Eles, certamente, já debatiam sobre suas condições de trabalho e as decisões imperiais sobre o assunto. Insuflar discussões sobre as questões políticas nos lugares do cotidiano foi uma possibilidade encontrada pelos ativistas para a divulgação da imagem criada pelo repertório moral do abolicionismo, a qual deslegitimava a escravidão, sendo trazida como ilegal e imoral.

A disseminação dessas ideias foi possível com a organização de diversas manifestações públicas, inspiradas, principalmente, pelo movimento britânico e norte-americano, entretanto essa mobilização internacional tinha a religião protestante como aliada, enquanto, no Brasil, a religião mais influente era o catolicismo, que estava atrelada ao Estado escravista. Dessa forma, os abolicionistas brasileiros fizeram adaptações em suas propagandas que passariam a usar as artes como mecanismo de engajamento político (ALONSO, 2012, p. 103).

Para isso, os ativistas tiveram que utilizar espaços urbanos de sociabilidade, os quais auxiliaram na aproximação de indivíduos distantes do debate político parlamentar das discussões sobre o trabalho escravo. Os ambientes teatrais foram grandes colaboradores nesse processo, já que esses lugares seculares deram abertura para os rituais abolicionistas. Como afirma Maria Stella Bresciani (2002, p. 30), “nesses espaços, instauram-se possibilidades de ação pela presença coletiva dos atores sociais e pelo registro dessa presença dramatizada em espetáculo”.

Segundo Celso Castilho (2012, p. 339), o fenômeno do teatro abolicionista foi crucial para conectar um público maior às atividades do movimento recifense, processo que provavelmente não aconteceria naturalmente. Além disso, o teatro ajudou nas mudanças do discurso abolicionista e na nacionalização da questão do problema servil. O uso desses espaços aconteceu em algumas capitais, construindo uma identidade coletiva abolicionista e expandindo a esfera política.

Dessa forma, a cidade do Recife foi politizada pelos abolicionistas e pelos novos agentes sociais que embarcaram na mobilização a partir dessas atividades inovadoras, as quais buscaram elementos urbanos que possibilitassem atrair público, para colocar em prática seu proselitismo, além de criar memórias.

A capital pernambucana tinha alguns teatros públicos e privados, localizados normalmente perto de praças e espaços movimentados, o que facilitava o acesso a um maior número de pessoas. No entanto, apesar dos teatros possibilitarem ritualizar a propaganda antiescravista na ausência das igrejas, há indícios de que alguns ativistas utilizaram também práticas religiosas junto às atividades abolicionistas. Inclusive, alguns eventos eram bastante semelhantes aos ritos católicos, como as passeatas que tinham certa similaridade com as procissões.

Como podemos verificar, muitas manifestações aconteceram nas ruas e praças, como marchas, procissões cívicas, *meetings*, entre outras. Foram eventos que deixaram o movimento em evidência, firmando um caráter festivo e popular. Essas solenidades eram acompanhadas com bandas de música, iluminação, distribuição de cartas de alforria e discursos, mostrando novas formas de mobilização pública, capaz de conquistar a população, assim como o uso político do espaço urbano, cada vez mais caracterizado por representações do abolicionismo. Nos jornais, podemos evidenciar o trabalho de mulheres nas organizações dessas cerimônias, participando, além disso, como parte das atrações e entre as homenageadas.

O engajamento feminino fez bom uso dos elementos presentes na cidade, o que favoreceu um prestígio angariado pelas abolicionistas, ficando cada vez mais reconhecidas pelos militantes e escravizados. Essas mulheres, através da sociedade abolicionista *Ave Libertas*, criavam uma notoriedade ficando à frente de cerimônias que eram relevantes para o movimento, organizavam ilustres eventos, com grandes públicos, que eram sensibilizados pelo repertório moral do abolicionismo. Com isso, a associação foi ganhando mais espaço na agenda pública antiescravista do Recife. Tendo em vista que “os grupos tanto constroem a cidade enquanto um tecido de relações sociais e representações, quanto são constituídos por ela.” (MONTEIRO, 2012, p. 104). Faz-se importante observar como as mulheres abolicionistas buscaram destacar os aspectos do seu ativismo nos espaços da capital pernambucana, criando novas sociabilidades a partir desses recursos urbanos.

Podemos ver essa utilização dos espaços quando destacamos que as mulheres abolicionistas recifenses participavam de passeatas, não apenas como manifestantes, mas discursando e agitando os protestos de rua. Vejamos essa passagem:

A' tarde d'esse dia houve uma outra passeiata de mais de 6,000 pessoas, promovida pela commissão central emancipadôra. No trajecto fizeram-se ouvir muitos oradores, notando-se a distincta representante da Sociedade *Ave Libertas*, exma. sra. d. Carlota Villela, que em eloquentes palavras saudou ao povo pernambucano.⁷⁵

A abolicionista Carlota Villela, que já tinha passado por diversos cargos na sociedade *Ave Libertas*, atuou também como oradora e, na ocasião, fez um discurso em uma manifestação pública que comemorava a eleição de Joaquim Nabuco, a nota mostra ainda que o evento contou com ao menos seis mil pessoas. O ato da militante, assim como outras ações da sociedade, deu destaque para o ativismo feminino, mostrando sua existência para a população que estava nas ruas.

Além das vozes e ideias femininas, seus símbolos, igualmente, estavam presentes nos espaços urbanos, como notamos na notícia de um evento em homenagem a José Bonifácio, realizado em um teatro, em que, ao retratar a decoração, é relatado:

Sobre o pedestal elevava-se uma pyramide truncada, tendo sobre uma estrella radiante a legenda – Verdade e justiça. A pyramide era ladeada pelos estandartes das associações abolicionistas – Commissão Central Emancipadora, *Ave Libertas*, Club Abolicionista e Nova Emancipadora, e o estandarte nacional desfraldada na parte anterior, formando um trophéo de bandeiras.⁷⁶

Como podemos reparar, o estandarte da sociedade abolicionista *Ave Libertas* é ressaltado entre tantos outros, destacando-se entre as bandeiras das associações abolicionistas pernambucanas. Estar presente em diversos lugares e diferentes eventos ampliou a ocupação de espaços por essas mulheres ativistas, assim como suas sociabilidades no âmbito da vida pública.

Colocando-se nessas novas relações com o público e com os lugares, as militantes construíram relações sociais em diferentes ambientes, o que se deu também a partir de uma

⁷⁵ **A província do Espírito Santo**, 2 de julho de 1885, Correio de Pernambuco, Número 830, p. 2.

⁷⁶ Estandarte da *Ave Libertas* é citado em notícia sobre evento que homenageou José Bonifácio: **A província do Espírito Santo**, 19 de dezembro de 1886, Número 1256, p. 4.

nova cultura política, construída por meio de pensamentos de grupos antes afastados da política institucional. Serge Berstein (1998) considera o conceito de Cultura Política como um fenômeno evolutivo que difunde representações até sua normalização. Sobre o surgimento dessas culturas ele afirma:

A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem as gerações. (Ibidem, p. 355).

Isso significa que, ao percorrer pelos processos históricos, as populações acumulam, em seu imaginário, representações que acabam guiando o futuro social e político. Expresso em outros termos, a vida cotidiana, os regimes políticos, os desejos, os símbolos e as ideias debatidas e difundidas sobre a população acabam por influenciar as decisões e soluções das sociedades. De certa maneira, nessa perspectiva, o cultural formaria uma base para o político, dinâmica que se sucede e modifica-se ao longo do tempo.

Dessa forma, se a cultura política é construída através da complexidade das ações humanas e os vários parâmetros existentes nas sociabilidades, quando se observa e se apropria de novas atividades, surge então uma nova forma de fazer política (BERSTEIN, 1998, p. 350).

Assim posto, o uso dos espaços urbanos para a construção dessa cultura política abolicionista, junto com outros símbolos e elementos do movimento antiescravista, criou uma estrutura simbólica que alimentou esse ativismo. Em toda a mobilização nacional podemos observar a utilização de elementos que moldaram a forma de fazer política, como o uso dos teatros, a adoção de símbolos e a propaganda impressa, um modo capaz de aproximar diferentes tipos de pessoas e caracterizar a militância.

As mudanças sociais que o movimento queria, como a participação popular, a liberdade para os escravizados e políticas que facilitassem o futuro dos libertos, podiam ser explicadas também pelos símbolos, ou ganhavam significados e importância através dos seus característicos eventos, assim como nas grandes revoluções foi preciso politizar o cotidiano (HUNT, 2007, p. 81). Para isso, os ativistas tentaram marcar a vida pública e privada dos seus apoiadores, deixando os sinais da causa em suas roupas e até em suas casas.

Para ser abolicionista, não bastava apenas afirmar seu apoio, era preciso mostrar e engajar-se na mobilização ou, ao menos, representar a causa com suas ações. Portanto, o dia a dia era importante para evidenciar os apoiadores, os quais sabiam da importância de participar de uma associação, presenciar os eventos, fazer doações para as atividades e conversar sobre o trabalho escravo nos mais variados momentos e espaços. Essas ações ficaram cada vez mais habituais, já que a escravidão estava em toda parte e a causa abolicionista também ganhava cada vez mais espaço.

Eduardo Silva (2003) fez um estudo sobre o uso das camélias, flores que ganharam significado pelos abolicionistas cariocas, que relacionavam a liberdade com a flor que era plantada no quilombo do Leblon, rara, especial e carente de manutenção. O símbolo logo se tornou poderoso nacionalmente, ramalhetes eram entregues nas cerimônias, homens e mulheres utilizavam como acessórios em suas roupas, servindo, inclusive, como uma espécie de código de identificação, grandes líderes e, até mesmo, a família imperial teria adotado esse e outros símbolos para aproximar-se da causa. Assim, os elementos materiais ganharam uma função simbólica que se somou à identidade característica da mobilização abolicionista.

Apesar de as camélias tornarem-se importantes simbolicamente também fora do Rio de Janeiro, não encontramos vestígios concretos de que essa flor foi usada nas atividades abolicionistas em Pernambuco. Entretanto, as flores em geral marcaram presença tanto nas decorações festivas, como em algumas atividades da *Ave Libertas*. Encontramos a formação de comissões em que algumas senhoras pretendiam vender ramalhetes⁷⁷, provavelmente, para arrecadar dinheiro, mesmo que aparente ser uma ação mais pragmática, podemos encarar a escolha das flores como produto simbólico de uma mobilização pautada em metáforas e filosofias figurativas.

Desse modo, percebemos que a cultura política do movimento abolicionista utilizou, do mesmo modo, de uma cultura material, que serviu como instrumento para as representações do ativismo. Cientes de que o meio cultural era um caminho profícuo, os ativistas seguiram criando uma identidade para o movimento.

Em uma publicação do Jornal do Recife de 1884, encontramos um comunicado da *Ave Libertas* com o seguinte pedido:

A directoria da *Ave Libertas*, roga aos habitantes desta cidade, especialmente aos sinceros abolicionistas, que no dia 28 do corrente, anniversario

⁷⁷ **Jornal do Recife**, quinta-feira, 4 de setembro de 1884, Gazetilha, Número 204, p. 1.

da lei humanitária do benemérito Visconde de Rio Branco, armem as frentes de suas casas com bandeiras e luminárias, em sinal de adesão a santa causa da extinção da escravatura.⁷⁸

A ocasião a ser comemorada seria os 13 anos da Lei do Ventre Livre, datada de 28 de setembro de 1871, que foi, sem dúvidas, um grande marco e um impulsionador para a mobilização antiescravista, neste sentido, os militantes sempre tentavam valorizar as datas de conquistas importantes. Como grandes representantes do movimento na cidade, a associação feminina convocou os cidadãos a iluminar e decorar suas casas, incentivando seus apoiadores. Esse ato serviria para celebrar, mas também para mostrar o tamanho do apoio que a causa angariou na cidade. Ao imaginarmos ruas com casas iluminadas e enfeitadas, percebemos a concepção que o movimento queria produzir com o seu simbolismo, o de um ativismo festivo, alegre e otimista, criando marcas visuais e temporais.

A nota jornalística trazida mostra ainda o otimismo das abolicionistas, uma vez que elas afirmam que a ideia seria bem acolhida, o que evidencia o reconhecimento da associação, assim como a abertura dos apoiadores e militantes que, aparentemente, mostravam-se dispostos a construir e realizar juntos essa identidade política.

As comemorações e festejos relacionados à política não eram novidades na capital pernambucana, a historiadora Lídia Santos (2018, p. 49) relata, em seus estudos, que desde a primeira metade do século XIX, os pernambucanos realizavam atos com cortejos, músicas, luminárias e bandeirolas, após notícias importantes e conquistas.

Com isso, notamos, mais uma vez, o uso de elementos materiais já conhecidos pela população, como bandeiras e luminárias, componentes de eventos festivos que o movimento também se apropriou, utilizando componentes usuais para ambientar os sujeitos que delas participavam. Assim como buscava aproximar as ações e particularidades do movimento com o cotidiano das pessoas, articulando as zonas de contato entre espaços públicos e privados, como as ruas e as portas e fachadas das casas.

Essas atividades que marcavam os espaços urbanos e sociais ajudavam a normalizar as ideias em torno da mobilização, importante para a consolidação das novas formas de fazer política, já que o abolicionismo tinha ainda que ultrapassar um sistema consistente e disseminar concepções, que, muitas vezes, estavam na contramão do que aquela sociedade viveu e

⁷⁸ **Jornal do Recife**, 26 de setembro de 1884, publicações solicitadas, Número 222, p. 2.

acreditou por um determinado tempo. Logo, os militantes organizaram um processo de aceitação realizado de forma gradual e que ocupasse o dia a dia dos indivíduos.

Diferentes elementos conquistavam públicos diversos, assim também aconteceu com os espaços, por isso, o abolicionismo organizou manifestações públicas em ambientes fechados, como teatros e circos, mas também tratou de ocupar os locais abertos como as praças e ruas das cidades, da mesma forma que, tentou adentrar nas casas de seus apoiadores. É notável que as mulheres recifenses engajadas no movimento abolicionista, ademais, alimentaram essa cultura, incentivando a adoção dessa linguagem simbólica e a ocupação desses espaços.

Sendo assim, a mobilização movimentou a vida social e usou práticas culturais para atingir as sociabilidades. Ao envolver o ativismo com os hábitos cotidianos, os abolicionistas começaram a alterar o imaginário cercado pela presença da escravidão, além de trazer ideias de participação popular e cidadania. Analisando essa trajetória, Celso Castilho (2016) afirma que “o abolicionismo fomentou a ‘política de massas’ em nível nacional”.

Esse incentivo ao envolvimento das massas culminou em uma pluralidade de grupos e ações, além de promover diversas discussões políticas, de modo que esse cenário permite caracterizar o abolicionismo como o primeiro movimento social brasileiro, segundo Angela Alonso (2014, p. 122).

3.1 A sociedade *Ave Libertas* nas ruas e nos teatros

Após a criação da sociedade feminina *Ave Libertas* em 1884, as mulheres engajadas do Recife, imediatamente realizaram cerimônias festivas, que eram preparadas em diversas reuniões ocorridas em sua sede, inicialmente, instalada em um sobrado na Rua do Imperador, sendo transferida, em seguida, para o segundo andar de uma casa pertencente à presidente eleita da associação, D. Leonor Porto⁷⁹. Essa segunda instalação era localizada na Rua Larga do Rosário. Ambas as sedes ficavam no Bairro de Santo Antônio, local com muitos

⁷⁹ D. Leonor Porto era costureira do estilo modista, que replicava a moda parisiense, ganhou popularidade na capital pernambucana e recebeu muitas homenagens entre os abolicionistas. Em anúncios dos seus serviços, podemos constatar o mesmo endereço de sua casa e da secretaria da associação *Ave Libertas*. Anúncio da costureira em: **Diário de Pernambuco**, domingo 28 de outubro de 1883, Número 249, p. 5; convite da sociedade: **Jornal do Recife**, terça 2 de setembro de 1884, Número 202, p. 3.

estabelecimentos comerciais e a maior parte das repartições públicas. Além dos espaços de movimentação e comunicação como as sedes de jornais, travessas, praças, igrejas e largos.

Ademais, atentamos que, historicamente, as mulheres eram apartadas das ruas, ficando reclusas aos domicílios, exceto para as escravizadas, forras ou livres pobres que trabalhavam fora das casas (CARNEIRO DA SILVA, 2003, p.4). Entretanto, na segunda metade do século XIX, a presença feminina oriunda das classes dominantes ficou mais frequente nos espaços públicos, esse fato foi despertado pela nova civilidade buscada pelos recifenses, que popularizou passeios, visitas e bailes inspirados nos hábitos europeus (DA SILVA, 2011, p. 220).

Segundo Gonçalves (2020, p.54), a moda, da mesma forma, sugeriu e impulsionou uma autonomia feminina através do consumo, os jornais oitocentistas voltados para mulheres incentivavam que elas mesmas saíssem de suas casas e fossem comprar nos armazéns seus tecidos e peças de roupas, ao invés de pedir para que uma figura masculina da casa fizesse esse papel. O mundo da moda cada vez mais próximo da feminilidade possibilitou uma maior inserção das mulheres das elites e das camadas médias no espaço público. Com os novos espaços ocupados, novos modelos de roupas também foram sendo adotados, incluindo roupas ditas femininas que se mesclaram com o vestuário masculino a fim de mais praticidade para o cotidiano sem perder a elegância.

Essas mudanças ajudaram as abolicionistas a ocupar lugares como os teatros, nos quais as sócias da *Ave Libertas* ganharam cada vez mais autonomia. Ao longo dos anos, a associação foi responsável por diversas exposições de dramas, concertos orquestrais e recitações de poesias. Normalmente, as atrações retratavam a vida dos escravizados e tinham também alguns espetáculos de comédia e dramas da literatura europeia. Dessa forma, as moças e senhoras não se distanciavam da elite e dos espaços acessíveis às “mulheres de família”.

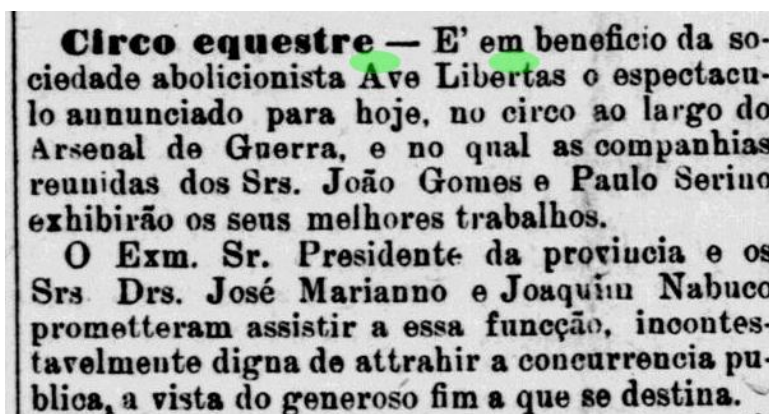
O espaço do teatro, por exemplo, era um dos mais importantes locais de sociabilidade, era nas dependências do Teatro de Santa Isabel que as famílias aristocratas encontraram o divertimento adequado: cantatas, óperas, peças e apresentações extraordinárias. Os encontros ocorridos em seu salão principal eram responsáveis por lançamentos de modas, flertes, encontros políticos, etc. (DA SILVA, 2011, p. 222)

A maioria dos anúncios da *Ave Libertas* nos periódicos aponta o uso do Teatro de Santa Isabel e o Teatro Santo Antônio, que foram palco de muitos festivais, os recintos eram

comumente iluminados e enfeitados com flores e bandeiras.⁸⁰ A decoração típica dos festivais abolicionistas tinha motivo para ser organizada, o uso de cada objeto acusava uma afirmação do posicionamento político, os detalhes dispostos nos salões e nas ruas representavam os princípios do abolicionismo. (SANTOS, 2014, p. 62)

Com o sucesso dos festivais da sociedade feminina, logo as mulheres abolicionistas passaram a organizar manifestações em espaços abertos ou em locais não elitizados, como nos circos.

Figura 12 - Espetáculo abolicionista em Circo.



Circo equestre — E' em beneficio da sociedade abolicionista Ave Libertas o espectáculo anunciado para hoje, no circo ao largo do Arsenal de Guerra, e no qual as companhias reunidas dos Srs. João Gomes e Paulo Serino exhibirão os seus melhores trabalhos.
O Exm. Sr. Presidente da provincia e os Srs. Drs. José Marianno e Joaquim Nabuco prometteram assistir a essa função, incontestavelmente digna de attrahir a concorrência publica, a vista do generoso fim a que se destina.

Fonte: **Jornal do Recife**, Sábado, 8 de novembro de 1884, Gazetilha, Número 258, p. 1.

Na figura 12, podemos observar a organização de uma exibição circense no Largo do Arsenal de Guerra, localizado no Bairro do Recife, ponto mercantil da cidade, constituído por casas de comércio, bancos e associações comerciais⁸¹. O espetáculo contaria com a presença de figuras famosas do abolicionismo, José Mariano e Joaquim Nabuco, anunciados como artifício para atrair participação pública, entretanto, imaginamos que o circo não atraia o mesmo público presente nos teatros, já que o repertório era menos solenizado, com atrações mais ousadas, sem as dramaturgias sérias das casas de espetáculo (SILVA, 2007, p. 75). Além disso, a localidade do evento, relatada no anúncio, pode nos mostrar uma estratégia do grupo feminino para levar a mobilização aos indivíduos distantes do centro político da cidade, já que muitos trabalhadores do comércio, carregadores e operários do porto, que conviviam naquele espaço, poderiam

⁸⁰ Podemos ver o uso dos ornamentos citados em uma programação de espetáculo no Teatro Santo Antônio em benefício da Sociedade *Ave Libertas* em: **Jornal do Recife**, sábado, 12 de julho de 1884, número 159, p. 3.

⁸¹ Notas de Antônio Pedro de Figueiredo sobre o Bairro do Recife no século XIX, ver em: Diário de Pernambuco, 05/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.), **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, vol. II. P. 834-840.

despertar o interesse em assistir ao circo. Por conseguinte, o desejo de divertir-se acabava se transformando, mesmo que involuntariamente, no aprendizado das ideias contra a escravidão.

Dessa forma, notamos que diferentes espaços conquistavam públicos distintos, afinal as formas de sociabilidade mudam a partir das particularidades de cada evento. Nas ruas, essas diferenças reuniam-se, podiam ser vistas nas manifestações, que ocorriam nas principais vias dos bairros centrais, diversos grupos aliados à causa antiescravista.

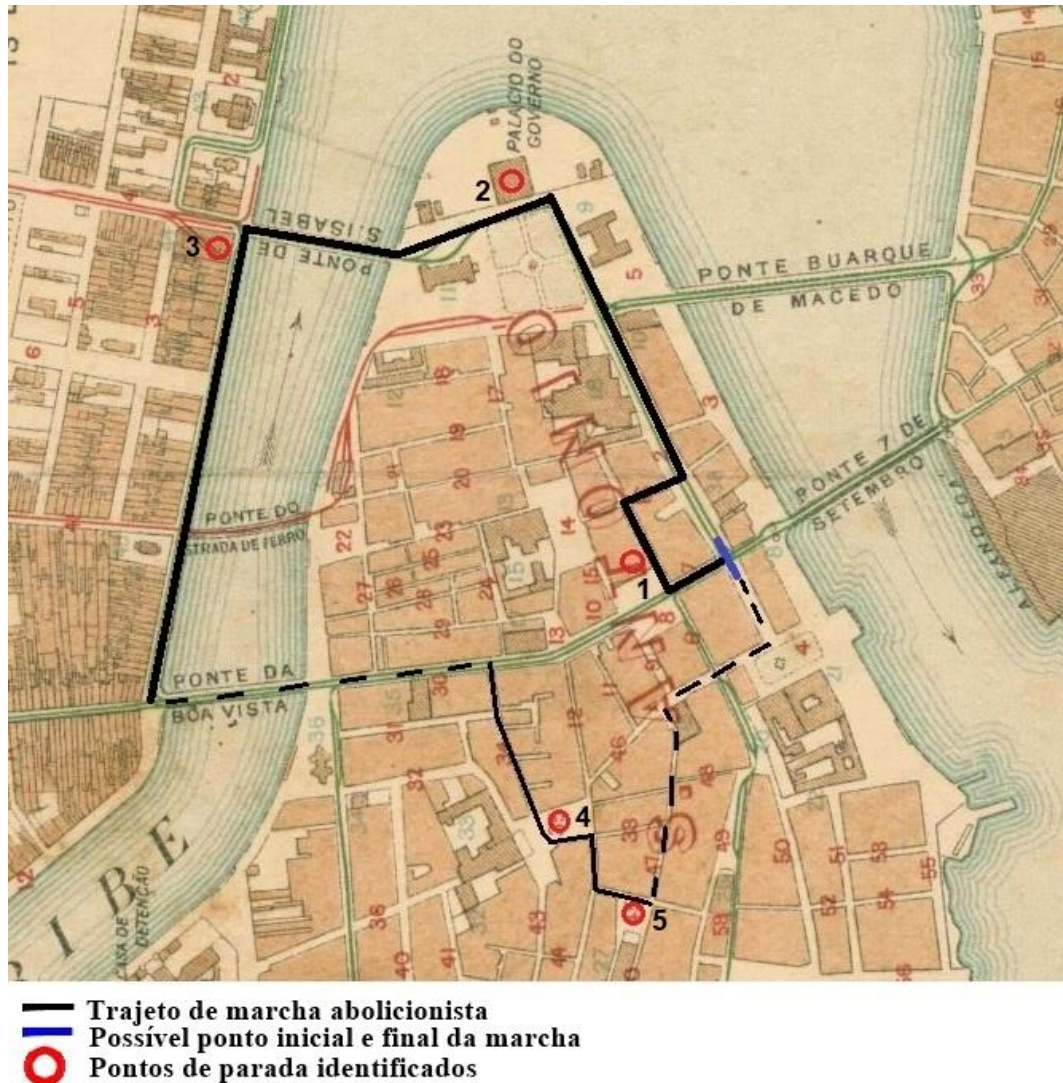
A sociedade *Ave Libertas* também organizou e conduziu algumas das grandes passeatas que uniam as forças das associações recifenses para as causas do movimento, como nas campanhas eleitorais e comemorações dos seus resultados. Localizamos, em uma nota jornalística, que uma de suas sedes, localizada na Rua do Imperador, foi ponto de saída de passeatas, as quais eram guiadas pelas senhoras abolicionistas que levavam seu estandarte (pendão) junto com membros de outras associações, além da banda musical.⁸²

A publicação em questão apresenta-nos detalhes de uma marcha iluminada com lanternas ou tochas, nomeadas de *marche aux fambleaux*, que eram passeatas noturnas feitas para dar destaque às luzes. A manifestação foi em homenagem a Joaquim Nabuco como reconhecimento pelo seu papel como deputado.

Para destacar e analisar o uso dos espaços urbanos nessas passeatas, reconstruímos, no Mapa 1, o trajeto da marcha de julho de 1885, a partir do detalhamento nos jornais. O ponto de partida foi a sede da *Ave Libertas* na Rua do Imperador, da qual não sabemos a localização exata, destacamos em azul uma parte da via para indicar o início da passeata. O circuito começou com muitos fogos e foi em direção ao escritório do Diário de Pernambuco (1), que teria servido de espaço de parada para, provavelmente, saudações e manifestações, no local também houve discursos e vivas, com palavras de euforia, e, em seguida, os participantes foram em direção ao palácio da presidência da província, na parte superior da ilustração (2).

⁸² **Diário de Pernambuco**, domingo, 5 de julho de 1885, Revista Diária, Número 150, p. 3.

Mapa 1 – Percurso de Passeata abolicionista.



Fonte: Acervo iconográfico da COMPESA. DOUGLAS FOX, Sir Charles. **Planta da Cidade do Recife**. 1:10,000. 1906. (Recorte, aproximação, legenda e destaques nossos.)

Entre exaltações e ovações, a marcha seguiu para a ponte Santa Isabel em direção à Rua da Aurora, onde foi saudada a secretaria de polícia (3). Seguiram então até a ponte da Boa Vista, alguns discursos foram ouvidos no caminho até o pátio do Carmo (4), depois, foi feita uma parada em mais uma tipografia, do periódico *Rebate*, a qual não localizamos com exatidão. Em seguida, o cortejo foi para o pátio de São Pedro (5), até voltar para a rua inicial da marcha com paradas no escritório do *Jornal do Recife* e novamente nas instalações da sociedade *Ave Libertas*, a qual apresentava uma varanda que já teria sido palco de muitos discursos.⁸³

⁸³ Podem ser encontrados os relatos dos discursos na varanda da *Ave Libertas* em: **Jornal do Recife**, terça, 9 de junho de 1885, Número 129, p. 1.

A partir das informações, notamos que a organização do evento selecionou pontos importantes para compor o trajeto do passeio, como o palácio do governo e a secretaria de Polícia, além das residências de figuras respeitáveis, os quais teriam discursado e agradecido os ativistas pela consideração. O cortejo passaria ainda por tipografias, como a sede do Diário de Pernambuco, do Rebate e do Jornal do Recife, as quais priorizavam localidades no centro do poder político, pois precisavam ficar perto dos espaços em que a movimentação pública acontecia, além disso, esses lugares eram os destinos das principais notícias da província e de outras regiões.

Além de reconhecer a importância da imprensa, as escolhas das associadas também serviriam para dar destaque à manifestação nas edições jornalísticas. Somando-se ao fato de que era importante ser prestigiado por figuras de renome e relevância para a comunicação da cidade. O Diário, inclusive, agradeceu publicamente a visita, ao relatar sobre a marcha no jornal.⁸⁴

O editorial indica ainda que a passeata seguiu sempre “em boa ordem”, sendo que, com isso, podemos evidenciar uma atenção que os militantes tinham em demonstrar uma pacificidade, a qual teria ocorrido na manifestação, o que pode ser um indicativo de que o movimento também se importou em mostrar-se familiar e convidativo, inclusive para mulheres.

Apresentar moças e senhoras da elite à frente da passeata já destaca como a mobilização queria mostrar-se pacífica e legítima. A edição do Jornal do Recife ao relatar a pacificidade ainda aponta que “muito recomenda a índole dos manifestantes”⁸⁵, reafirmando como a passeata e os seus participantes foram ordeiros e preocupados com o uso civilizado dos espaços públicos da cidade.

A expressão “boa ordem”, ademais, sinaliza a preocupação com a estética das manifestações nas ruas, constatamos que assim como os teatros decorados, as cerimônias externas apresentavam-se festivas, com a iluminação das lanternas coloridas nas ruas e casas, e atrativas, com a banda musical que animava o cortejo. Os abolicionistas criaram uma identidade para a cidade a partir da publicidade desses eventos, além de construir memórias que são elementos essenciais para a identidade de um lugar. (ABREU, 1998, p.10)

⁸⁴ **Diário de Pernambuco**, domingo, 5 de julho de 1885, Revista Diária, Número 150, p. 3.

⁸⁵ **Jornal do Recife**, domingo, 5 de julho de 1885, Número 150, p. 1.

Como podemos constatar, além dos elementos concretos e visuais, os aspectos mais sensoriais também foram símbolos do abolicionismo, como a música. As festas tornaram-se grandes palcos para os discursos e ensinamentos, visto que o abolicionismo utilizou isso para transmitir mensagens, essa mobilização ritualizou esses eventos, os quais eram organizados com diversas composições e hinos, que iniciavam e encerravam as cerimônias. Combinava-se, assim, festa, música e propaganda. (COSTA, 2016, p. 124)

Tradições de ritos religiosos e desfiles cívicos e militares foram ressignificados nas atuações do movimento abolicionista. Manuela Areias Costa (2016) analisa ainda como a música foi porta de entrada para artistas negros, além de conquistar uma parte do público que foi “preso pela audição”. O meio artístico também levou muitas mulheres para o centro das organizações dos eventos da mobilização. (ALONSO, 2015, p. 101)

Esses novos públicos angariados mostram como os elementos culturais conseguiram somar as diferenças dos diversos grupos sociais, facilitando a expansão desse movimento social em nível regional e nacional. Esse processo, que utilizou práticas culturais e sociais como ferramenta política, formou uma nova identificação com a sociedade, a qual se aproximou das discussões públicas, criando interesse pelos protestos, mudanças e decisões políticas.

Dessa maneira, a prática política foi ressignificada juntamente com os elementos que se tornaram formas simbólicas, assim como em outros momentos da história. A exemplo, temos a própria Revolução Francesa, que mostrou a importância das identidades dos movimentos que buscaram alterações nos sistemas sociais e políticos, os quais contestaram os símbolos vigentes e instauraram novos emblemas que expressam seus ideais e princípios. (HUNT, 2007, p. 78)

As decorações, igualmente, foram ressignificadas e apropriadas pela Revolução Francesa, como a adoção das cocardas, espécies de laços tricolores que enfeitaram as manifestações dos revolucionários republicanos, incluindo as suas vestimentas. Na França, assim que os símbolos provavam sua popularidade ficavam mais oficiais em seus rituais. “As cercas, os decretos e a incorporação desses símbolos às cerimônias e festivais oficiais marcaram o disciplinamento das novas formas de poder popular” (Ibidem, p. 84). O movimento abolicionista, por sua vez, adotou características simbólicas, como as bandeirolas aqui citadas e os estandartes das associações, os ativistas queriam, dessa forma, destacar-se e criar uma identificação para o movimento.

Além da resignificação de símbolos, o movimento abolicionista também usufruiu das utilidades proveitosas da imprensa, sendo um dos únicos meios de comunicação, os elementos tipográficos, como os folhetos, passaram a dar voz aos grupos e indivíduos. Tanto abolicionistas quanto escravistas faziam suas divulgações impressas e, muitas vezes, protagonizaram debates e confrontos em suas publicações. Por isso, muitos elementos devem ser levados em conta ao analisar os jornais da época, pois:

[...] os impressos, suas ideias e informações relacionavam-se de forma dinâmica com a sociedade, circulavam, eram repetidos e podiam ser reapropriados. As fronteiras e definições entre grupos políticos e seus vocabulários, o perfil de formadores de opinião e a circulação de vozes e clamores pelas ruas divulgam outras dimensões do que chamamos aqui de transformação dos espaços públicos (MOREL & BARROS, 2003, p. 44).

Em outras palavras, por trás das tipografias, existiam motivações e os escritores envolviam seus leitores a fim de disseminar suas convicções. Dessa forma, a imprensa ajudou também nesse processo de alteração dos espaços sociais, já que suas informações eram dinâmicas e circulavam pelas ruas. Os eventos abolicionistas eram anunciados nos periódicos, assim como os discursos e acontecimentos eram detalhados. A conquista de um público plural pelo movimento abolicionista teve, ademais, a contribuição de uma utilização sábia dos jornais, pois seus líderes aproveitaram as transformações da comunicação que estavam se operando no império (MACHADO, 2003). Desse modo, o uso da imprensa foi mais uma prática abolicionista que auxiliou na expansão do movimento.

As mudanças sociais e as formas de atuação antiescravista no final do século XIX exemplificam como o movimento abolicionista trouxe sua mobilização para a cidade, sem limitar o debate aos espaços formais da política. As passeatas, os eventos, as suas divulgações e a presença feminina, de certo modo, davam novas formas aos espaços urbanos e contribuíram para a história da cidade, visto que “a história de um lugar é o resultado da ação, num determinado momento e sobre um determinado espaço.” (ABREU, 1998, p. 17)

Assim sendo, é notório que a participação feminina na mobilização antiescravista utilizou os espaços urbanos da cidade do Recife, promovendo sociabilidades, sensibilização pública e identificação, colaborando, dessa maneira, para a formação da memória histórica da capital pernambucana.

Os homens e mulheres abolicionistas valorizavam cada conquista e tentaram perpetuar suas ações com diversas homenagens. Retratos dos seus líderes eram destacados nos eventos e

em espaços do cotidiano, em vitrines de lojas e bibliotecas, como mencionamos no primeiro capítulo, referindo que um quadro com fotografias das dirigentes da *Ave Libertas* foi enviado e exposto no Rio de Janeiro. Além disso, eventos nos teatros eram realizados em nome dos prestigiados ativistas, como vimos em anúncios da sociedade feminina que alguns festivais foram dedicados à Leonor Porto, ou outras cerimônias e passeatas que homenageavam Joaquim Nabuco. Essa maneira de evidenciar os apoiadores e apoiadoras também foi uma forma de chamar atenção e incentivar o engajamento.

Ao venerar as ações desses e dessas personagens, os militantes mostravam para a população que as atividades abolicionistas tinham certo reconhecimento, magnitude e valor social. Ademais, essas reverências e culto aos seus representantes deixavam a causa abolicionista com mais evidência, criando uma memória histórica e popularidade que poderia ser almejada por muitos grupos sociais.

Com isso, foram criados ainda diversos documentos organizados para valorizar os participantes e emancipacionistas, como o Livro de ouro criado no Rio de Janeiro, que serviu para registrar os nomes daqueles que contribuíram para os fundos de emancipação (MATTOS, 2011), o qual logo espalhou-se e tornou-se em algumas províncias, um símbolo de resistência política, o emblema foi popularizado nas cerimônias de libertação, documentando os nomes dos libertos e dos que cooperaram para as manumissões. (COWLING; CASTILHO, 2010)

Além disso, por meio das investigações das últimas décadas, já conseguimos constatar como o ativismo formulado no fim do século XIX criou uma atmosfera pública que tinha a participação de diversos agentes sociais e alcançava as ruas, o que, de fato, ainda influenciou muitas outras pautas e as novas formas de pensar politicamente, que foram aprimoradas ao longo do tempo. Esse alcance e crescimento do movimento mostrou a importância de mobilizar diversos públicos e demonstrar para a sociedade as ideias sobre mudanças sociais, resultado de uma cultura política que ainda resistiu por muito tempo na política brasileira.

Entretanto, a disseminação de ideias abolicionistas em variados espaços sociais, igualmente, impulsionou pensamentos divergentes e novos mecanismos políticos que agitaram os militantes e instigaram as associações a conseguirem conquistas ainda mais edificantes e concretas. A esperança e a força política que o movimento abolicionista demonstrava incentivou muitos grupos a encontrar estratégias legais e ilegais em busca de liberdades, por meio de brechas nas leis, ou até fugas organizadas. A mobilização estava em toda parte desordenando a política institucional e animando o espírito da reação popular.

As novas práticas pulsadas por esse movimento alteraram as normas de cidadania no final do império, grupos populares somaram-se com a mobilização, o que foi essencial para combater o contramovimento que se fortalecia, principalmente nas províncias que apresentavam um escravismo mais incidente. Esse apoio popular ajudou, até mesmo, nas eleições, as quais foi ganhando representação abolicionista pouco a pouco. Com conquistas graduais, o abolicionismo fez-se presente na história e nas formas de fazer-se política.

A cultura política estabelecida pelo abolicionismo concretizou os caminhos para a abolição, projeto que acabou sendo o resultado da união de forças políticas populares, nacionalização e imersão no sistema governamental. Certificava-se, desse modo, a relevância dos novos símbolos estabelecidos pela mobilização antiescravista.

Por isso, analisar os comportamentos políticos dos homens e mulheres ao longo daquelas décadas ressalta como um movimento social, que iniciou com atividades elitistas, conseguiu modificar os modos de fazer política no império brasileiro, não apenas daqueles que já detinham o poder, mas colocando sujeitos e sujeitas que por muito tempo estiveram distantes da política ou longe da evidência pública, porém, tinham desejos de participação e consciência dos direitos e deveres.

Criou-se, por conseguinte, uma nova cultura política com uma abrangência necessária para atingir as ruas e, conseqüentemente, as vozes dispersas na sociedade.

Com a utilização dos espaços urbanos, o debate sobre o fim da escravidão estava em todos os lugares, já que o trabalho escravo também estava entranhado em toda parte, nas ruas, nas praças, nos teatros e presente nas discussões de homens e mulheres das mais variadas classes. Assim, o movimento abolicionista se perpetuaria, do mesmo modo, nos elementos da cidade, atualmente algumas ruas carregam o nome de figuras importantes da mobilização antiescravista.

Inclusive, a abolicionista pernambucana, Dona Leonor Porto, tem o seu nome em uma rua no bairro de Santo Amaro no Recife e em uma escola no município de São Lourenço da Mata, na Região Metropolitana do Recife. Com esses indicativos, podemos assegurar e constatar que o movimento abolicionista fez-se presente na história da cidade do Recife, evidenciando como esses aspectos exemplificam que as vivências nas cidades, transpassam as épocas e marcam as memórias dos lugares.

É importante salientar que o silenciamento da participação feminina ou a falta de valorização das atividades abolicionistas lideradas por mulheres também atingiu a criação dessa memória abolicionista, uma vez que, em Pernambuco, apenas Leonor Porto está presente em nomes de vias ou instituições. Por sua vez, um grande número de ruas e lugares públicos foi nomeado com as alcunhas dos militantes masculinos pernambucanos.

Podemos citar aqui a Rua Joaquim Nabuco e a Rua João Ramos no Bairro das Graças; a Rua Dr. José Mariano no Bairro Boa Vista; a Rua Numa Pompilio no Bairro de Santo Amaro; Rua Barros Sobrinho no Bairro de Areias, entre outros.

Com isso, constatamos que a hierarquia de gênero, igualmente, atingiu o período pós-abolição e o processo de concretização das memórias abolicionistas, assim como fez com a própria participação política dos indivíduos. Os obstáculos criados a partir das construções sociais de gênero alcançaram e ainda interferem nos meios políticos brasileiros, dificultando acesso e participação dos indivíduos, como também outros aspectos sociais e concepções excludentes.

3.2 A notabilidade e os interesses das abolicionistas

Como vimos, o movimento abolicionista em Pernambuco esteve comprometido por redes de sociabilidades familiares, que envolviam homens e mulheres determinados a lutar pela causa antiescravista, essa teia familiar e outros elementos ajudaram a participação feminina, colocando, assim, as militantes em espaços políticos ocupados normalmente pelos homens brancos, como as diretorias de associações.

Entretanto, vale indagar quais eram as reais intenções das moças e senhoras ao participar de um movimento político e o que, de fato, essas militantes receberam em troca desse esforço e engajamento. A participação feminina, ao contrário do que muitos textos da época queriam mostrar, não foi apenas causada pelos generosos corações das mulheres oitocentistas, provavelmente as ativistas tinham interesse em realmente participar do debate político que se instaurava e, assim, conseguir espaço em outras pautas políticas.

As abolicionistas tinham noção do afastamento do gênero feminino da política e poderiam imaginar que suas ações no movimento tivessem condições de alguma forma criar

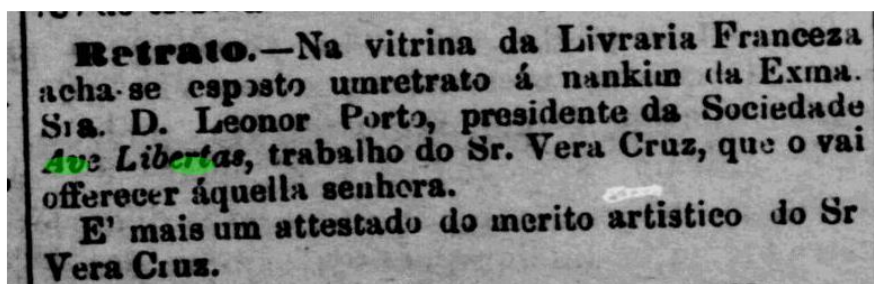
um caminho para outras possibilidades de ação na esfera pública. Para isso, elas precisavam ganhar reconhecimento e mostrar que podiam também atuar nos espaços públicos e administrativos.

A comunidade abolicionista recifense, em sua maioria, formada por homens, aos poucos, apoiou e reconheceu o trabalho das moças e senhoras, as quais eram sempre citadas em eventos de outros grupos, reverenciadas pelas suas conquistas e prestigiadas por grandes abolicionistas. Como vimos em outras seções, Joaquim Nabuco e José Mariano teriam visitado as instalações da *Ave Libertas*, assim como presenciado eventos da associação.

A liderança da sociedade *Ave Libertas* nas organizações dos grandes eventos, os quais tinham a participação de diversas associações abolicionistas de Pernambuco, como na passeata aqui analisada, demonstra que as abolicionistas tiveram um trabalho notável que abrilhantou a mobilização pernambucana, tornando-se espelho para muitos grupos.

Essa notabilidade resultou em uma popularidade, muitas vezes, revelada em ações registradas nos jornais. Uma admiração declarada pelos indivíduos abolicionistas seja para todo o grupo feminino e suas ações ou para personalidades femininas específicas. Neste caso, principalmente, sua matrona, Leonor Porto, que foi agraciada diversas vezes com demonstração de respeito e veneração. Como em uma exposição de um retrato da modista e militante realizada em uma livraria.

Figura 13 – Anúncio de exposição de retrato de Leonor Porto



Fonte: *Diário de Pernambuco*, sexta, 6 de novembro de 1885, Revista Diária, Número 254, p. 3.

A abolicionista era prestigiada por artistas que queriam presenteá-la com seus desenhos, poemas e pinturas, como em um ato de gratidão por seus atos políticos em torno da luta pelo fim da escravidão. Como nos mostra a figura 13, em que o desenhista Vera Cruz, antes de entregar o retrato para a costureira, expôs seu desenho em uma livraria, local de acesso para um público letrado, consumidor de livros e que, provavelmente, dispunha de poder aquisitivo, o

qual poderia, com a exibição, admirar a abolicionista, as ideias e as ações que sua imagem representava além de comprar os desenhos do artista.

As suas colegas e associadas, por sua vez, não mediam esforços para homenagear a presidente da sociedade, como já vimos, muitos eventos do grupo deram-se em seu nome e o jornal único da associação carregou, na capa, o rosto da senhora Leonor Porto. As moças e senhoras que participaram desse ativismo sabiam da importância da abolicionista, que demonstrava altivez, coragem e respeito em suas ações antiescravistas.

Com esse reconhecimento, a imagem da abolicionista supracitada passou a ser venerada por muitos grupos da comunidade abolicionista. Na imprensa, além da sociedade *Ave Libertas*, encontramos outra tipografia/jornal que também utilizou seu retrato como capa.

Figura 14 – Capa do jornal A Ideia



Fonte: Jornal A Ideia, 13 de agosto de 1885, Número 24, p. 1.

O jornal abolicionista e republicano *A Ideia*, em sua vigésima quarta edição, homenageou D. Leonor Porto, trazendo seu rosto e textos, em uma “coluna de honra”, com artigos e poemas, que prestaram gratidão e que validaram as ações da abolicionista. As palavras dos jornalistas demonstram, além de tudo, uma veneração e colocam a modista como destaque do ativismo feminino em Pernambuco, como uma base sólida para a sociedade *Ave Libertas*.

Salientamos que os anos em que a senhora Leonor Porto esteve à frente da associação foi o período que mais encontramos vestígios de eventos, conquistas e menções. Seu nome representava mais do que apenas uma diretora, era símbolo e um ativismo esperançoso e influente.

Assim, o prestígio da abolicionista serviu, de igual forma, como firmamento do ativismo feminino e alargou as possibilidades da sociedade *Ave Libertas*. Não foi à toa que essa senhora foi eleita duas vezes como presidente do grupo. Aliás, essas escolhas eram sempre bem-vistas pela comunidade escrava e abolicionista.

Em outra ocorrência jornalística, encontramos um texto que demonstra a importância e a aceitação em ter uma figura tão relevante no comando da associação:

Sr. Redactor – Queira V. S. dar publicidade a estas linhas, filhas de meu pobre coração.

Parabéns aos abolicionistas!

Parabéns a Pernambuco!

Parabéns ao Recife!

Parabéns à causa da abolição dos escravos!

A intrépida e nunca assás victoriada abolicionista D. Leonor Porto foi reeleita para o cargo de presidente da humanitária sociedade *Ave Libertas*.

Esta noticia encheu de júbilo os corações dos escravos oprimidos e fez correr lágrimas de gratidão pelas faces daqueles que a sua mão generosa e benfazeja conseguiu livrar das garras da escravidão!

Parabéns damos ainda à tão distincta brasileira e a todas as suas consócias que não podiam ter feito melhor e nem mais acertada escolha.

26 de agosto de 1885.

Uma Liberta.⁸⁶

⁸⁶ **Jornal do Recife**, 27 de agosto de 1885, Publicações solicitadas, Número 194, p. 2.

A publicação que aparenta ser um texto de uma correspondência, foi assinada pelo codinome de “uma liberta”, não temos como afirmar que, de fato, o autor ou autora do artigo foi uma pessoa libertada da escravidão, mas o eu lírico traz a ideia de gratidão dos escravizados, beneficiados pelo auxílio de abolicionistas, o que teria ocorrido através das ações da Leonor Porto. Além disso, a nota apresenta uma comemoração pela reeleição da presidente da *Ave Libertas*, o que demonstra que os líderes do movimento abolicionista queriam dar a ver, além de relevância no meio social, um papel de esperança e impulsionador das conquistas antiescravistas.

Na publicação trazida, vemos ainda que as ações da sociedade feminina estão associadas a atividades humanitárias, e Leonor Porto, relacionada à generosidade. Talvez o reconhecimento das abolicionistas femininas estivesse sempre atrelado às virtudes da feminilidade. O papel maternal carregado pelo imaginário do gênero feminino deixou essa ideia de bondade no ativismo de mulheres.

Por esse motivo, as práticas das moças e senhoras abolicionistas sempre eram associadas à filantropia, entretanto, já evidenciamos que, ao longo dos anos, as militantes demonstraram que podiam agir politicamente, e transformaram essa natureza benevolente em justificativa para mobilização. Embora, as brasileiras não tivessem investido em causas e movimentos de sufrágio e emancipação feminina, como as militantes dos EUA e Grã-Bretanha (KITTLESON, 2005, p. 100), foi aberto o debate acerca da aptidão de mulheres na participação das discussões públicas.

Um texto assinado por um homem de sobrenome Buxton, escrito em 1884, reforça características presas nas construções sociais que envolvem o gênero feminino, entretanto, o autor mostra-se favorável à participação ativa de mulheres. Para ele, esse engajamento serviria de “atestado do desenvolvimento intelectual das pernambucanas”⁸⁷ e, com isso, poderiam conquistar mais elementos que proporcionassem exercer funções nos ambientes sociais.

Logo, percebemos que, gradativamente, a conquista de aumentar as discussões sobre as capacidades femininas foi reconhecida também pelos homens abolicionistas, que começaram a apoiar as aspirações de mulheres que adentravam na vida pública. Portanto, o apoio foi se redirecionando para ideias mais políticas e não apenas moralistas. Afinal, estar no movimento abolicionista proporcionou a moças e senhoras a inserção em debates intelectuais, com isso, as

⁸⁷ **Diário de Pernambuco**, 18 de outubro de 1884, Publicações a pedido, Número 241, p. 3.

pernambucanas foram incentivadas a procurarem por mais formações sobre administração e política, além de instigar os desejos femininos em lutar pelo direito de ter e ecoar suas opiniões.

Portanto, participar do movimento abolicionista beneficiou essa nova geração feminina, que já estava inserida em uma época de mudanças, como as novas profissões oferecidas para as mulheres, as quais eram desvalorizadas, mas, de alguma forma, levaram esse público para novos espaços. Ter um maior acesso escolar, ademais, incentivou essas sujeitas, assim como as novas aberturas dadas por influências europeias.

Ao criarem essas novas sociabilidades, as mulheres pernambucanas do século XIX buscaram novos caminhos, para alargar ainda mais esse espectro inicial de possibilidade política. O abolicionismo foi antes de tudo uma porta de entrada para que essas militantes se aproximassem dos debates em torno dos problemas da sociedade, além de conseguir mostrar as capacidades femininas nessas discussões.

A continuação de algumas mulheres que fizeram parte desse engajamento em outros movimentos e eventos políticos nas décadas seguintes legitima o desejo dessas mulheres em atuarem politicamente, não apenas para ajudar a sociedade brasileira no combate a uma instituição que feria a pátria e a família, mas também para terem voz e mostrarem suas ideias para a sociedade, além de colocar em prática suas abrangentes concepções políticas.

A professora Maria Amélia é um exemplo relevante de mulher oitocentista que avançou nos caminhos políticos mesmo após a abolição. Imersa nas causas sociais, ela prosseguiu no magistério e nos espaços de comunicação. Na revista *A família*, em que trabalhou, diversos textos sobre emancipação feminina foram publicados, além disso, a ativista atuou também junto a republicanos.

Desse modo, percebemos que, para além de uma breve participação, essas mulheres interessaram-se verdadeiramente pelo ambiente político. Além disso, conseguiram alguns benefícios a partir desse engajamento, como novos caminhos para outras discussões políticas, assim como incentivaram notoriamente uma geração feminina que serviu de exemplo para que outras dinâmicas pudessem ser seguidas, para que novas conquistas fossem alcançadas pelo público feminino.

4. Considerações finais

A importância e a magnitude do movimento abolicionista refletiram-se em sua abrangência política, a qual abarcou diversos grupos antes aliados da política institucional. Neste trabalho, analisamos como as mulheres pernambucanas participaram da mobilização antiescravista, observando as formas de atuação feminina e como essas atividades impulsionaram o abolicionismo no Recife.

Gradualmente, as recifenses conseguiram atuar em associações e organizar eventos, ações que se concretizaram com a criação da sociedade *Ave Libertas*. A inserção feminina no movimento e suas sociabilidades com os militantes, escravistas e escravizados, evidenciaram como as ativistas empenharam-se em trazer resultados para a mobilização, ganhando, assim, reconhecimento.

Além disso, as variadas maneiras de atuação entre as moças e senhoras oitocentistas demonstraram que a teia de ativismo feminino abarcou diversos perfis de mulheres, as quais atuaram dentro das suas possibilidades, seja com doações, auxiliando ações ilegais junto ao Club do Cupim ou até mesmo engajando-se na imprensa e em conferências políticas, alcançando novos caminhos para a participação feminina em ambientes políticos.

Com isso, observamos que o engajamento feminino espalhou-se pela cidade e utilizou a diversidade de estratégias empregadas pelo movimento nacional. As sócias da *Ave Libertas* organizaram eventos em variados espaços, principalmente, nos teatros que obtiveram sucesso de público e participação. Além disso, exerceram a liderança feminina em grandes eventos, os quais movimentaram a cidade e os militantes de Pernambuco, como festivais e passeatas.

Nessas cerimônias, as ativistas ajudaram a fortalecer símbolos e a criar memórias. Os principais vestígios das ações antiescravistas foram deixados pelos memorialistas da abolição, depois da Lei Áurea, momento em que ex-abolicionistas empenharam-se na criação de uma memória coletiva, essa prática ajudou também na fortificação da cultura política construída pelos ativistas do século XIX, que intencionavam levar para o futuro.

Os variados símbolos, como as bandeiras, as decorações de eventos, os rituais festivos das cerimônias e as marchas marcaram a mobilização e serviram para imortalizar as práticas culturais utilizadas como meios políticos. Entretanto, após a abolição, concretizada em 13 de maio de 1888, a memória abolicionista foi perdendo o caráter popular angariado pelo movimento. Muitos personagens converteram-se para a causa abolicionista nos momentos

finais e, de certo modo, ofuscaram outras participações. Além disso, outros nomes importantes foram esquecidos por diversos motivos, abrangendo hierarquias sociais, como a de poder político ou de gênero, já que o silenciamento de atividades políticas femininas perdurou e ultrapassou a memória e a história por muito tempo.

Sendo assim, muitos indivíduos ainda ficaram sem rostos e nomes, as representações perpetuaram-se sem dar o devido valor à ampla inserção política causada pelo movimento, apesar dos indícios de que trabalhadores livres, mulheres, pessoas de baixos estratos da sociedade e, principalmente, negros e negras lutaram ativamente durante o processo da abolição.

Por isso, os estudos historiográficos que se propõem a examinar a mobilização a partir da pluralidade de participação são importantes para que as formas políticas exercidas nessa trajetória sejam cada vez mais destrinchadas. Possibilitando o esclarecimento sobre como esse processo social naturalizou diversas novas práticas.

Com esses estudos, é possível considerar que o movimento abolicionista conquistou um corpo político composto por grupos diversos, ocupou espaços não institucionalizados e manteve uma identidade carregada de representações que atingiu as sociabilidades de uma sociedade que não estava familiarizada com essa ampla participação nas discussões públicas.

A partir deste trabalho, verificamos a importância da diversidade de experiências para a dinâmica dos processos históricos, observando como as novas sociabilidades e práticas políticas sensibilizaram o público recifense, angariando, assim, novos adeptos para a mobilização e possibilitando o engajamento de mulheres nas questões políticas sobre o trabalho escravo. Dessa forma, as militantes aumentaram a rede de ativismo e fortaleceram o movimento social a partir das massas, naturalizando as ideias abolicionistas e ganhando, dessa forma, mais relevância política para a mobilização.

As mulheres abolicionistas de Pernambuco impulsionaram as ações antiescravistas na província, ganharam confiança da população e espalharam as ideias políticas do abolicionismo, por meio dos jornais, dos eventos e das centenas de manumissões conquistadas ao longo de suas atividades. Com isso, essa geração de ativismo incentivou novas moças e senhoras a aproximarem-se das questões políticas, além de apresentar as capacidades femininas em operar as questões sociais, administrativas e intelectuais, fazendo-o para uma sociedade politicamente excludente.

Esperamos que nosso estudo dê espaço e evidência para as moças e senhoras que ousaram fazer um pouco mais na mobilização abolicionista, para que o papel que essas mulheres tiveram seja indissociável na historiografia sobre as lutas em favor da abolição da escravatura que ocorreram em Recife e arredores.

Com isso, ensejamos colaborar na quebra do silenciamento dos personagens que foram importantes nesse processo histórico, evidenciando os rostos, os nomes e as suas ações. Como o apoio de D. Olegarinha, a liderança de D. Leonor Porto, as vozes e o protagonismo de Maria Albertina, Carlota Villela e Maria Amélia de Queiroz e as ações de outras dezenas de mulheres que foram essenciais para a mobilização antiescravista em Pernambuco e no Brasil. Elas agitaram a cena política do Recife e incentivaram moças e senhoras de diversas províncias, unindo uma geração que buscou espaço na vida pública e, conseqüentemente, somando com as futuras mudanças, desejos e ativismo de mulheres quanto à participação política.

Por isso, consideramos essencial que essas análises sobre o engajamento feminino em Pernambuco e acerca de outras atuações por tanto tempo suprimidas sejam incentivadas e disseminadas pelos estudos historiográficos, pois além de explorar outros aspectos do abolicionismo, podemos observar a expansão social e política ocorrida a partir dessa mobilização e das ações de mulheres, assim como evidenciar que, para além do antiescravismo, movimentos femininos surgiram com resultados e motivações acerca da ampliação de participação política ainda no século XIX.

5. Referências

Acervos

Acervo da Companhia Editora de Pernambuco - CEPE. Coleção Jornais Século XIX – Recife. Disponível em: <http://www.acervocepe.com.br/acervo/colecao-jornais-seculo-xix---recife>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornais e Revistas acessados:

A Família

A ideia

A Província do Espírito Santo

Ave Libertas

Diario de Pernambuco

Jornal do Recife

O Grêmio dos professores primários

O Paiz

O Tempo

- Acessamos as fotografias em:

Acervo digital da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ. Disponível em: <http://digitalizacao.fundaj.gov.br/fundaj2/>

Documentos

Diário de Pernambuco, 05/10/1857. In MELLO, José Antonio Gonsalves de. (org.), **O Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)**. Edição comemorativa do sesquicentário do Diario de Pernambuco, Vol. II, Recife, 1975.

DOUGLAS FOX, Sir Charles.; e WHITLEY, H. Michell. **Planta da Cidade do Recife**. Escala 1:10,000. Reduzida dos levantamentos da cidade feitos por Sir Douglas Fox e Sócios & H. Michell Whitley (membros do Instituto de Engenheiros Civis de Londres). 1906. COMPESA. Disponível em: <https://servicos.compesa.com.br/museuuniversocompesa/plantas-mapas/>.

NABUCO, Joaquim. **Campanha abolicionista no Recife**: eleições 1884. Discursos de Joaquim Nabuco. Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouveia; prefácio de Aníbal Falcão. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1988. 206 p. (Abolição, 8). Edição comemorativa ao centenário da abolição. Fac-símile de: Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1885. Disponível no acervo digital da FUNDAJ.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Pernambuco ao Ceará**: O dia 25 de Março de 1884. Recife, Typographia Central, 1884. Biblioteca Pública do Estado de PE - Obras Raras.

Monografia

NUNES, Etiane Carvalho. **“Não, a mulher brasileira não é escravocrata”**: a participação das mulheres no movimento abolicionista em Pelotas (1881-1884). Monografia (curso de Bacharel em História). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas-UFPEL, 2020.

Dissertações

BRAGA, Flávia Bruna Ribeiro da Silva. **“Ditadura”, Abolição e República**: a propaganda da geração positivista em Pernambuco (1875-1889). Dissertação de mestrado – UFPE. 2017.

LIMA, Dayana Raquel Pereira de. **Sinais do “desconforto” no exercício da docência pública em Recife e Olinda (1860-1880)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, Recife, 2014.

MARTINS, Paulo Henrique de Souza. **Escravidão, Abolição e Pós-Abolição no Ceará**: sobre histórias, memórias e narrativas dos últimos escravos e seus descendentes no Sertão cearense. Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 2012.

SILVA, Wladimir Barbosa da. **Escravidão, imprensa e sociedade**: o protagonismo feminino na campanha abolicionista. Dissertação de mestrado, CETEF-RJ, 2014.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **Direitos políticos em depuração: a lei Saraiva e o eleitorado de Recife entre as décadas de 1870 e 1880.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2012.

Teses

CARULA, Karoline. **Darwinismo, Raça e Gênero: Conferências e cursos públicos no Rio de Janeiro (1870-1889).** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo – FFLCH. Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2012.

CASTILHO, Celso Thomas. **Abolitionism Matters: The politics of antislavery in Pernambuco, Brasil, 1869-1888.** Tese de Doutorado da University of California, Berkeley, 2008.

COSTA, Manuela Areias. **O “Maestro da Abolição” no Recôncavo baiano: abolicionismo e memória nas músicas e crônicas de Manoel Tranquilino Bastos (Cachoeira - BA, 1884-1920).** Tese de doutoramento, Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

DUARTE, Regina Horta. **Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX.** 1993. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280138>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

GATI, Hajnalka Halász. **A educação da mulher no Recife no final do século XIX: ensino normal e anúncios de progresso.** Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MACENA, Fabiana F. **Outras faces do abolicionismo em Minas Gerais: rebeldia escrava e ativismo de mulheres (1850-88).** (Tese), UNB - Brasília, 2015.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Palavras e brados: a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro. 1880-1888.** Tese (Doutorado em História) FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

MAIA, Ludmila de Souza, **Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX).** Tese de doutorado em História, UNICAMP, Campinas-SP, 2016.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **Com o arado do pensamento: a cultura democrática e científica da década de 1880 no Rio de Janeiro.** Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro : PUC, Departamento de História, 2004.

NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. **Teatro dialógico**: Benjamim Santos em incursão pela história e memória do teatro brasileiro. 2009. 240 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói, 2009.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Luminárias, músicas e “sentimentos patrióticos”**: Festas e política no Recife (1817-1848). Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói – RJ, 2018.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. **Os significados do 13 de maio**: a abolição e o imediato pós-abolição para os trabalhadores dos engenhos da Zona da Mata Sul de Pernambuco (1884-1893). Tese de doutorado em História, UNICAMP, Campinas, SP, 2014.

SOUZA, Felipe Azevedo e. **A participação política das classes populares em três movimentos**, Recife (c. 1880 - c. 1900). Tese (Doutorado em História) – UNICAMP, Campinas - SP, 2018.

Artigos

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a Memória das cidades. **Revista Território**, ano 3, n. 4, jan/jun, 1998. Disponível em: <http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>

ALONSO, Angela. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. **Tempo social**. [online]. Vol. 24, n. 2, pp.101-122. ISSN 0103-2070. 2012.

_____. Associativismo avant la lettre – as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 166-169, set./dez, 2011.

_____. O Abolicionismo como movimento social. **Novos estudos**, v. 1, n. 100, pp. 115-137, 2014.

ALVES, Castro. Cartas às senhoras baianas, **O Abolicionista**, publicação quinzenal da Sociedade Libertadora Sete de Setembro, Bahia, série 1, n. 4, 30 abr. 1871.

BARBOZA, Jair. O discurso filosófico sobre as mulheres e o amor Kant, Schopenhauer e Nietzsche. **Natureza Humana**. v. 11, n. 1, p. 59-74, São Paulo, 2009.

COWLING, C. & CASTILHO, C. Funding Freedom, Popularizing Politics: Abolitionism and Local Emancipation Funds in 1880s Brazil. **Luso-Brazilian Review**, N. 47, 89-120, 2010.

DA SILVA, Sandro Vasconcelos. Quando o Recife sonhava em ser Paris: A mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX. **sÆculum - Revista de História** [s. l.] n. 25; 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/14002>. Acesso em: 21 mar. 2023.

DOMINGUES, José M. Gerações, modernidade e subjetividade. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 14(1): 67-89, maio de 2002.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**. vol.2, nº34, pp. 157-86. 2004.

LONER, Beatriz Ana. A Loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. **História** (São Paulo), vol. 33, núm. 1, enero-junio, pp. 195-233, Unesp, São Paulo, 2014.

MARTINS, Ana Paula Vosne. A feminilização da filantropia. **GÊNERO – Niterói**, v. 15, n. 2, p. 13 – 28, 1. sem. 2015.

MARTINS, Robson L. M. “Atos Dignos de Louvor”: Imprensa, Alforrias e Abolição no sul do Espírito Santo, 1885-1888. **Afro-Ásia**, 27, 193-221, 2002.

MATTOS, Hebe. O livro de Ouro. **Revista do Arquivo geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 5, 2011.

MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. **Studium**, N. 15, 2019. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/11764>

MONTEIRO, Charles. Entre história urbana e história das cidades. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n.1, jan./jun. Pp. 101-112, 2012.

SANT'ANNA, Thiago. “Noites abolicionistas”: As mulheres encenam o teatro e abusam do piano na cidade de goiás (1870-1888). **OPIS: Revista do Departamento de História e Ciências Sociais**. Vol. 6, 2006.

SANTOS, Maria Emília Vasconcelos dos. Antes do 13 de maio: O 25 de Março no Ceará e o Movimento Abolicionista em Pernambuco. **Afro-Ásia**, N. 53, 149-183, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. **SOS: Corpo e Cidadania**. Recife, 1995.

SOUZA, Felipe Azevedo e. CASTILHO, Celso Thomas. Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship. (Resenha Crítica). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 75, 2017.

SOUZA, Felipe Azevedo. De repente “povo”: maneiras de pensar a participação política a partir da campanha abolicionista de 1884. **Clio**. Série História do Nordeste (UFPE), v. 34, p. 26-51, 2016.

Anais

CARNEIRO DA SILVA, Maciel Henrique. **Discursos femininos sobre abolicionismo, família e trabalho doméstico (Recife e Salvador: Século XIX)**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos historiadores: Velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, 2015.

CARNEIRO DA SILVA, Maciel Henrique. **Ruas, vendeiras e imagens do Recife no Séc. XIX**. Anpuh – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003.

GRILLO, M. Ângela de F. **Ave Libertas: o movimento abolicionista feminino de Pernambuco**. In: Anais do I Seminário Internacional Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina. Salvador, 2005.

MACHADO, Humberto F. **Imprensa e Abolicionismo no Rio de Janeiro**. ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

MENEZES, Bianca Sotero de. **As Mulheres e o Movimento Abolicionista no Amazonas Provincial**. VII Simpósio Nacional de História Cultural, História Cultural: Escritas, Circulação, Leituras e Recepções, USP: SP, 10 e 14 de Novembro de 2014.

ROCHA, Karolina Fernandes. Mensageiras da liberdade, porta-vozes da fé: mulheres capixabas no movimento abolicionista do Espírito Santo. **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, Curitiba (UFPR), 2015.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. **O privilégio da cor: administração pública, racialização e identidades brancas no Brasil escravista (1808-1850)**. ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de história – Recife, 2019.

Livros e capítulos.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

ARIZA, Marília B. A. Ventre, seios, coração: Maternidade e infância em disputas simbólicas em torno da lei do ventre livre (1870-1880). In: MACHADO, Maria Helena P. T. *et al.* **Ventre Livres?** Gênero, maternidade e legislação. São Paulo: Unesp, 2021. Cap. 24. p. 19-40.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa - Brasil 1800-1900**. RJ: Mauad X, 2010.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, J.P.; SIRINELLI, J.F. (Dir.). **Para uma História cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 349-363.

BERTUCCI, Liane M^a; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus A. T. de. **Edward Thompson: história e formação**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. (org.), **CIDADE: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHO, Celso Thomas. "Ao teatro pelos cativos!": uma história política da abolição no Recife. In: CABRAL, Flávio José Gomes; COSTA, Robson. **História da escravidão em Pernambuco**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012. p. 325-343.

CASTILHO, Celso Thomas. **Slave Emancipation and Transformations in Brazilian Political Citizenship**. Pittsburgh, PA: University of Pittsburgh Press, 2016.

COWLING, Camillia. **Concebendo a liberdade**: mulheres de cor, gênero e a abolição da escravidão nas cidades de Havana e Rio de Janeiro. Campinas - São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

DUARTE, Constância L. **Imprensa feminina e feminista no Brasil** – século XIX – Dicionário Ilustrado. Volume 1, 1^a. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

DURÃES, Margarida. **Herança e sucessão**. Leis, práticas e costumes no Termo de Braga (séculos XVIII-XIX). Tese de doutoramento. Braga: Universidade do Minho, 2000.

FERREIRA, Luzilá Gonçalves; ALVES, Ivíia; FONTES, Nancy Rita; SALGUES, Luciana; VASCONCELOS, Iris; SOUZA, Silva Vieira de. **Suaves Amazonas: mulheres e abolição da escravatura no Nordeste**. Recife: Editora da UFPE, 1999.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989.

GONÇALES, Guilherme Domingues. **Mulheres Engravatadas: Moda e comportamento feminino no Brasil, 1851-1911**. São Paulo: USP-CAPES: Intermeios, 2020.

HUNT, Lynn. **Política, Cultura e Classe na Revolução Francesa**. São Paulo: Cia das letras, 2007.

KITTLESON, Roger A. Women and notions of womanhood in Brazilian Abolitionism. In: SCULLY, Pamela. PATON, Diana. **Gender and Slave: Emancipation in the Atlantic World**. Durham NC: Duke University Press, 2005.

LIMA, Lana Lage. **Rebeldia Negra e Abolicionismo**. Rio de Janeiro, Achiamé, 1980.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MACHADO, Maria Helena. **O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na Década da Abolição**. Rio de Janeiro: Editora EFRJ, EDUSP, 1994.

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações [tradução: Maria da Graça Barbedo]. In: **Sociologia do conhecimento**, Vol. II, Porto, RES-Editora, pp. 115-176, 1928.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias**. Niterói: EdUFF, 2008.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Ed. DP & A, 2003.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco — 1821/1954**. Vol. I — Diário de Pernambuco, 2ª Ed. Imprensa Universitária – UFPE, 1968.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PRIORE, Mary del. **Histórias da gente brasileira**. Volume 2: império – São Paulo: LeYa, 2016.

SALES, Tadeu José Gouveia de. **José Mariano e seu tempo: 1850 – 1912: o tribuno do Recife e a utopia da liberdade durante o império e a república**. Recife: CEPE, 2013.

SAMARA, Eni de Mesquita. A constituição da família na população livre. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (Org.). **Brasil: História Econômica e Demografia**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p. 189-204.

SILVA, Eduardo. **As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Erminia. **Circo-teatro: Benjamim de Oliveira e a teatralidade circense no Brasil – São Paulo**: Altana, 2007.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O Espírito das Roupas: A Moda no Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.